

**EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF n.º 02.558.124/0001-12 - NIRE 3330026237-7

Companhia Aberta – Registro CVM nº 01764-7

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convidados os senhores acionistas da **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.** a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizarão na sede social da Companhia, situada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Regente Feijó nº 166, 16º andar, sala 1687 – B, Centro, no dia 26 de abril de 2011, às 11h00min horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte de Ordem do Dia:

**I. Em Assembleia Geral Ordinária:**

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2010;
- (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2010 e sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício financeiro de 2011;
- (iii) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2011 e;
- (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar a respectiva remuneração individual para o exercício de 2011

**II. Em Assembleia Geral Extraordinária:**

- (i) Analisar e deliberar sobre a celebração de contratos de prestação de serviços entre a sua subsidiária Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel e suas controladas, de um lado, e empresas que de qualquer forma constituam partes relacionadas com a Companhia, de outro lado, conforme documentação colocada à disposição dos acionistas na sede da Companhia;
- (ii) aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, conforme proposta da administração colocada à disposição dos acionistas na sede da Companhia, com a seguinte finalidade: **(1)** Alterar o Artigo 5º, refletindo o aumento do capital social da Companhia homologado pelo Conselho de Administração que passa a vigorar com a redação a seguir: “Art. 5º - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$6.018.064.144,17 (seis bilhões, dezoito milhões, sessenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e dezessete centavos), representado por 1.088.244.548.686 (um trilhão, oitenta e oito bilhões, duzentas e quarenta e quatro milhões, quinhentas e quarenta e oito mil, seiscentas e oitenta e seis) ações, sendo 564.044.547.289 (quinhentas e sessenta e quatro bilhões, quarenta e quatro bilhões, quinhentas e quarenta e sete mil, duzentas e oitenta e nove) ordinárias nominativas e 524.200.001.397 (quinhentas e vinte e quatro bilhões, duzentas milhões, mil, trezentas e noventa e sete)

preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.”; **(2)** Alterar a redação do parágrafo 1º do Artigo 12, que passa a ter a seguinte redação: “Art. 12 - A Assembleia Geral tem a competência para deliberar acerca das matérias expressamente previstas na Lei n.º 6.404/76. § 1º - Compete, ainda, à Assembleia Geral aprovar previamente a celebração de contratos com partes relacionadas, cujos termos e condições sejam mais onerosos para a Companhia ou suas controladas do que os normalmente adotados pelo mercado em contratações da mesma natureza, observado, em qualquer caso, o disposto no artigo 117 da Lei n.º 6.404/76. § 2º - Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 115 da Lei n.º 6.404/76, os titulares de ações preferenciais terão direito a voto nas deliberações assembleares referidas no parágrafo primeiro deste artigo, assim como naquelas referentes à alteração ou revogação dos seguintes dispositivos estatutários: I - Parágrafo 1º do art. 12; II - Parágrafo Único do art. 13; e III - Art. 42.”; **(3)** Modificar os incisos XI e XII e excluir o inciso XV do Artigo 17; **(4)** Alterar o Título da Seção II e os Artigos 26 e 27; **(5)** Alterar o caput, o inciso ii dos §§ 1º e 2º, os incisos i e ii do § 3º, e os §§ 4º e 5º do Artigo 29; e **(6)** Como consequência das alterações propostas, reordenar os artigos, respectivos incisos e alterar as referências internas; e

(iii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

**Instruções Gerais:**

- (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 25 de abril de 2011, até as 17h30min horas.
- (b) Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejarem participar destas Assembleias deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, até 02 (dois) dias antes da realização das Assembleias.
- (c) A proposta da administração e a documentação, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2011.

Carlos Henrique Moreira  
Presidente do Conselho de Administração.

## **Relatório da Administração Embratel Participações S.A.**

### **Senhores Acionistas**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Embratel Participações S.A. ("Embrapar" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

### **1 - Introdução**

A Embrapar é uma holding controladora, cujos principais investimentos são as participações, diretas ou indiretas, em:

- Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel ("Embratel") – empresa referência nacional em telecomunicações, prestando serviços de voz, dados, multimídia e redes corporativas.
- Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys") - empresa de terceirização de serviços de telecomunicações, que atende a clientes de grande porte como os grandes bancos de varejo.
- Star One S.A. ("Star One") - maior operadora de satélites de comunicações da América Latina, fornecendo capacidade satelital para diversas aplicações, tais como, transmissão de televisão, dados, voz e banda larga.
- Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Via Embratel") – empresa de televisão por assinatura via satélite através de tecnologia Direct To Home (DTH).
- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de call center que faz o atendimento a clientes Embratel.

A Embrapar tem participação, direta e indireta, através da Embratel e da GB Empreendimentos e Participações S.A. – "GB", na Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), operadora de TV por assinatura e banda larga.

### **Histórico**

A força da marca Embratel foi construída em 45 anos de atuação entre os brasileiros. Criada em 1965, a empresa incorporou o satélite às comunicações do País em 1969, provendo a base tecnológica para a formação de redes nacionais de televisão. Lançou o Discagem Direta à Distância (DDD) e uma sucessão de inovações indispensáveis ao desenvolvimento, como a Rede Nacional de Telex, a Discagem Direta Internacional (DDI) e a Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (Renpac) – um salto para o mercado corporativo. Nos anos 90, introduziu a Internet comercial no Brasil.

Ao vencer o desafio de dotar o Brasil de uma infraestrutura de telecomunicações, a Companhia tornou-se presente em todo o território nacional. Graças à sofisticada rede de satélites, transporte terrestre de sinais (rádio e fibra óptica) e serviços, a Companhia é reconhecida pela tecnologia de ponta, qualidade dos produtos e capacidade de relacionamento com os clientes. Esses atributos reforçam a sua competitividade ante as transformações profundas no setor, motivadas por um novo modelo de telecomunicações, pela privatização e pela internacionalização do mercado.

Nesse cenário concorrencial, a Embratel avança na convergência de serviços e na adoção da tecnologia IP (Internet Protocol), fiel à sua trajetória de inovação contínua. Para os clientes corporativos, desenvolve soluções convergentes de telefonia e dados em redes IP; para os residenciais, oferece a alternativa Triple Play – telefonia, Internet banda larga e televisão por assinatura. O avanço da empresa no mundo IP vai ao encontro de um fator-chave no futuro das comunicações: a oferta de banda para a convergência de voz, dados, vídeo e outros serviços multimídia.

### **Ingresso da Telmex e investimentos no País**

Em 2004 a Teléfonos de México S.A. de C.V. (“Telmex”) adquiriu o controle da Embrapar, já tendo investido em torno de R\$6,3 bilhões como parte de amplo programa de reestruturação operacional e financeira, dando às empresas do grupo condições de crescer e maior capacidade de competição no mercado.

A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços e o desenvolvimento do Brasil, investindo em média R\$1,8 bilhão ao ano em infraestrutura necessária ao crescimento de serviços de telefonia local, transmissão de dados, Internet banda larga, via satélite e TV por assinatura.

### **Aquisições**

Em 07 de outubro de 2010, em leilão realizado na BM&FBOVESPA - Segmento BOVESPA, a Embratel adquiriu, através da oferta pública de ações (“OPA”), 143.853.436 ações preferenciais de emissão da NET. Dado que esta quantidade representava mais de 2/3 das ações preferenciais em circulação na data do leilão, a Embratel estendeu a OPA até 13 de janeiro de 2011, tendo adquirido neste período mais 49.847.863 ações preferenciais. Ao final, o número total de ações preferenciais adquiridas através da OPA foi de 193.701.299, e o valor pago R\$4.457 milhões.

A atual participação, direta e indireta, da Embrapar, em conjunto com a Embratel, no capital social total da NET é de 91,9%.

### **Universalização**

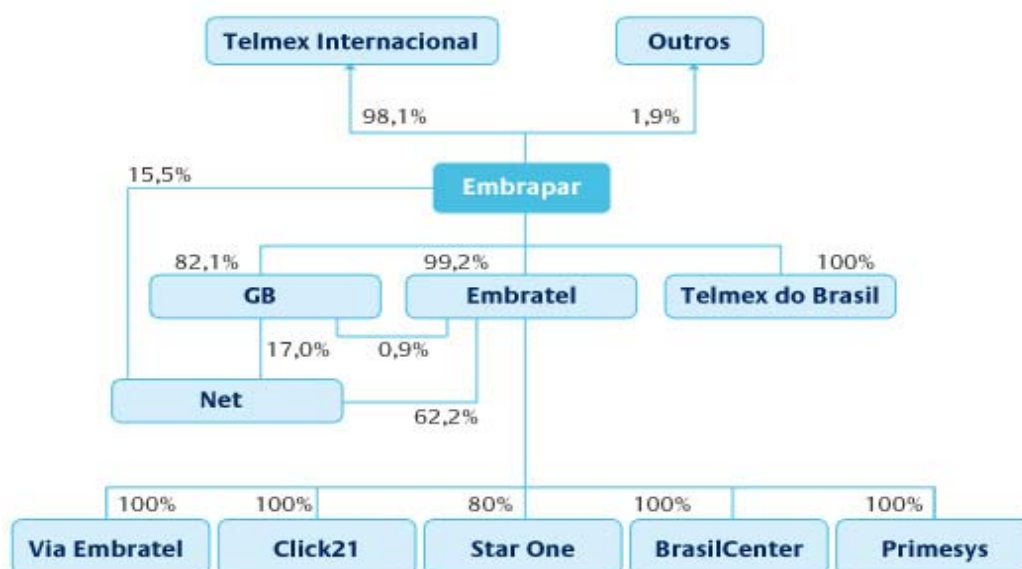
Em nome da integração de todos os brasileiros, a Embratel cumpre com fidelidade e pontualidade o compromisso de facilitar o acesso à telefonia fixa, seja qual for a localização ou a condição sócio-econômica dos usuários. A Embratel foi a primeira a ter metas de universalização certificadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em janeiro

de 2007. Ao final de 2010, eram 1.660 os telefones de uso público (TUPs) instalados pela empresa, conforme prevê o contrato de concessão e o Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU) da telefonia.

### Estrutura Acionária e Destaques 2010

A Embrapar é controlada indireta da Telmex Internacional, S. A. B. de C. V. (“Telmex Internacional”), empresa mexicana que detém indiretamente 98,1% do capital total da Embrapar.

Organograma da Embrapar em 28/Fev/2011 (\*)



(\*) Compreende as principais empresas do grupo.

Em 13 de janeiro de 2010, em anúncio divulgado no México, a América Móvil, S.A. B de C.V. (“América Móvil”), entidade integrante da cadeia de controle do Grupo Claro no Brasil, lançou uma oferta pública de permuta de ações aos acionistas da sociedade Carso Global Telecom, S.A.B. de C.V.. Com a combinação dessas empresas, a América Móvil poderá criar sinergias importantes, desenvolvendo um maior esforço comercial e aproveitando de maneira mais eficiente suas redes, sistemas e processos de informação, o que se traduzirá na universalização de serviços integrados em benefício de seus clientes em condições mais atrativas. Em 16 de julho de 2010, a América Móvil divulgou através de fato relevante ter adquirido, direta e indiretamente, aproximadamente 94,6% das ações da Telmex Internacional.

### Recuperação Econômica e Inflação

O ano de 2010 foi um ano de crescimento econômico para o Brasil – o crescimento do PIB foi de 7,5% quando comparado a 2009 – impulsionado principalmente pelo início da

recuperação das economias mais desenvolvidas (EUA, Europa e Japão), pela forte retomada da demanda mundial por commodities (petróleo e derivados, minérios e alimentos) e pela robustez do mercado interno doméstico (famílias, governo e investimentos). Porém, a aceleração do crescimento causou um aumento significativo da inflação em 2010, fazendo com que esta ficasse próxima do limite superior da meta do Banco Central do Brasil (6,5% ao ano). Para 2011 são esperados aumentos sucessivos na taxa básica de juros (Selic) para tentar conter o consumo e trazer a inflação para o centro da meta (4,5% ao ano).

Aproveitando a boa fase da economia nacional a Embrapar teve um ano de bons resultados, aumentando suas receitas com uma gestão focada em custos e investimentos com alto nível de retorno, o que implicou em uma melhora significativa de sua margem EBITDA.

Em 2010 a Companhia manteve sua estratégia de diversificação e massificação de receitas, diminuindo sua dependência da linha de negócios Longa Distância através de investimentos para o crescimento e fortalecimento das linhas de negócios Serviços Locais (Livre e NET Fone) e TV por Assinatura (Via Embratel).

### **Serviços Locais**

Destacamos mais uma vez, no desempenho da Embrapar, o contínuo crescimento da participação da Embratel no Mercado de Serviços Fixos Locais, liderado pelo NET Fone via Embratel, e Livre, ofertas de telefonia local para o mercado residencial.

A Embratel manteve-se na primeira posição no ranking de recepção de linhas entre as operadoras de telefonia fixa pelo segundo ano consecutivo, superando a marca de 1 milhão de linhas portadas.

### **Via Embratel**

Outro ponto de destaque em 2010 foi a evolução da linha de negócios de TV por Assinatura Via Satélite (“Via Embratel”) lançada em 1º de dezembro de 2008.

Ao final de 2010, a Via Embratel contabilizava uma base superior a 1 milhão de assinantes, um crescimento de 300% em relação à base de 2009, representando cerca de 12% do market share do mercado total de TV por Assinatura e 25% do segmento de TV por assinatura via satélite - DTH.

### **Patrocínio aos Jogos Olímpicos Rio 2016**

Em março de 2011, o consórcio formado pelas empresas Embratel e Claro foi escolhido para se tornar o patrocinador nacional exclusivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na categoria Serviços de Telecomunicações, associando sua marca aos Jogos Olímpicos Rio 2016 e ao Comitê Olímpico Brasileiro. O Consórcio Embratel-Claro apresentou a melhor proposta e a mais consistente do ponto de vista técnico, contemplando projetos de apoio ao desenvolvimento do esporte olímpico brasileiro e de promoção dos Jogos Olímpicos Rio 2016 por todo o País.

## **Empréstimos e Financiamentos**

No ano de 2010 a Embratel, baseada na forte geração de caixa do Grupo América Móvil, realizou um programa de redução de exposição ao risco cambial. Os pré-pagamentos das dívidas estrangeiras, realizados com o intuito de zerar o risco cambial da empresa e diminuir seu custo de captação líquido (taxa de juros + custo de hedge), visaram também aproveitar as condições favoráveis de mercado e as baixas cotações do Dólar Americano (USD) frente ao Real (BRL).

Por outro lado, para suportar o investimento realizado na oferta pública voluntária pelas ações preferenciais em circulação da NET, a Embratel colocou no mercado em outubro de 2010, R\$2.430 milhões em debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 3 anos, cujos recursos foram integralmente destinados à liquidação financeira da OPA da NET.

## **Impostos, Taxas e Contribuições**

Em 2010, no consolidado, foram reconhecidas como despesas de impostos e contribuições cerca de R\$4,6 bilhões. Dentre esses tributos, destacam-se ICMS, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, além de outras contribuições federais, tais como: FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, FISTEL (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) e Taxa de Renovação da Concessão ANATEL.

## **Governança Corporativa**

- Governança corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a empresa, particularmente seus acionistas. Para isso, a Embratel dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Política de Divulgação, Política de Relações com Investidores, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.
- Projeto Sarbanes Oxley ("SOX") – a Companhia está dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, visando manter um elevado nível dos controles internos e, na condição de investidor relevante da Telmex Internacional, suportar o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2010, encontravam-se levantados e revisados 73 processos relevantes, tendo sido processadas as melhorias e correções necessárias. A Administração da Embratel avalia que a aplicação das exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.

- Conselho de Administração – É composto por sete membros, todos eleitos em Assembleia Geral. Para auxiliar o Conselho de Administração no âmbito de sua atribuição e competência foi constituído o Comitê de Auditoria.
- Conselho Fiscal – É composto por três membros, todos independentes e eleitos em Assembleia Geral. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal é monitorar as atividades da Administração, examinar as Demonstrações Financeiras e avaliar o trabalho dos auditores internos e externos. Em conformidade com os requisitos da Lei Sarbanes Oxley, o Conselho Fiscal exerce também as funções de Comitê de Auditoria, com pelo menos um especialista financeiro.
- Código de Ética – implantado em 2005, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

## **2 – Setor de Telecomunicações**

### **Regulatório**

Entre as inovações da telefonia fixa que começaram a vigorar em 2010 ou tiveram seu desenvolvimento iniciado em 2010, destacam-se:

- Uso Eficiente do Espectro: em novembro de 2010, a Anatel aprovou a Resolução nº 548/10 cujo anexo constitui o Regulamento para Avaliação do Uso Eficiente do Espectro de Radiofrequências. Por meio de tal instrumento foram definidos os critérios para avaliação da eficiência de uso do espectro para sistemas terrestres ponto a ponto e ponto-área e para sistemas satélites.
- Serviço Móvel Pessoal (SMP) por meio de Rede Virtual: em novembro de 2010 foi publicada pela Anatel a Resolução n. 550/10 por meio da qual foi aprovado o Regulamento para exploração do SMP por meio de Rede Virtual.
- Regulamentação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU): em fevereiro de 2010, a Anatel aprovou o Regulamento do PGMU do Sistema Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) objeto do Decreto n. 4769/03 com as alterações introduzidas pelo Decreto n. 6424/08, tendo por função estabelecer, de forma mais detalhada, os critérios e procedimentos para acompanhamento e controle referentes ao cumprimento de

obrigações de universalização do STFC definidas nos decretos mencionados. Uma série de obrigações impostas à Embratel no texto da consulta pública foram suprimidas no texto final.

- Contratos de Concessão, PGMQ e PGMU: no ano de 2009 foi iniciado o processo de consultas públicas prévias à revisão dos termos dos Contratos de Concessão para a prestação do STFC, Plano Geral de Metas de Qualidade (“PGMQ”) e Plano Geral de Metas de Universalização (“PGMU”) válido para o período de 2011-2015. O mencionado processo teve continuidade ao longo de todo o ano de 2010 e permanecerá em curso ao longo do ano de 2011. A assinatura foi adiada de dezembro de 2010 para maio de 2011 devido a negociações sobre metas adicionais de universalização no PGMU. A consulta pública do PGMQ também será refeita considerando alterações propostas pelo Conselho Diretor da Anatel.
- Alterações em Condições de Uso de Radiofrequências: em fevereiro de 2010, a Anatel aprovou alterações no Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na faixa de 3,5 GHz e, em dezembro de 2010, no Regulamento relativo à faixa de 450 MHz. As alterações introduzidas trazem desafios e oportunidades para as prestadoras de serviços de telecomunicações.

Revisão de importantes normas aplicáveis aos serviços de telecomunicações: no ano de 2010 foi iniciado o processo de revisão através de várias consultas públicas em andamento, dentre outros, do Regulamento sobre critério de reajuste das tarifas das chamadas do STFC envolvendo acessos do SMP, Regulamento de Fiscalização, Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada, Regulamento de Acompanhamento e Controle dos Bens Vinculados à Concessão, Regulamento do STFC, Regulamento de Remuneração de Redes do STFC e Regulamento de áreas locais.

### **Competências Tecnológicas – A Rede da Embratel**

A Embratel está na linha de frente da convergência tecnológica. Operadora do maior Backbone IP do Brasil, graças ao pioneirismo na introdução da Internet entre os brasileiros, a empresa oferece serviços integrados para os clientes residenciais e corporativos, ocupando mais uma vez a posição de vanguarda em novas tecnologias. Os recursos do mundo IP proporcionam soluções convergentes de voz, Internet, televisão e outros serviços para residências e corporações – não só as grandes, mas também as médias e pequenas empresas.

Com cobertura nacional, a Embratel tem respostas integradas para todo o mercado. Sua atuação conta com a sinergia de pessoas e fatores tecnológicos – a maior equipe de engenheiros do Brasil na área de telecomunicações e uma infraestrutura de fibras ópticas, rádio-comunicação e satélites construída em mais de quatro décadas. Presente em todo o território nacional com o mais destacado quadro de profissionais brasileiros em telecomunicações. A eles somam-se os especialistas da Star One, que operam os satélites e da Primesys que operam redes corporativas.

## **Soluções Residenciais**

No mercado domiciliar, atendido pela solução Triple Play, a parceria com a NET tem sido decisiva. Graças à capilaridade da rede de cabos coaxiais da NET e da malha de fibras ópticas da Embratel, mais de 3 milhões de clientes residenciais e empresariais formavam a base do NET Fone (“NET Fone”) ao fim de 2010. A aceitação do produto demonstra como a integração de serviços no mundo IP abre um novo caminho para as comunicações, impulsionada por fatores como os avanços em tecnologia e infraestrutura, a diversificação de conteúdos e a demanda dos consumidores por praticidade e interatividade.

Marco recente do processo de inovação contínua da Embratel, a dianteira de mercado na tecnologia IP foi proporcionada pelo ingresso definitivo da empresa na telefonia local – um dos maiores desafios superados pela Embratel. Mesmo depois da privatização das telecomunicações, no fim dos anos 90, o acesso aos potenciais clientes da telefonia fixa permanecia fechado. As concessionárias detinham, com suas malhas de cabos, a exclusividade na oferta do serviço em todos os estados.

A Embratel abriu o próprio caminho à custa de tecnologia de ponta, e seu primeiro passo foi levar a telefonia local a clientes corporativos que já utilizavam os serviços de transmissão de dados. Suas centrais PABXs foram conectadas às modernas centrais telefônicas New Generation Network (NGN), com tecnologia IP da empresa, antes restritas ao tráfego interurbano e internacional. O segundo passo foi para o mercado residencial com o Livre – telefone fixo da Embratel. O terceiro passo foi o ingresso na era da convergência, através do lançamento do NET Fone em 2006, firmando-se como alternativa real de concorrência na telefonia fixa.

## **Redes IP**

As competências tecnológicas e a infraestrutura da Embratel, potencializadas pelos recursos inteligentes do mundo IP, são vantagens competitivas no desenvolvimento de serviços integrados para o mercado empresarial. Com a convergência em redes IP, a empresa amplia a presença entre esses clientes, otimizando as possibilidades técnicas do tráfego de voz, dados e imagens em formato digitalizado num mesmo meio de transmissão.

Os serviços IP para o mercado corporativo proporcionam soluções diversificadas, de acordo com a necessidade do cliente. Entre elas, a formação de redes corporativas (Intranet) e comunidades de negócios (Extranet) para o tráfego nacional e internacional de voz, dados e videoconferência, conectando matrizes, filiais e parceiros em tempo real. Outros serviços interligam redes e realizam transmissão de dados e vídeo via satélite, utilizados por bancos, cadeias de postos de combustíveis e de varejo. A tecnologia IP também proporciona soluções de videoconferência em redes de duas ou mais empresas.

A Embratel recebeu a certificação de “Empresa Cisco Golden Partner”, concedida pela Cisco aos parceiros que comprovem a existência de profissionais especializados e processos internos que garantam qualidade na prestação de serviços IP, desde a etapa de pré-vendas até o suporte operacional.

### **Redes HFC (Hybrid Fiber Coaxial)**

A Embratel iniciou ao longo de 2010 a construção de rede própria HFC (Hybrid Fiber Coaxial) em mercados complementares aos da NET, de forma a ampliar a capilaridade da Embratel em cerca de 2,5 milhões de casas passadas, para oferta de serviços banda larga e de telefonia para os mercados residencial, pequenas e médias empresas (“PME”) e corporativo, utilizando a tecnologia HFC de última geração.

### **Rede Internacional**

A Rede Internacional de transmissão da Embratel é composta por 11 dos principais sistemas de cabos submarinos internacionais, os quais interligam o Brasil com os principais parceiros de negócios ao redor do mundo, alcançando todos os continentes. Destacam-se o Atlantis 2, que conecta Brasil diretamente a Europa, a África e a Argentina, e o Americas II, enlace de alta capacidade entre Brasil e Estados Unidos, ampliado para 260 Gbps de capacidade em 2010 e já em nova expansão, a ser concluída em 2011, a qual permitirá alcançar da ordem de 500 Gbps de capacidade própria da Embratel. Ampliando a diversidade da rede de transmissão, a Embratel também dispõe de capacidade em cabos privados e conexões diretas via enlaces terrestres de fronteira em fibra óptica com Argentina, Uruguai e Paraguai, garantindo assim uma rede de elevada disponibilidade.

Existem três centrais de comutação digitais para telefonia internacional e plataformas de redes de dados, todos com interconexão para as principais empresas de telecomunicações internacionais. Estas plataformas permitem o provimento de serviços de voz e dados com abrangência mundial. A rede IP internacional da Embratel está interconectada à rede internet mundial, com alto grau de confiabilidade e qualidade, através de 6 provedores de acesso nos pontos de presença da Embratel em Miami e Nova Iorque, os quais escoam o tráfego brasileiro de Internet por 150 Gbps de capacidade entre Brasil e Estados Unidos.

### **Solução e Administração de Redes**

No atendimento a clientes corporativos de médio e grande porte, a Embratel conta com a expertise da Primesys, líder nacional na operação de redes administradas. A Primesys oferece serviços de alto valor agregado e terceirização completa de telecomunicações, posicionando-se como parceira preferencial de companhias e instituições que têm nas comunicações um fator crítico para o crescimento dos negócios.

A Primesys desenvolve e gerencia soluções customizadas, adaptando a tecnologia de ponta a toda a cadeia de valor do cliente, incluindo terceirização de redes internas e externas, incorporação de recursos humanos e equipamentos e gestão de contratos. Com recursos avançados de redes convergentes, a empresa assegura alta qualidade e segurança no

compartilhamento de voz, dados e vídeo, tendo por base acordos de nível de qualidade de serviço firmados com cada cliente.

Reconhecida no mercado brasileiro pela excelência, a Primesys tem quatro diferenciais competitivos:

- nível de qualidade de serviço;
- abrangência;
- inovação e parcerias;
- experiência e pioneirismo.

### **Satélites de Comunicações**

Pioneira em comunicações via satélite no Brasil, com o lançamento em 1985 da primeira geração de satélites brasileiros para comunicações domésticas, - o Brasilsat A1 e posteriormente o A2, a Companhia conta atualmente com uma frota de seis satélites em órbita geoestacionária (B2, B3, B4, C1, C2 e C12).

Todos os seus ativos no espaço, com exceção de um satélite lançado em condomínio com uma outra empresa, são operados a partir do Centro de Controle da Star One em Guaratiba (RJ). A frota da Star One compõe o maior sistema de satélites de comunicações da América Latina, os quais são capazes de receber e transmitir sinais de televisão, rádio, telefonia, Internet e dados para aplicações de entretenimento, telemedicina, teleducação e negócios, necessários para a interligação do país e essenciais para as comunidades mais distantes.

Os satélites mais recentes da Star One, o C1 e C2 foram lançados respectivamente em novembro de 2007 e abril de 2008. Estes novos satélites ampliaram a capacidade de recepção, transmissão e a abrangência das operações da empresa para toda a América do Sul indo até a América do Norte, fortalecendo a estratégia de expansão e renovação da frota, com oferta de novos serviços.

Com o compromisso renovado com o País e seus clientes para oferecimento de mais capacidade satelital para serviços de telecomunicações de maior qualidade via satélite, a Companhia, através da Star One, assinou em dezembro de 2009, contrato de construção e entrega em órbita de mais um satélite da série C - o Star One C3.

A execução do projeto e construção do Star One C3 teve início em janeiro de 2010. O lançamento deste novo satélite está previsto para o primeiro semestre de 2012.

O Star One C3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, Internet e voz diretamente para os usuários. Sua cobertura abrangerá toda a América do Sul, incluindo o mar territorial brasileiro até a região do pré-sal, disponibilizando, com isso, maior capacidade de comunicação para a indústria de petróleo.

### **Referência em Inovação**

Antes de virar produtos e ganhar o Brasil, todas as novas soluções desenvolvidas pela Embratel têm endereço certo: o Centro de Referência Tecnológica (“CRT”), na Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. A empresa é a única operadora de telecomunicações do País a ter um centro do gênero, criado em 2001 para colocar à prova a eficiência e a qualidade dos serviços de telefonia, redes e transmissão de dados.

O CRT é um laboratório de testes e simulações no qual a Embratel mantém um ambiente integrado com todas as tecnologias usadas em suas operações. Todos os equipamentos e redes que atendem aos clientes estão representados no centro. O local também integra fornecedores e clientes em torno de tecnologias de ponta que, depois, estarão ao alcance de todos os brasileiros.

Para muitos fornecedores, o centro oferece oportunidade única para a adaptação de produtos ao sistema telefônico brasileiro. A telefonia nacional tem especificidades raras, como a discagem direta a cobrar. O CRT, com engenheiros e técnicos especializados, além de efetivo móvel de pesquisadores em diversas áreas da empresa, está certificado pela ISO 17025, o que atesta a qualidade da gestão do conhecimento que é marca na história da Embratel.

### **3 - Serviços**

A Embratel oferece um portfólio completo de soluções de telecomunicação a todo o mercado brasileiro, incluindo telefonia local, longa distância nacional e internacional, transmissão de dados, vídeo e Internet, além de assegurar atendimento em qualquer ponto do território nacional por meio de soluções via satélite. Dentre esses serviços destacamos:

- **Redes Multiserviços, Redes Administradas e Outsourcing** - São soluções para formação de redes corporativas que utilizam diversas tecnologias (IP MPLS, Frame Relay, ATM e satélite). A Embratel pode assumir a gestão e a operação do ambiente de telecomunicações ou a rede corporativa de uma empresa. Por meio da Primesys é possível agregar maior valor às soluções de redes administradas da Embratel.
- **Internet e Valor adicionado** – A Embratel oferece desde uma simples conexão à Internet (dedicada) até a formação de redes para empresas e provedores (ISP), passando por serviços de hospedagem de *software*, *hardware* e gerência de segurança.
- **Internet residencial** - Para o mercado residencial, a Embratel oferece o portal Click 21 e a Internet gratuita, que garante qualidade de conexão e serviços, através de chamada telefônica local.
- **Telefonia avançada** – São soluções de telefonia local, longa distância nacional e internacional, e de relacionamento (0800, 0300, 4004 e atendimento automático), com uso de Redes Inteligentes que proporcionam aos seus clientes corporativos economia, controle nos gastos além de facilidades que agregam valor aos seus respectivos negócios.

- **Telefonia básica de longa distância** – Como uma provedora de serviços de telefonia em todo território nacional, a Embratel oferece planos de tarifas para os mercados corporativo e residencial que são definidos de acordo com o perfil de consumo de cada cliente.
- **Telefonia local** – A Embratel oferece atualmente dois produtos de telefonia local residencial: o Livre e o NET Fone. Com o Livre, serviço oferecido sobre a rede fixa da Embratel, os clientes residenciais contam com planos, pós-pagos e pré-pagos, adequados às suas necessidades e ao seu perfil de uso, além de tarifas econômicas. O NET Fone é o serviço de voz local residencial da Embratel oferecido em parceria com a NET. Assim como o Livre, o valor da franquia mensal pode ser usado para fazer qualquer tipo de ligação local ou de longa distância pelo 21. Ambos oferecem serviços inteligentes: Identificador de chamadas e Chamadas em Espera; sendo que o NET Fone também oferece Siga-me e Conferência a Três, e o Livre disponibiliza Secretária Eletrônica. Já para o mercado corporativo, a Embratel oferece telefonia local por meio dos serviços Viplane, Número Único e Embratel PME. Através da fatura detalhada, a empresa tarifa o serviço local por minuto permitindo ao usuário melhor controle de suas despesas com telecomunicações. O serviço de número único permite à empresa reunir as vantagens obtidas com a centralização e a eficiência de um serviço 0800, sem que ela própria ou o consumidor sejam onerados com o custo de ligações de longa distância. O Embratel PME é uma solução de telefonia e Internet destinada às pequenas e médias empresas, que reúne oferta simples e uma Central de Atendimento exclusiva e pessoal.
- **TV por Assinatura DTH** - A Via Embratel é a TV por Assinatura da Embratel. Distribui sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite. Este novo serviço disponibiliza uma grande variedade de canais com pacotes de diferentes preços. A proposta é oferecer mais diversão, conhecimento, cultura e educação, complementando a programação dos canais abertos.
- **Outros Serviços** – A Embratel oferece, também, serviços para comunicação de dados, voz e imagem, além de transmissão de sinais de televisão e rádio.

#### 4 - Desempenho Econômico – Financeiro Consolidado

Demonstrativo de Resultado Consolidado R\$ milhões	2009	2010	%
<b>Receita líquida</b>	<b>10.602,0</b>	<b>11.231,1</b>	<b>5,9%</b>
Custos de serviços e produtos vendidos	(5.810,6)	(5.734,0)	-1,3%
Despesas de vendas	(1.275,4)	(1.409,0)	10,5%
Despesas gerais & administrativas	(640,9)	(644,8)	0,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(65,3)	(175,2)	168,2%
<b>EBITDA</b>	<b>2.809,8</b>	<b>3.268,2</b>	<b>16,3%</b>
Equivalência Patrimonial	257,3	174,5	-32,2%
Depreciação & amortização	(1.311,4)	(2.084,4)	58,9%
<b>EBIT</b>	<b>1.755,8</b>	<b>1.358,4</b>	<b>-22,6%</b>
Receita financeira, variações cambiais e monetárias	128,3	185,4	44,4%
Despesa financeira, variações cambiais e monetárias	166,4	(398,8)	na
<b>Lucro antes de IR e participações de não controladores</b>	<b>2.050,6</b>	<b>1.145,0</b>	<b>-44,2%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(718,2)	(379,9)	-47,1%
Participações de não controladores	(54,7)	(42,0)	-23,2%
<b>Lucro líquido</b>	<b>1.277,8</b>	<b>723,0</b>	<b>-43,4%</b>
Ações ao final do período (Bilhões)	1.050,5	1.088,2	
<b>Lucro básico e diluído por 1000 ações (R\$)</b>			
Ordinária	0,86	0,43	
Preferencial	1,28	0,77	

**Receita Líquida** - A Embrapar encerrou 2010 com uma receita líquida de R\$11,2 bilhões representando um crescimento de 5,9% (R\$629 milhões) em relação a 2009, devido principalmente ao crescimento de 461,8% (R\$454 milhões) na receita de serviços de DTH, 13,1% (R\$279 milhões) na receita de serviços locais, 4,7% (R\$142 milhões) na receita de comunicação de dados, uma redução de 3,8% (R\$188 milhões) na receita de longa distância e redução de 13,9% (R\$58 milhões) em outros serviços.

**EBITDA** - O EBITDA totalizou R\$3.268 milhões, um aumento de 16,3% (R\$458 milhões) quando comparados ao ano de 2009, principalmente em decorrência do projeto de redução de custos de acesso alugado a terceiros.

**Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e Participação Societária** – Em 2010, a Embrapar apresentou um lucro operacional antes do resultado financeiro e participações societárias de R\$1.184 milhões, equivalente a 10,5% da receita líquida.

**Lucro Líquido** – Em 2010, a Embrapar apresentou um lucro líquido de R\$723 milhões.

**Situação Financeira** – A Embrapar finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$78 milhões. A dívida total ao final de dezembro de 2010 era de R\$5.215 milhões, sendo 97,1% a longo prazo. A dívida líquida ao final de 2010 era de R\$5.137 milhões.

## **5 – Atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**

Em 14 de janeiro de 2003, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Instrução nº 381, a qual dispõe sobre a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A Embrapar tem como procedimento envolver previamente os seus departamentos de Controladoria, Governança Corporativa e Jurídico na avaliação do objeto de serviços a serem prestados pelos auditores externos em adição ao exame das demonstrações financeiras, para concluir, à luz das legislações pertinentes, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.

Além disso, todos os serviços de auditoria contratados passam pela aprovação prévia do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os auditores independentes que prestam serviço para a Embrapar e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

## **6 – Investimentos**

### **Investimentos recorrentes operacionais**

Em 2010, a Embrapar investiu R\$2.301 milhões. A maior parcela dos investimentos da Companhia foi direcionada para atender a Investimentos em Acessos, Infraestrutura e Serviços Locais, representando 59,9% do total de investimentos no ano. Outra parcela importante representou 20,8% do total, direcionado para atender à Infraestrutura de rede. Adicionalmente, 9,6% dos investimentos foram alocados aos Investimentos com Serviços de Dados e Internet, 3,7% direcionados para satélites (Star One) e 5,9% para outros itens, como por exemplo, Tecnologia da Informação e Call Center.

Em 2010, a Star One investiu R\$82 milhões para a construção e entrega em órbita de novo satélite, - o Star One C3, que terá cobertura na América do Sul, e irá operar em Banda C e em Ku. O investimento total no projeto do Star One C3 está estimado em US\$270 milhões.

Em R\$ MM	2010	2010	2009	2009	2008	2008
Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais	1.379	59,9%	766	50,3%	790	43,9%
Infraestrutura de Rede	480	20,8%	400	26,3%	574	31,9%
Serviços de dados e Internet	221	9,6%	228	15,0%	326	18,1%
Star One	85	3,7%	62	4,1%	40	2,2%
Outros (Incluindo TI)	137	5,9%	65	4,3%	71	3,9%
<b>TOTAL EMBRAPAR</b>	<b>2.301</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.521</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.801</b>	<b>100,0%</b>

### Expansão de DTH – Direct To Home

Do total de R\$1.379 milhões investidos em Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais em 2010 foram destinados 40% para expansões do serviço de TV por assinatura através de DTH o que representou um investimento de R\$551 milhões.

## 7 - Responsabilidade Social

### Instituto Embratel e Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social é, para a Embratel, um de seus valores institucionais. E o Instituto Embratel, seu braço social, tem como objetivo primordial promover e colaborar para o desenvolvimento e a execução de projetos e atividades de natureza cultural, científica, educacional, esportiva e social, com ênfase naqueles de grande interesse comunitário.

Criado em 2001 e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde 2003, o Instituto Embratel incorpora os compromissos socioambientais cultivados há quatro décadas pela Embratel.

Ao longo de 10 anos de atuação, as ações do Instituto Embratel confirmam a solidez da Responsabilidade Social da Embratel em âmbito nacional e o compromisso com o desenvolvimento social, sustentável e a democratização ao acesso da informação e do conhecimento.

Dentre os investimentos de relevância social, o Instituto Embratel destaca:

#### Educação

- **Projeto Embratel Educação** - Realizado em âmbito nacional, disponibiliza as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para escolas públicas situadas em regiões de difícil acesso e comunicação, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em posição muito excluída socialmente no ranking do Atlas de Exclusão Social. A atuação do Projeto Embratel Educação atinge 65 mil alunos em todo o país. Dentre as comunidades do campo atendidas estão as Técnico-Agrícolas,

Indígenas, Quilombolas, Assentamentos, Reservas Extrativistas e Comunidades Rurais.

- **Cooperação Socioeducacional – GESAC** - O Instituto Embratel e o Ministério das Comunicações firmaram o Termo de Cooperação para levar, online e em CD-ROM, conteúdos socioeducacionais aos 12.000 Pontos de Presença do Programa GESAC (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão).
- **Projeto Faz Universitário** - Consiste na seleção de alunos de baixa renda para receberem bolsa de estudos, por quatro anos, em universidade particular na Bahia. Ao longo do projeto, o Instituto Embratel possibilitou a mais de 450 estudantes a conquista de um diploma.

## Cultura

- **Ação Social Pela Música** - Viabiliza programas de prática musical para crianças e adolescentes de comunidades de baixa renda, sobretudo aquelas submetidas a graves iniquidades pela recorrência da fome, da violência e da exposição ao crime.
- **Prêmio Imprensa Embratel – Edição 2010** - Criado em 1999 como forma de estimular a análise e o debate jornalístico, o prêmio reconhece as melhores reportagens e trabalhos fotográficos e cinematográficos em 17 categorias.
- **Parceria com a Fundação Biblioteca Nacional** - A parceria possibilitou a digitalização de 310 videoconferências que integram o acervo da Biblioteca Digital do Instituto Embratel.

## Cidadania

- **ASUME** – O Instituto Embratel implantou no Brasil o programa de desenvolvimento humano ASUME, criado em 1980 por uma associação civil mexicana. A filosofia internacional do projeto foi mantida, tendo como diretriz que todo ser humano é aperfeiçoável, apto a melhorar e desenvolver todas as suas capacidades inatas através de um processo contínuo e permanente de Superação Pessoal. O Instituto Embratel atuou na Regional Nordeste, em oito estados, e na Regional São Paulo (Capital e Campinas) totalizando 49 facilitadores e 129 funcionários/voluntários, além do Instituto Claro, com nove facilitadores.
- **Projeto Ponto Comunidade** - Em caráter socioeducativo, promove o acesso aos mais modernos meios de comunicação, levando a cultura digital como uma das formas de inclusão social.
- **Cidade do bem:** Em parceria com a ONG “Amigos do Bem”, que há 17 anos auxilia povoados em estado de miséria na região Nordeste do Brasil, o Instituto Embratel oferece aos 600 moradores do município de Buíque (PE) acesso à Internet banda

larga via satélite e o sistema de telefonia VOIP – além de todo o conteúdo do Projeto Embratel Educação.

- **Fundação Gol de Letra:** Em acordo técnico-educacional, disponibiliza acesso a internet banda larga ao laboratório de informática da sede da instituição, no Caju, bairro no Rio de Janeiro e atende diretamente a 1.200 crianças e adolescentes.
- **Casa Digital Maricá:** Recebeu do Instituto Embratel 22 computadores e a instalação de uma rede integrada com acesso à Internet banda larga, via satélite. Em 2010, a Casa Digital capacitou 175 professores da rede pública municipal de ensino e contabilizou 10.150 usuários do telecentro.
- **123 Alô! – A voz da criança e do adolescente** - Em 2010, a metodologia do 123 Alô! A voz da Criança e do Adolescente - Garantindo o Direito de Crianças e Adolescentes à Liberdade de Expressão, Comunicação, Informação e Participação fez parte da relação de 50 boas práticas/projetos inovadores em direitos da criança e do adolescente convidadas a participar do Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos da Criança e do Adolescente do Governo Federal.
- **Gente Capaz** – Em parceria com a área de Recursos Humanos da Embratel, Gente Capaz é voltado para a formação e qualificação profissional de pessoas com deficiência. Desde 2006, o Instituto Embratel desenvolve com o Centro de Integração Empresa Escola (“CIEE”) o Programa de Estágio em nível superior, realizado nas empresas do Grupo Embratel .
- **Ajuda Humanitária – Chile** - O Instituto Embratel, a Embratel e a Star One trabalharam em conjunto com a Telmex Chile para levar comunicação de voz em tempo recorde às regiões mais afetadas pelo terremoto que abalou o país no dia 27 de fevereiro de 2010.
- **Ajuda Humanitária – Região Estado do Rio de Janeiro** - Ajuda Humanitária por ocasião da enchente no Rio de Janeiro – São Gonçalo, Seropédica e Angra dos Reis. A equipe da Embratel atuou em cinco dias de voluntariado em prol das vítimas da chuva. Foram colocados à disposição da Defesa Civil Estadual 25 telefones Livre e disponibilizados serviços de telecomunicações.

## Meio Ambiente

- **Educação para o Desenvolvimento Sustentável** - O Instituto Embratel firmou parcerias para a execução das seguintes ações:
  - ✓ Projeto Educação nas Reservas Extrativistas (AM) - Desenvolvimento sustentável dos povos da floresta.
  - ✓ Projeto Embratel Educação no Semiárido de Pernambuco - Desenvolvimento sustentável local e agricultura familiar.
  - ✓ Parintins – Primeira Cidade Digital da Amazônia.

- ✓ Tecnologia a serviço da Educação Ambiental na Ilha Grande - Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande – Rio de Janeiro.

## **Prêmios e Reconhecimentos de 2010**

- **Prêmio Cidadania do Anuário Telecom 2010:** Projeto de Cooperação Socioeducacional-Gesac;
- **8º Ranking Benchmarking Ambiental Brasileiro.** Case Vencedor: "Tecnologia a serviço da educação ambiental"
- **Reconhecimento pelo Prêmio Von Martius de Sustentabilidade da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha** por sua contribuição em promover o desenvolvimento econômico, social e cultural com respeito ambiental
- **Destaque** no Anuário da revista A Rede pelo Projeto "De Dentro da Pedra", em Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro.
- **Representante no Brasil do Programa ASUME** – Telmex Internacional – México, e voluntariado voltado para o desenvolvimento integral do ser humano

Mais informações sobre o Instituto Embratel, e seus projetos, podem ser obtidas através das seguintes páginas na rede mundial de computadores: <http://www.institutoembratel.org.br> e <http://www.embratel.com.br>.

## **8 – Recursos Humanos**

A Diretoria de Recursos Humanos fechou o ano de 2010 com várias iniciativas para ampliar a sinergia com todas as áreas da Embratel, de forma a alcançar melhores resultados.

Desse modo, foram reforçadas ações de treinamento na Academia IP, que visa desenvolver profissionais da área de Tecnologia, Engenharia, Rede e Operações. Dentre seus programas, ressaltamos o de Introdução Tecnológica (com 1.500 treinados) e o Convergência IP (com a formação de 300 funcionários), além de contribuir consideravelmente para a Recertificação Cisco Gold Partner, reforçando o padrão de qualidade internacional na prestação de serviços IP oferecidos pela Empresa.

Foi lançada a Academia de Liderança, com o objetivo de aperfeiçoar as competências dos líderes de hoje e preparar os potenciais líderes do futuro, através de programas especiais de desenvolvimento, ministrados por executivos globais e professores de universidades internacionais – tudo pela web. A Academia de Liderança é chave para o Programa de

Sucessão, iniciado em 2010, cujo processo é identificar jovens valores na organização e ajudar seus líderes a prepararem seus sucessores.

Paralelamente a isso, 378 funcionários foram treinados na metodologia Lean Six Sigma, com a formação de oito Black Belts e 92 Green Belts, que desenvolveram projetos de eficácia operacional em suas áreas.

A Diretoria aprimorou e otimizou suas ferramentas de gestão de pessoas criando o Histórico Profissional, um instrumento on line que reúne em um só lugar diversos dados dos funcionários, facilitando o acesso a uma gama de informações mais precisas e relevantes sobre a carreira e a vida profissional na Embratel.

Da mesma forma, buscou aperfeiçoar seu sistema de Indicadores de RH, utilizando-se de medidas e padrões de produtividade que, combinadas com as diretrizes de negócio da Empresa, favorecem o planejamento de recursos humanos mais alinhado aos resultados empresariais.

O ano de 2010 foi um ano de muitas conquistas para Recursos Humanos, que renderam à Embratel vários reconhecimentos, entre eles: o Prêmio “Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional – IDHO”, da revista Gestão & RH, por práticas altamente qualificadas nas esferas do capital humano, governança corporativa, sustentabilidade e transparência. O prêmio “10 anos do e-Learning Brasil”, outorgado pela MicroPower – empresa líder no fornecimento de soluções de e-Learning e gestão de aprendizagem –, por práticas em educação corporativa utilizando mídia eletrônica e aprendizagem via web.

Com menos de um ano de lançada, a Intranet Embratel recebeu quatro prêmios: por “Conteúdo”, “Colaboração” e “Integração com TI”, concedidos pelo Instituto Intranet Portal – entidade que fomenta o mercado de intranets e portais corporativos no país – e o Prêmio Aberje Regional de “Mídia Digital”, conferido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial.

Uma vez mais, o compromisso da Embratel com o meio ambiente e a comunidade onde atua foi atestado. A Empresa renovou por mais quatro anos a certificação ISO 14001 do Sistema de Gestão Ambiental de sua Estação de Telecomunicações de Fernando de Noronha, através da auditoria conduzida pelo Bureau Veritas, referência em avaliação da conformidade e certificação nas áreas da qualidade, saúde e segurança, meio ambiente e responsabilidade social.

## **9 - Agradecimentos**

Agradecemos aos acionistas, clientes, Governos, fornecedores e Instituições Financeiras pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos funcionários pela dedicação e empenho apresentados.

A Administração

# **Demonstrações Financeiras**

## **Embratel Participações S.A.**

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras

# **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009

### **Índice**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	1
Balanços patrimoniais .....	4
Demonstração dos resultados .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstração dos fluxos de caixa .....	8
Demonstração dos valores adicionados .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Embratel Participações S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Embratel Participações S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

## **Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação**

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Embratel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Embratel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Embratel Participações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado  
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		Reapresentação			Reapresentação		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo							
Circulante		<b>157.255</b>	293.337	26.847	<b>2.970.501</b>	3.792.501	3.521.470
Caixa e equivalentes de caixa	12	<b>3.982</b>	42.238	1.064	<b>77.970</b>	1.083.191	584.587
Instrumentos financeiros	21	-	-	-	-	1.288	68.504
Contas a receber	13	-	-	-	<b>2.135.349</b>	2.106.127	2.116.173
Estoques		-	-	-	<b>34.533</b>	27.720	110.089
Dividendos e juros sobre capital próprio		<b>151.469</b>	248.243	23.788	-	-	-
Tributos a recuperar	14	<b>1.721</b>	2.830	1.970	<b>532.837</b>	396.027	484.129
Despesas antecipadas		-	-	-	<b>48.952</b>	64.008	58.824
Créditos com partes relacionadas	27	-	-	-	<b>35.228</b>	-	-
Outros ativos circulantes		<b>83</b>	26	25	<b>105.632</b>	114.140	99.164
Não circulante		<b>10.576.554</b>	9.721.814	8.711.412	<b>17.595.376</b>	12.734.503	11.714.823
Tributos a recuperar	14	-	-	-	<b>234.243</b>	215.761	249.664
Tributos diferidos	14	-	-	-	<b>570.191</b>	715.486	957.345
Depósitos judiciais		<b>2.528</b>	2.534	2.480	<b>196.226</b>	176.990	164.869
Instrumentos financeiros	21	-	-	-	-	-	108.436
Créditos com partes relacionadas	27	-	-	-	<b>257.369</b>	-	-
Outros ativos		-	-	-	<b>144.476</b>	149.161	128.679
Investimentos	15	<b>10.574.026</b>	9.719.280	8.708.932	<b>6.371.361</b>	1.904.595	1.626.406
Imobilizado	16	-	-	-	<b>8.642.019</b>	8.192.232	8.102.282
Intangível	17	-	-	-	<b>1.179.491</b>	1.380.278	377.142
Total do ativo		<b>10.733.809</b>	10.015.151	8.738.259	<b>20.565.877</b>	16.527.004	15.236.293

Notas	Controladora			Consolidado		
	Reapresentação			Reapresentação		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	<b>281.734</b>	422.592	320.358	<b>3.740.210</b>	4.029.570	4.387.022
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	<b>152.738</b>	720.246	1.466.003
Instrumentos financeiros	21	-	-	-	95.885	-
Fornecedores	18	<b>953</b>	947	<b>1.485.809</b>	1.136.528	1.281.368
Obrigações fiscais	19	<b>84</b>	1.688	<b>789.294</b>	702.434	669.504
Dividendos		<b>278.315</b>	417.603	<b>279.888</b>	420.046	316.842
Obrigações sociais e trabalhistas		<b>4</b>	12	<b>101.956</b>	92.368	98.667
Provisões	22	<b>2.349</b>	2.327	<b>472.471</b>	411.810	401.090
Passivo atuarial - Telos	23	-	-	<b>27.977</b>	29.078	37.997
Passivos com partes relacionadas	27	<b>6</b>	6	-	-	-
Receitas antecipadas		-	-	<b>181.329</b>	178.794	-
Outras obrigações		<b>23</b>	9	<b>248.748</b>	242.381	115.551
Não circulante		<b>2.645</b>	2.645	<b>6.134.959</b>	2.663.192	2.241.107
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	<b>5.062.450</b>	1.327.968	1.615.946
Instrumentos financeiros	21	-	-	-	51.302	-
Passivo atuarial - Telos	23	-	-	<b>475.919</b>	455.342	429.673
Obrigações fiscais	19	-	-	<b>813</b>	2.588	2.681
Tributos diferidos	19	<b>1.730</b>	1.730	<b>45.965</b>	90.068	94.065
Receitas antecipadas		-	-	<b>548.871</b>	734.983	86.104
Recursos capitalizáveis e outras obrigações		<b>915</b>	915	<b>941</b>	941	12.638
Patrimônio líquido	25	<b>10.449.430</b>	9.589.914	<b>10.690.708</b>	9.834.242	8.608.164
Capital social realizado		<b>6.018.064</b>	5.618.699	<b>6.018.064</b>	5.618.699	5.316.660
Reservas de lucros		<b>4.431.366</b>	3.971.215	<b>4.431.366</b>	3.971.215	3.098.596
Participações de não controladores		-	-	<b>241.278</b>	244.328	192.908
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>10.733.809</b>	10.015.151	<b>20.565.877</b>	16.527.004	15.236.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração dos resultados

31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico diluído por lote de mil ações)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009	
Receita operacional líquida	5	-	-	11.231.037	10.601.977
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	6	-	-	(7.734.048)	(7.031.988)
Lucro bruto		-	-	3.496.989	3.569.989
Despesas operacionais, líquidas		(3.350)	(2.988)	(2.313.152)	(2.071.471)
Comercialização dos serviços	7	-	-	(1.418.889)	(1.286.463)
Gerais e administrativas	8	(3.302)	(2.923)	(719.105)	(719.809)
Outras despesas operacionais	9	(48)	(65)	(175.158)	(65.199)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e resultado de participações societárias		(3.350)	(2.988)	1.183.837	1.498.518
Resultado financeiro	10	2.246	298	(213.432)	294.785
Equivalência patrimonial	15	724.110	1.281.493	174.548	257.332
Lucro antes de impostos e participações de não controladores		723.006	1.278.803	1.144.953	2.050.635
Imposto de renda e contribuição social	11	-	(1.017)	(379.918)	(718.172)
Participações de não controladores		-	-	(42.029)	(54.677)
Lucro líquido do exercício		723.006	1.277.786	723.006	1.277.786
Lucro atribuível a					
Acionistas controladores		723.006	1.277.786	723.006	1.277.786
Acionistas não controladores		-	-	42.029	54.677
Lucro básico e diluído por lote de mil ações:					
Ordinária		0,60	1,23	0,60	1,23
Preferencial		0,77	1,26	0,77	1,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora e consolidado  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais)

	Capital social realizado	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimentos				
Saldos em 01 de janeiro de 2009 (reapresentação)	5.316.660	288.394	468.188	2.342.014	-	8.415.256	192.908	8.608.164
Aumento de capital social (Nota 25.a.)	302.039	-	-	-	-	302.039	-	302.039
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.277.786	1.277.786	-	1.277.786
Realização reserva de lucros para destinação de dividendos	-	-	(401.146)	-	401.146	-	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	2.138	2.138	-	2.138
Destinação do lucro líquido do exercício ajustado	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	64.636	-	-	(64.636)	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 25.c.)	-	-	-	-	(407.305)	(407.305)	-	(407.305)
Constituição da reserva para investimentos	-	-	-	1.224.052	(1.224.052)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS	-	-	(14.923)	-	14.923	-	-	-
Participações de não controladores	-	-	-	-	-	-	8.722	8.722
Dividendos adicionais de controlada de 2008 pagos em 2009	-	-	-	-	-	-	(812)	(812)
Dividendo adicional proposto de controlada - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	43.510	43.510
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentação)	5.618.699	353.030	52.119	3.566.066	-	9.589.914	244.328	9.834.242
Aumento de capital social (Nota 25.a.)	399.365	-	-	-	-	399.365	-	399.365
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	723.006	723.006	-	723.006
Dividendos prescritos	-	-	-	-	2.108	2.108	-	2.108
Destinação do lucro líquido do exercício ajustado	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	38.756	-	-	(38.756)	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 25.c.)	-	-	-	-	(264.963)	(264.963)	-	(264.963)
Constituição da reserva para investimentos	-	-	-	473.514	(473.514)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS	-	-	(52.119)	-	52.119	-	-	-
Participações de não controladores	-	-	-	-	-	-	5.603	5.603
Dividendos adicionais de controlada de 2009 pagos em 2010	-	-	-	-	-	-	(43.510)	(43.510)
Dividendo adicional proposto de controlada - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	34.857	34.857
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.018.064	391.786	-	4.039.580	-	10.449.430	241.278	10.690.708
			4.431.366					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
31 de dezembro de 2010 e 2009  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	723.006	1.277.786	723.006	1.277.786
Depreciação e amortização	-	-	2.084.299	1.311.425
Perdas (ganhos) monetários e cambiais, líquidos	-	-	23.376	(618.753)
Efeitos de "swap" e "forward"	-	-	47.623	238.855
Participações de não controladores	-	-	42.029	54.677
Baixas de imobilizado e intangível	-	-	(31.733)	12.654
Equivalência patrimonial	(724.110)	(1.281.493)	(174.548)	(257.332)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	101.192	213.582
Outras atividades operacionais	-	-	20.294	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	21.144	63.012	-	-
Redução de contas a receber	-	-	25.301	117.133
Redução da provisão para devedores duvidosos	-	-	(54.523)	(107.087)
Redução (aumento) de tributos a recuperar circulante e não circulante	1.109	150	(155.292)	122.005
Aumento de créditos com partes relacionadas	-	-	(292.597)	-
Redução (aumento) de depósitos judiciais	6	(54)	(19.236)	(12.122)
Aumento de juros provisionados	-	-	155.823	119.777
Aumento (redução) de fornecedores	6	(1)	349.281	(144.840)
Aumento (redução) de obrigações fiscais circulante e não circulante	(1.604)	1.202	85.085	50.282
Aumento de provisões	22	57	60.661	10.720
Redução de receitas antecipadas	-	-	(183.578)	(21.959)
Outras variações no capital circulante e não circulante, líquidas	(56)	54	55.185	127.936
	<b>19.523</b>	<b>60.713</b>	<b>2.861.648</b>	<b>2.494.739</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Adições de investimento	(55.000)	(17.372)	(1.994.770)	(20.854)
Adições de ágio	-	-	(2.297.447)	-
Adições de imobilizado e intangível	-	-	(2.301.218)	(1.521.520)
	<b>(55.000)</b>	<b>(17.372)</b>	<b>(6.593.435)</b>	<b>(1.542.374)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Empréstimos obtidos	-	-	5.068.451	911.762
Empréstimos pagos	-	-	(2.007.841)	(1.327.540)
Juros pagos	-	-	(93.359)	(118.981)
Liquidação de "swap" e "forward"	-	-	(193.525)	83.985
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(2.779)	(2.167)	(47.160)	(2.987)
	<b>(2.779)</b>	<b>(2.167)</b>	<b>2.726.566</b>	<b>(453.761)</b>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(38.256)	41.174	(1.005.221)	498.604
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.238	1.064	1.083.191	584.587
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>3.982</b>	<b>42.238</b>	<b>77.970</b>	<b>1.083.191</b>
<b>Divulgação suplementar de informação dos fluxos de caixa</b>				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(297.401)	(405.505)
Transações não caixa				
Aquisição de capacidade (Nota 27.2.)	-	-	-	(873.539)
Venda de capacidade (Nota 27.2.)	-	-	-	849.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos valores adicionados  
31 de dezembro de 2010 e 2009  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009
Receitas				
Vendas de serviços e handsets	-	-	15.362.788	14.585.043
Descontos, cancelamentos e devoluções	-	-	(199.198)	(235.733)
Devedores duvidosos	-	-	(347.222)	(389.211)
	-	-	14.816.368	13.960.099
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados (incluindo venda de handsets)	-	-	(4.246.512)	(4.590.986)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.455)	(2.140)	(2.141.184)	(1.601.573)
	(2.455)	(2.140)	(6.387.696)	(6.192.559)
Valor adicionado bruto	(2.455)	(2.140)	8.428.672	7.767.540
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(2.084.299)	(1.311.425)
Valor adicionado líquido gerado	(2.455)	(2.140)	6.344.373	6.456.115
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	724.110	1.281.493	174.548	257.332
Receitas financeiras	2.261	947	185.360	128.349
	726.371	1.282.440	359.908	385.681
Valor adicionado total a distribuir	723.916	1.280.300	6.704.281	6.841.796
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	828	829	865.655	845.792
Remuneração	828	829	640.692	629.618
Benefícios	-	-	162.994	146.077
Encargos	-	-	9.984	16.947
FGTS	-	-	51.985	53.150
Impostos, taxas e contribuições	67	1.036	4.674.799	4.829.977
Federal	-	1.017	1.331.835	1.637.146
Estadual	-	-	3.324.132	3.174.287
Municipal	67	19	18.832	18.544
Remuneração de capitais de terceiros	15	649	398.792	(166.436)
Juros sobre financiamentos	-	-	155.823	119.777
Variações cambiais e monetárias - passivas	-	-	100.589	(395.353)
Outras despesas financeiras	15	649	142.380	109.140
Remuneração de capitais próprios	723.006	1.277.786	765.035	1.332.463
Participações de não controladores	-	-	42.029	54.677
Dividendos prescritos	(2.109)	(2.138)	(2.109)	(2.138)
Realização reserva de lucros	(52.119)	(401.146)	(52.119)	(401.146)
Dividendos	264.964	407.305	264.964	407.305
Constituição da reserva de lucros	512.270	1.273.765	512.270	1.273.765
Valor adicionado distribuído	723.916	1.280.300	6.704.281	6.841.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **1. Histórico e contexto operacional**

A Embratel Participações S.A. (“Embrapar” ou “Sociedade”), foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, cujo protocolo foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998.

A Sociedade é controlada indiretamente pela Telmex Internacional, S.A.B. de C.V., (“Telmex Internacional”), que por sua vez é controlada direta da América Móvil S.A.B. de C.V., organizadas e existentes de acordo com as leis do México, e que detém 98,12% das ações da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 (98,06% das ações em 31 de dezembro de 2009).

A Sociedade, através de suas controladas e coligadas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por satélite (DTH) e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

A Sociedade detém 99,20% do capital social da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel (“Embratel”), empresa prestadora de serviços de telecomunicações, principalmente de longa distância, dados e telefonia local.

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas à controlada Embratel pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso. Este ônus corresponde ao pagamento, a cada biênio, do correspondente a 2% de receita, do ano anterior ao do pagamento, associada à exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. Da mesma forma, a licença para exploração dos serviços de satélites brasileiros outorgadas à controlada Star One S.A. (“Star One”), renovadas em 31 de dezembro de 2005 até 31 de dezembro de 2020, é a título oneroso, e pode ser renovada por mais 15 anos.

A Sociedade possui participação no capital social da controlada Primesys Soluções Empresariais S.A. (“PMS”), que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações, e da controlada Telmex do Brasil Ltda. (“TdB”), que presta serviços de comunicação de dados e internet.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Sociedade possui participação direta e indireta (através da controlada Embratel e coligada GB Empreendimentos e Participações S.A. ("GB")) na Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), cujo objetivo é atuar direta ou indiretamente na distribuição de sinais de televisão por assinatura, no provimento de acesso a serviços de valor adicionado, na prestação de outros serviços de telecomunicações, e em qualquer outra modalidade de distribuição de sinais de qualquer espécie, através de sua rede e na produção de seus próprios canais locais.

A Sociedade e sua controlada Embratel são acionistas da NET e não integram o seu grupo de controle, tendo pelo Acordo de Acionistas apenas a prerrogativa de aprovação em certas operações de natureza extraordinária ou ainda envolvendo partes relacionadas, sem direito a veto.

Em 2010, a controlada Embratel adquiriu, através de Oferta pública voluntária ("OPA"), 186.547.731 ações preferenciais de emissão da NET com valor total de R\$4.292.217. Desta forma a Sociedade passa a deter, direta e indiretamente, 89,3% do capital total da NET em 31 de dezembro de 2010 (35,3% em 31 de dezembro de 2009 e em 01 de janeiro de 2009).

Em 1º de outubro de 2007, a controlada Embratel constituiu a controlada Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Tvsat"), com o objetivo principal de prestar serviços de telecomunicações, incluindo, mas sem se limitar a, serviços de transmissão de TV paga, dentre os quais serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite - DTH. A autorização para prestação deste serviço foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2008, tendo o lançamento no mercado nacional ocorrido em 1º de dezembro de 2008. Em 01 de dezembro de 2009 a Tvsat recebeu a autorização para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC até 31 de dezembro de 2010, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") seria custo ou valor justo.

A Sociedade adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem os demonstrativos financeiros comparativos de 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras em 01 de janeiro de 2009, a data de transição para o IFRS. O IFRS 1 ("First time adoption of International Reporting Standards" - Primeira adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e relativas interpretações, do IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS (ou seja, 31 de dezembro de 2010). O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota 2.13. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 08 de fevereiro de 2011.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

### **2.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

### **2.3. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada encerramento mensal de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- b. Recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.
- b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2.4. Contas a receber**

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, bem como valores a receber pela prestação de serviços de dados, local, DTH e outros serviços.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada na Nota 13.

### **2.5. Saldos em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 10.

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534 revisado pela Deliberação nº 624 de 28 de janeiro de 2010.

### **2.6. Estoques**

Estão avaliados ao custo médio de aquisição reduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e referem-se, substancialmente, a "handsets" (aparelhos telefônicos digitais). As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2.7. Investimentos**

Os investimentos em controladas e coligadas nas quais a Sociedade possui influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme CPC18.

O ágio relacionado com coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado, e está fundamentado em rentabilidade futura, não sendo portanto testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Sociedade e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, inclusive aquelas no exterior, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com as adotadas pela Sociedade.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Sociedade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

### **2.8. Imobilizado**

O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Conforme requerido pelo OCPC 10, a Administração efetuou estudos técnicos para constituir e suportar a vida útil econômica estimada de seus ativos de longo prazo e, como consequência, houve reconhecimento de despesa de depreciação e amortização adicional em R\$485.665 em 31 de dezembro de 2010.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43.

A Sociedade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Sociedade; (ii) o ativo imobilizado da Sociedade é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Sociedade opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Sociedade ao longo dos anos e (iv) a Sociedade possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil econômica dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Quando aplicável, o imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e sua contrapartida registrada como impostos a recuperar.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2.9. Intangível**

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por ágios, softwares, licenças regulatórias e direitos irrevogáveis de uso, cuja composição está demonstrada na Nota 17.

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 deixaram de ser amortizados, estando submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável ou caso algum fator interno ou externo evidencie a necessidade de aplicação do teste durante o ano calendário.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil econômica indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil econômica, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2.10. Provisão para recuperação de ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, quando disponível. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **2.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

### **2.12. Tributação**

#### Impostos sobre vendas

As controladas da Sociedade estão sujeitas, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

- ▶ Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%;
- ▶ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% e 7,60%;
- ▶ Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%;
- ▶ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 25% a 35%;

Esses tributos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda - IRPJ e a contribuição social - CSLL. O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercícios e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis, geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
- ▶ Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- ▶ Quando o ativo diferido estiver relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias, avaliados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperação constituída de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 371/02, estão demonstrados nas Notas 11, 14 e 19.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Sociedade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **Provisões para contingências**

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

O saldo total das provisões para contingências é registrado no passivo circulante, uma vez que não é possível estimar o prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 22.

### **2.14. Passivo atuarial**

As controladas Embratel, Star One, PMS e Tvsat, patrocinam uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 23). As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

### **2.15. Benefícios a empregados**

As controladas Embratel, Star One, Click 21 Comércio e Publicidade Ltda. - "Click 21", BrasilCenter Comunicações Ltda - "BrasilCenter", PMS, TdB e Tvsat constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas empresariais e individuais. Estas controladas registraram esta despesa na demonstração do resultado, no grupo de despesas gerais e administrativas (R\$86.803 e R\$70.274 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente). A controlada BrasilCenter classifica a referida provisão no grupo de comercialização de serviços, totalizando R\$1.837 em 31 de dezembro de 2010 (R\$2.228 em 31 de dezembro de 2009 e R\$2.309 em 01 de janeiro de 2009).

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2.16. Receitas antecipadas**

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

### **2.17. Outros ativos e passivos**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Sociedade concluiu que não houve ajuste relevante nas demonstrações financeiras nos exercícios apresentados.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2.19. Reconhecimento de receita**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados à favor da Sociedade. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização.

### **2.20. Resultado financeiro**

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com Programa de Integração Social - "PIS", Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - "COFINS" (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio).

### **2.21. Participações de não controladores**

Referem-se a participações de terceiros nas controladas Embratel e Star One.

### **2.22. Lucro por ação**

A Sociedade efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### **2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e revisado pela Deliberação 641 de 07 de outubro de 2010. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **2.24. Informação por segmento**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Sociedade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

### **2.25. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (comitê de interpretação de informação financeira do IASB)**

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011.

A Administração da Sociedade não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade no período de aplicação inicial.

Segue abaixo um sumário destes novos procedimentos e interpretações analisados pela Administração:

#### **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte Relacionada (Revisada)**

A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários**

Oferece orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de:

- ▶ Circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação;
- ▶ Transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo;
- ▶ Mudança na classificação dos ativos financeiros;
- ▶ Mudança nos passivos e ativos contingentes.

### **IFRS 7 Instrumentos Financeiros**

Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.

### **IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração**

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

### **IFRIC 9 Programas de Fidelização de Clientes**

O significado de “valor justo” é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.

### **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo**

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital**

Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Sociedade não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Sociedade.

### **3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Sociedade eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2009 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Sociedade preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB” para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Sociedade adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Sociedade adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas na Nota 3.2.

As Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o “*International Financial Reporting Standard - IFRS*”.

### **3.1. Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva**

O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Sociedade efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Sociedade (com indicação a correspondente Norma Internacional):

As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

- a) Exceções obrigatórias para combinações de negócios: a Sociedade adotou o CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2010 com efeito retroativo apenas para o exercício imediatamente anterior (iniciado em 01 de janeiro de 2009); cabendo ressaltar que não ocorreu nenhuma combinação de negócios após a data de transição;
- b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Sociedade optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo;
- c) Isenção relativa à classificação dos instrumentos financeiros: A Sociedade optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos CPCs. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações;

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

d) Isenção para mensuração dos benefícios a empregados:

A Sociedade optou por diferir todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente a partir de 01 de janeiro de 2009.

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações contábeis na data da adoção inicial:

- a. Contratos de seguros CPC 11 (IFRS 4): A norma não é aplicável às operações da Sociedade.
- b. Contratos de concessão ICPC 01 (IFRIC 12): A Sociedade não possui operações de concessão de serviços públicos que se enquadrem no escopo do ICPC 01.

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- a. Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: A Sociedade não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.
- b. Registro de operações de hedge: A Sociedade não possuía qualquer operação classificada como *hedge accounting* para fins de CPC na data de transição.
- c. Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 3.2. Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Sociedade apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido da controladora e consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

#### 3.2.1. Balanço de abertura em 01.01.2009

##### Conciliação de adoção inicial

	Controladora		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	01/01/2009 CPCs
Ativo			
Circulante	66.071	(39.224)	26.847
Caixa e equivalentes de caixa	1.064	-	1.064
Dividendos e juros sobre capital próprio (g)	63.012	(39.224)	23.788
Tributos a recuperar	1.970	-	1.970
Outros ativos circulantes	25	-	25
Não circulante	8.601.161	110.251	8.711.412
Depósitos judiciais (a)	225	2.255	2.480
Investimentos (b)/(c)/(d)/(g)	8.229.343	479.589	8.708.932
Intangível (b)	371.593	(371.593)	-
Total do ativo	8.667.232	71.027	8.738.259

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	<b>Controladora</b>		
	<b>01/01/2009 BRGAAP</b>	<b>Ajustes CPCs</b>	<b>01/01/2009 CPCs</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	318.103	2.255	320.358
Fornecedores	948	-	948
Obrigações fiscais	486	-	486
Dividendos	316.642	-	316.642
Obrigações sociais e trabalhistas	12	-	12
Provisão para contingências (a)/(h)	15	(15)	-
Provisões (h)	-	2.270	2.270
Não circulante	915	1.730	2.645
Tributos diferidos (d)	-	1.730	1.730
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	915	-	915
Patrimônio líquido	8.348.214	67.042	8.415.256
Capital social realizado	5.316.660	-	5.316.660
Reservas de lucros (c)/(d)	3.031.554	67.042	3.098.596
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>8.667.232</b>	<b>71.027</b>	<b>8.738.259</b>
	<b>Consolidado</b>		
	<b>01/01/2009 BRGAAP</b>	<b>Ajustes CPCs</b>	<b>01/01/2009 CPCs</b>
Ativo			
Circulante	3.897.489	(376.019)	3.521.470
Caixa e equivalentes de caixa	584.587		584.587
Instrumentos financeiros	68.504	-	68.504
Contas a receber	2.116.173	-	2.116.173
Estoques	110.089	-	110.089
Tributos a recuperar	484.129	-	484.129
Tributos diferidos (e)	376.019	(376.019)	-
Despesas antecipadas	58.824	-	58.824
Outros ativos circulantes	99.164	-	99.164
Não circulante	11.287.770	427.053	11.714.823
Tributos a recuperar	249.664	-	249.664
Tributos diferidos (d)/(e)	589.913	367.432	957.345
Depósitos judiciais (a)	100.987	63.882	164.869
Instrumentos financeiros	108.436	-	108.436
Outros ativos	128.444	235	128.679
Investimentos (b)/(c)	1.043.082	583.324	1.626.406
Imobilizado	8.102.282	-	8.102.282
Intangível (b)	964.410	(587.268)	377.142
Diferido (f)	552	(552)	-
<b>Total do ativo</b>	<b>15.185.259</b>	<b>51.034</b>	<b>15.236.293</b>

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	01/01/2009 CPCs
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	4.361.617	25.405	4.387.022
Empréstimos e financiamentos	1.466.003	-	1.466.003
Fornecedores	1.281.368	-	1.281.368
Obrigações fiscais	669.504	-	669.504
Tributos diferidos (e)	37.664	(37.664)	-
Dividendos (g)	317.654	(812)	316.842
Obrigações sociais e trabalhistas	98.667	-	98.667
Participação dos empregados nos resultados (h)	61.026	(61.026)	-
Provisão para contingências (a)/(h)	276.183	(276.183)	-
Provisões (h)	-	401.090	401.090
Passivo atuarial - Telos	37.997	-	37.997
Outras obrigações	115.551	-	115.551
Não circulante	2.283.523	(42.416)	2.241.107
Empréstimos e financiamentos	1.615.946	-	1.615.946
Passivo atuarial - Telos (i)	454.930	(25.257)	429.673
Obrigações fiscais	2.681	-	2.681
Tributos diferidos (d)/(e)	54.670	39.395	94.065
Receitas antecipadas (d)	142.658	(56.554)	86.104
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	12.638	-	12.638
Participações minoritárias (j)	191.905	(191.905)	-
Patrimônio líquido	8.348.214	259.950	8.608.164
Capital social realizado	5.316.660	-	5.316.660
Reservas de lucros (c)/(d)	3.031.554	67.042	3.098.596
Participações de não controladores (g)/(j)	-	192.908	192.908
Total do passivo e patrimônio líquido	15.185.259	51.034	15.236.293

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 3.2.2. Balanço em 31.12.2009 reapresentado

	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2009 BRGAAP</b>	<b>Ajustes CPCs</b>	<b>31/12/2009 CPCs</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>	314.482	(21.145)	293.337
Caixa e equivalentes de caixa	42.238	-	42.238
Dividendos e juros sobre capital próprio (g)	269.388	(21.145)	248.243
Tributos a recuperar	2.830	-	2.830
Outros ativos circulantes	26	-	26
<b>Não circulante</b>	9.644.565	77.249	9.721.814
Depósitos judiciais (a)	279	2.255	2.534
Investimentos (b)/(c)/(d)/(g)	9.272.693	446.587	9.719.280
Intangível (b)	371.593	(371.593)	-
<b>Total do ativo</b>	<b>9.959.047</b>	<b>56.104</b>	<b>10.015.151</b>
	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2009 BRGAAP</b>	<b>Ajustes CPCs</b>	<b>31/12/2009 CPCs</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>	420.337	2.255	422.592
Fornecedores	947	-	947
Obrigações fiscais	1.688	-	1.688
Dividendos	417.603	-	417.603
Obrigações sociais e trabalhistas	12	-	12
Provisão para contingências (a)/(h)	72	(72)	-
Provisões (h)	-	2.327	2.327
Partes relacionadas	6	-	6
Outras obrigações	9	-	9
<b>Não circulante</b>	915	1.730	2.645
Tributos diferidos (d)	-	1.730	1.730
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	915	-	915
<b>Patrimônio líquido</b>	9.537.795	52.119	9.589.914
Capital social realizado	5.618.699	-	5.618.699
Reservas de lucros (c)/(d)	3.919.096	52.119	3.971.215
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>9.959.047</b>	<b>56.104</b>	<b>10.015.151</b>

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	31/12/2009 CPCs
Ativo			
Circulante	4.135.064	(342.563)	3.792.501
Caixa e equivalentes de caixa	1.083.191		1.083.191
Instrumentos financeiros	1.288	-	1.288
Contas a receber	2.106.127	-	2.106.127
Estoques	27.720	-	27.720
Tributos a recuperar	396.027	-	396.027
Tributos diferidos (e)	342.563	(342.563)	-
Despesas antecipadas	64.008	-	64.008
Outros ativos circulantes	114.140	-	114.140
Não circulante	12.343.868	390.635	12.734.503
Tributos a recuperar	215.761	-	215.761
Tributos diferidos (d)/(e)	381.510	333.976	715.486
Depósitos judiciais (a)	101.125	75.865	176.990
Outros ativos	149.044	117	149.161
Investimentos (b)/(c)	1.336.216	568.379	1.904.595
Imobilizado	8.192.232	-	8.192.232
Intangível (b)	1.967.546	(587.268)	1.380.278
Diferido (f)	434	(434)	-
Total do ativo	16.478.932	48.072	16.527.004

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	31/12/2009 CPCs
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	4.056.030	(26.460)	4.029.570
Empréstimos e financiamentos	720.246	-	720.246
Instrumentos financeiros	95.885	-	95.885
Fornecedores	1.136.528	-	1.136.528
Obrigações fiscais	702.434	-	702.434
Tributos diferidos (e)	58.815	(58.815)	-
Dividendos (g)	463.556	(43.510)	420.046
Obrigações sociais e trabalhistas	92.368	-	92.368
Participação dos empregados nos resultados (h)	71.968	(71.968)	-
Provisão para contingências (a)/(h)	263.977	(263.977)	-
Provisões (h)	-	411.810	411.810
Passivo atuarial - Telos	29.078	-	29.078
Receitas antecipadas	178.794	-	178.794
Outras obrigações	242.381	-	242.381
Não circulante	2.684.458	(21.266)	2.663.192
Empréstimos e financiamentos	1.327.968	-	1.327.968
Instrumentos financeiros	51.302	-	51.302
Passivo atuarial - Telos (i)	480.599	(25.257)	455.342
Obrigações fiscais	2.588	-	2.588
Tributos diferidos (d)/(e)	29.523	60.545	90.068
Receitas antecipadas	791.537	(56.554)	734.983
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	941	-	941
Participações minoritárias (j)	200.649	(200.649)	-
Patrimônio líquido	9.537.795	296.447	9.834.242
Capital social realizado	5.618.699	-	5.618.699
Reservas de lucros (c)/(d)	3.919.096	52.119	3.971.215
Participações de não controladores (g)/(j)	-	244.328	244.328
Total do passivo e patrimônio líquido	16.478.932	48.072	16.527.004

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2009 BRGAAP</b>	<b>Ajustes CPCs</b>	<b>31/12/2009 CPCs</b>
Despesas operacionais, líquidas	(2.988)	-	(2.988)
Gerais e administrativas	(2.923)	-	(2.923)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(65)	-	(65)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e resultado de participações societárias	(2.988)	-	(2.988)
Resultado financeiro	298	-	298
Equivalência patrimonial (c)	1.296.416	(14.923)	1.281.493
Lucro antes de impostos	1.293.726	(14.923)	1.278.803
Imposto de renda e contribuição social	(1.017)	-	(1.017)
Lucro líquido do exercício	1.292.709	(14.923)	1.277.786
	<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2009 BRGAAP</b>	<b>Ajustes CPCs</b>	<b>31/12/2009 CPCs</b>
Receita operacional líquida	10.601.977	-	10.601.977
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(7.031.988)	-	(7.031.988)
Lucro bruto	3.569.989	-	3.569.989
Despesas operacionais, líquidas	(2.071.471)	-	(2.071.471)
Comercialização dos serviços	(1.286.463)	-	(1.286.463)
Gerais e administrativas	(719.809)	-	(719.809)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(65.199)	-	(65.199)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e resultado de participações societárias	1.498.518	-	1.498.518
Resultado financeiro	294.785	-	294.785
Equivalência patrimonial (c)	272.275	(14.943)	257.332
Lucro antes de impostos e participações de não controladores	2.065.578	(14.943)	2.050.635
Imposto de renda e contribuição social	(718.172)	-	(718.172)
Participações de não controladores (c)	(54.697)	20	(54.677)
Lucro líquido do exercício	1.292.709	(14.923)	1.277.786

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- a) *Apresentação de depósitos judiciais:* No Brasil, de acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, conforme parágrafo 76, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrer a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças existentes.

Para o IFRS, conforme CPC 37 (IFRS 1), uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto a Sociedade efetuou a reclassificação dos saldos, registrando no grupo de ativo não circulante os valores de depósitos judiciais.

- b) *Reclassificação de ágios em coligadas:* Os ágios suportados por expectativa de rentabilidade futura de coligadas foram reclassificados para o investimento.
- c) *Reconhecimento por equivalência patrimonial dos ajustes pela adoção das práticas de IFRS em controladas e coligadas:* Representa os ajustes de práticas contábeis para a adoção do IFRS, identificadas nas controladas e coligadas na controladora e nas coligadas no consolidado.
- d) *Deságio em controlada:* De acordo com o CPC15, a Sociedade procedeu a baixa contábil do deságio em controlada, com consequente reconhecimento dos tributos diferidos, no balanço de abertura com o correspondente ajuste em lucros acumulados, bem como reclassificou os deságios em coligadas para apresentação líquida dos seus ágios correspondentes.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- e) *Reclassificação dos impostos diferidos*: De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), quando a entidade apresenta ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, classificando-os separadamente no balanço patrimonial, ela não deverá classificar impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos como correntes. Portanto a Sociedade efetuou a reclassificação do imposto de renda diferido líquido que estava classificado no ativo circulante e não circulante, para o imposto de renda diferido ativo e passivo não circulante.
- f) *Ativo diferido*: A Sociedade efetuou a baixa dos valores reconhecidos na controlada Click 21 como gastos pré-operacionais e que poderiam ser reclassificados para outros grupos do balanço, diretamente na conta de lucros acumulados no balanço de abertura.
- g) *Dividendos propostos*: De acordo com o CPC 24 (IAS 10), somente os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo antes da aprovação pelos acionistas.
- h) *Provisões*: para fins de apresentação, os valores de provisão para participação de empregados no resultado e de contingências foram reclassificados para a rubrica de Provisões.
- i) *Passivo atuarial - Telos*: A Sociedade procedeu ao reconhecimento do ganho oriundo da migração dos cálculos atuariais, anteriormente pela Deliberação CVM 371, para os cálculos com base nos requerimentos estabelecidos na IAS 19, com relação ao Plano de Assistência Médica para os aposentados participantes do plano de Benefício Definido. Quando os cálculos atuariais resultam em benefícios para a Sociedade, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano. A Sociedade utiliza-se do “corridor approach” para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no resultado do exercício.
- j) *Participação de não controladores*: Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme NBC T 08 (Norma Brasileira de Contabilidade), a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas deve ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido, a participação de não controladores, no lucro ou prejuízo líquido (do exercício) das controladas deve ser destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro ou prejuízo líquido consolidado.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Pelo CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária.

### 4. Critérios de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social/votante, como segue:

	%		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Embratel	99,2	99,2	99,2
Star One	80,0	80,0	80,0
BrasilCenter	100,0	100,0	100,0
Click 21	100,0	100,0	100,0
TdB	100,0	100,0	100,0
PMS	100,0	100,0	100,0
Tvsat	100,0	100,0	100,0
Embratel Internacional S.A. (1)	-	100,0	100,0
Embratel Uruguay S.A. (2)	-	-	100,0

(1) Esta controlada foi liquidada em junho de 2010.

(2) Esta controlada foi liquidada em setembro de 2009.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 5. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Voz		
Longa distância nacional	4.341.984	4.501.440
Longa distância internacional	397.135	425.541
	<b>4.739.119</b>	4.926.981
Dados	3.172.610	3.030.724
Serviços locais (1)	2.405.111	2.126.032
DTH - TV por assinatura	552.563	98.362
Outros serviços (2)	361.634	419.878
Total	<b>11.231.037</b>	10.601.977

(1) Inclui a receita com a venda de handsets.

(2) Referem-se principalmente a receitas de transmissão de televisão e rádio, telex e serviços de comunicações móveis de satélite.

### 6. Custo dos serviços prestados e produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração pelo uso de redes/facilidades (1)	(4.143.682)	(4.504.868)
Depreciação e amortização	(2.000.089)	(1.221.387)
Pessoal	(346.238)	(320.403)
Serviços de terceiros (2)	(428.279)	(430.552)
Tributos	(237.510)	(221.405)
Outros (3)	(578.250)	(333.373)
Total	<b>(7.734.048)</b>	(7.031.988)

(1) As despesas relacionadas à remuneração pelo uso de redes referem-se aos custos junto às Sociedades de telefonia fixa e móvel com as quais possui interconexão, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 458, de 02 de fevereiro de 2007, e na Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006, ambas emitidas pela ANATEL, e as despesas relacionadas às facilidades referem-se aos custos junto às prestadoras de serviços de telecomunicações pelo uso de circuitos dedicados para prestação de serviços aos usuários finais.

(2) Referem-se, substancialmente, a instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações e a serviços públicos (energia elétrica).

(3) Referem-se, substancialmente, ao a locações e aluguéis e custos com a venda de handsets.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 7. Comercialização dos serviços

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Devedores duvidosos (1)	<b>(347.222)</b>	(389.211)
Serviços de terceiros (2)	<b>(691.178)</b>	(482.001)
Pessoal	<b>(357.771)</b>	(372.818)
Depreciação e amortização	<b>(9.869)</b>	(11.100)
Outros	<b>(12.849)</b>	(31.333)
Total	<b><u>(1.418.889)</u></b>	<u>(1.286.463)</u>

(1) Compreende também outras perdas relacionadas com o contas a receber.

(2) Referem-se, substancialmente, a despesas com comissões, marketing e propaganda, faturamento e postagem, assessoria e consultoria.

### 8. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Serviços de terceiros (1)	<b>(2.388)</b>	(2.074)	<b>(338.240)</b>	(316.320)
Pessoal	-	-	<b>(185.322)</b>	(193.484)
Depreciação e amortização	-	-	<b>(74.341)</b>	(78.938)
Participação dos empregados nos resultados (Nota 2.15)	-	-	<b>(86.803)</b>	(70.274)
Tributos	<b>(67)</b>	(19)	<b>(13.116)</b>	(30.715)
Outros	<b>(847)</b>	(830)	<b>(21.283)</b>	(30.078)
Total	<b><u>(3.302)</u></b>	<u>(2.923)</u>	<b><u>(719.105)</u></b>	<u>(719.809)</u>

(1) Referem-se a gastos com manutenção, conservação e limpeza, serviços públicos e de informática, auditoria, assessoria e consultoria.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 9. Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Provisão para contingências (Nota 22)	<b>(139.686)</b>	(109.326)
Despesa com multas, líquidas	<b>(43.249)</b>	(32.528)
Direito de uso de passagem	<b>9.358</b>	12.079
Ressarcimento de prejuízos (1)	-	29.912
Acordo com operadoras	<b>8.607</b>	31.034
Outros	<b>(10.188)</b>	3.630
Total	<b>(175.158)</b>	(65.199)

(1) Decorrente de acordo com fornecedor, por atrasos na construção para entrega em órbita dos satélites C-1 e C-2.

### 10. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	<b>2.261</b>	634	<b>200.149</b>	149.049
Variações monetárias ativas	-	313	<b>327</b>	782
Variações cambiais - contas ativas	-	-	<b>(15.116)</b>	(21.482)
Subtotal	<b>2.261</b>	947	<b>185.360</b>	128.349
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras	<b>(15)</b>	(649)	<b>(298.203)</b>	(228.917)
Variações monetárias passivas	-	-	<b>(22.864)</b>	4.500
Variações cambiais - contas passivas (1)	-	-	<b>(77.725)</b>	390.853
Subtotal	<b>(15)</b>	(649)	<b>(398.792)</b>	166.436
Total	<b>2.246</b>	298	<b>(213.432)</b>	294.785

(1) Valores líquidos dos resultados oriundos dos contratos de "hedge" e "forward de moeda", apurados no mesmo período (despesa de R\$47.623 e despesa de R\$238.855 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente).

Em 2010, o dólar norte-americano acumulou desvalorização de 4,31% (desvalorização de 25,49% no mesmo período de 2009) em relação ao Real.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Sociedade e suas controladas optaram pela apuração do imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos mediante comprovação através do levantamento de balancetes mensais, exceto pela controlada Embratel, que optou pelo cálculo destes tributos pelo lucro real trimestral.

O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercício e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido de 10% a título de adicional de imposto de renda, conforme previsto em lei. A CSLL, por sua vez, foi calculada à alíquota de 9%.

Os saldos de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social sobre o lucro da Sociedade e de suas controladas, compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual limitou a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos, são demonstrados como segue:

Sociedade/ controladas	31/12/2010		31/12/2009	
	Prejuízo fiscal	Base negativa de contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa de contribuição social
Embrapar (1)	14.935	15.643	13.843	14.550
Embratel (2)	91.559	58.016	231.829	211.644
TdB (1)	544.101	560.805	547.321	564.022
PMS (2)	146.062	146.240	178.573	178.746
Tvsat (1)	230.517	230.546	82.763	82.764
BrasilCenter (1)	42.475	43.649	35.077	36.251
Click 21 (1)	8.080	8.081	7.186	7.187
Total	1.077.729	1.062.980	1.096.592	1.095.164

- (1) Em razão da Sociedade e certas controladas não apresentarem histórico de lucros tributáveis e devido às incertezas quanto à sua realização, os respectivos créditos fiscais não foram contabilizados, conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 32. A Administração da Sociedade e destas controladas mantém o monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas as condições previstas no citado Pronunciamento.
- (2) Devido a dúvidas quanto a realização integral do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL foram constituídas provisões para perda no montante de R\$22.890 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 na controlada Embratel e R\$42.066 em 31 de dezembro de 2010 (R\$26.573 em 31 de dezembro de 2009) na controlada PMS.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 11.1. Despesa com imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido é formado pela despesa corrente, calculada sobre o lucro tributável apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a legislação fiscal vigente, e, também, da despesa diferida líquida, calculada sobre as diferenças temporárias ativas e passivas originadas ou realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O resultado consolidado diferido é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e outras despesas temporariamente indedutíveis, assim como receitas temporariamente não tributáveis (Notas 14 e 19).

Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2009</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
Corrente			
Contribuição social	(276)	<b>(77.790)</b>	(134.826)
Imposto de renda	(741)	<b>(200.708)</b>	(369.764)
Total corrente	<u>(1.017)</u>	<u><b>(278.498)</b></u>	<u>(504.590)</u>
Diferido			
Contribuição social	-	<b>(27.740)</b>	(50.860)
Imposto de renda	-	<b>(73.680)</b>	(162.722)
Total diferido	<u>-</u>	<u><b>(101.420)</b></u>	<u>(213.582)</u>
Total das despesas	<u>(1.017)</u>	<u><b>(379.918)</b></u>	<u>(718.172)</u>

A despesa corrente de imposto de renda e contribuição social apresentada no resultado consolidado é, substancialmente, oriunda das controladas Embratel, Star One e PMS.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 11.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com as alíquotas nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes de impostos e participações de não controladores	<b>723.006</b>	1.278.803	<b>1.144.953</b>	2.050.635
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	<b>(245.822)</b>	(434.793)	<b>(389.284)</b>	(697.216)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Créditos fiscais não constituídos em função da Instrução CVM 371/02 (1)	<b>(375)</b>	446	<b>(63.248)</b>	(33.837)
Equivalência patrimonial	<b>246.197</b>	435.707	<b>59.346</b>	87.493
Exclusões (adições) permanentes diversas (2)	-	(2.377)	<b>13.268</b>	(74.612)
Despesa de IRPJ e CSLL na demonstração do resultado	-	(1.017)	<b>(379.918)</b>	(718.172)

- (1) O consolidado em 31 de dezembro de 2010 é representado, substancialmente, pelos créditos não reconhecidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social das controladas BrasilCenter e Tvsat, em função das incertezas quanto à realização dos mesmos.
- (2) Exclusões (adições) permanentes no consolidado em 31 de dezembro de 2010, referem-se, principalmente, a recuperação destes tributos calculados sobre as perdas apuradas nos contratos de SWAP especulativos na controlada Embratel contabilizados no segundo trimestre. Em 31 de dezembro de 2009 correspondiam aos ganhos nas operações com derivativos, as perdas no recebimento de crédito e provisão constituída para eventual não realização do ativo diferido na controlada Embratel.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 12. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Disponibilidades e valores equivalentes						
Caixa e bancos	102	78	98	49.813	29.571	120.341
Aplicações financeiras no exterior	-	-	-	-	1.410	12.399
Fundos de investimento financeiro	3.937	42.198	970	17.650	1.006.649	452.752
Outras aplicações	-	-	-	10.611	47.351	-
Provisão para imposto de renda e outros	(57)	(38)	(4)	(104)	(1.790)	(905)
<b>Total</b>	<b>3.982</b>	<b>42.238</b>	<b>1.064</b>	<b>77.970</b>	<b>1.083.191</b>	<b>584.587</b>

Demonstrativo das aplicações financeiras no exterior e dos fundos de investimentos:

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Over SELIC	3.937	35.208	5
CDB	-	6.990	-
LFT	-	-	965
Provisão para IR e outros	(57)	(38)	(4)
<b>Total</b>	<b>3.880</b>	<b>42.160</b>	<b>966</b>

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Over SELIC	17.939	905.949	451.677
Debêntures	9.477	-	-
CDB	845	148.051	-
Aplicação off-shore	-	1.410	12.399
LFT	-	-	1.075
Provisão para IR e outros	(104)	(1.790)	(905)
<b>Total</b>	<b>28.157</b>	<b>1.053.620</b>	<b>464.246</b>

Uma parcela das aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas está representada por fundos de investimento exclusivos ("FIs"), classificados como Multimercado e Referenciado DI, ambos de curto prazo, destinados à Sociedade e empresas ligadas e controladas/controladoras, ou que tenham sua autorização para participar dos fundos. Foram constituídos sob a forma de condomínios abertos com prazo indeterminado de duração e possuem liquidez diária. A Administração da carteira dos FIs é realizada por gestores externos.

Integram a carteira dos fundos, Títulos Públicos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") de bancos de primeira linha e derivativos. Estes títulos e valores mobiliários estão registrados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, ou na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 13. Contas a receber

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Serviços de voz	1.378.583	1.457.223	1.580.666
Dados, empresas de telecomunicações e outros serviços	1.205.034	1.153.788	1.110.069
Administradoras estrangeiras	72.831	70.738	108.147
Subtotal	2.656.448	2.681.749	2.798.882
Provisão para devedores duvidosos	(521.099)	(575.622)	(682.709)
Total	2.135.349	2.106.127	2.116.173

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Serviços faturados	1.905.581	1.933.168	1.924.451
Serviços a faturar	750.867	748.581	874.431
Contas a receber bruto	2.656.448	2.681.749	2.798.882
Provisão para devedores duvidosos	(521.099)	(575.622)	(682.709)
Contas a receber líquido	2.135.349	2.106.127	2.116.173

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Vencimento do contas a receber bruto			
A vencer	1.602.146	1.436.641	1.435.984
Vencido, com atraso de			
01 a 30 dias	306.605	362.635	351.619
31 a 60 dias	155.006	161.876	231.486
61 a 90 dias	67.698	141.324	105.553
Mais de 90 dias	524.993	579.273	674.240
Total	2.656.448	2.681.749	2.798.882

A Sociedade e suas controladas monitoram suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 composto, substancialmente, por valores em atraso há mais de 90 dias, dos clientes usuários dos serviços de voz básica, voz avançada, dados e outros serviços, complementada ou reduzida por valores estimados com base em análises específicas.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A movimentação na provisão para devedores duvidosos foi como segue:

	<b>Consolidado</b>
Saldo final em 01 de janeiro de 2009	682.709
Despesa para devedores duvidosos	356.810
Redução decorrente de outras contas a receber (1)	(36.897)
Baixa da provisão (2)	(427.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2009	575.622
Despesa para devedores duvidosos	307.594
Redução decorrente de outras contas a receber (1)	(12.412)
Baixa da provisão (2)	(349.705)
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	<b>521.099</b>

(1) Redução ocorrida principalmente em função dos acordos com operadoras.

(2) Decorrente de baixa de faturas oriundas de serviços de voz e dados, após período de intensas ações de cobrança e reconhecimento da perda.

## 14. Tributos diferidos e a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Tributos a recuperar</b>						
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	1.661	2.118	821	150.447	62.871	162.170
Imposto sobre circulação de mercadorias e de serviços - ICMS	-	-	-	535.423	505.083	537.054
Outros (1)	60	712	1.149	81.210	43.834	34.569
Total	<b>1.721</b>	<b>2.830</b>	<b>1.970</b>	<b>767.080</b>	<b>611.788</b>	<b>733.793</b>
Circulante	<b>1.721</b>	<b>2.830</b>	<b>1.970</b>	<b>532.837</b>	<b>396.027</b>	<b>484.129</b>
Não circulante	-	-	-	<b>234.243</b>	<b>215.761</b>	<b>249.664</b>
<b>Tributos diferidos</b>						
Prejuízo fiscal				5.596	60.091	246.750
Base negativa de contribuição social				7.236	28.181	86.826
Provisão para devedores duvidosos				159.512	185.259	188.652
Provisão para contingências				127.431	104.975	116.663
Provisão para ajuste ao valor de realização de ativo imobilizado e intangível				38.633	72.171	108.746
Contratos de "SWAP" (2)				1.689	59.563	41.140
Plano de assistência médica - aposentadoria				88.130	79.328	65.216
Outros valores (demais provisões)				141.964	125.918	103.352
Total				<b>570.191</b>	<b>715.486</b>	<b>957.345</b>

(1) No consolidado, representados, principalmente, pelos créditos fiscais INSS e do PIS e COFINS apurados de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03 e aqueles retidos na fonte por órgãos públicos federais, nos moldes do artigo 64 da Lei 9.430/96.

(2) Créditos sobre perdas em operações com derivativos, líquido de provisão constituída de R\$23.140 em 01 de janeiro de 2009, em decorrência de dúvidas quanto a realização, considerando as projeções atuais de comportamento do câmbio e das limitações impostas no art. 33, da IN SRF nº 25.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias é reconhecido contabilmente pelas controladas Embratel, Star One e PMS, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC nº 32.

A existência de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, trazidos a valor presente, realizados pelas referidas controladas que indicam a plena utilização destes ativos dentro do prazo estabelecido na Instrução CVM nº 371/02. Tais estudos, aprovados pelos Conselhos Fiscal e de Administração, correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados destas controladas. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual estas controladas estão inseridas, poderão gerar diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma projetado para realização total do ativo fiscal diferido consolidado:

<u>Ano</u>	
2011	<b>246.490</b>
2012	<b>103.922</b>
2013	<b>99.424</b>
2014	<b>29.607</b>
2015 a 2020	<b>44.783</b>
Total <sup>(1)</sup>	<b>524.226</b>

(1) Ativo fiscal diferido líquido do passivo fiscal diferido no montante de R\$45.965 (Nota 19).

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 15. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31.12.09		Movimentação			Saldos em 31.12.10	
	Investimento	Ágio	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") (1)	Investimento	Ágio
Embratel	8.137.223	-	617.125	(151.468)	303.249	8.906.129	-
NET	541.224	208.134	46.636	-	-	587.860	208.134
GB	629.142	102.574	42.020	-	-	671.162	102.574
TdB	100.983	-	18.329	(21.145)	-	98.167	-
Total	9.408.572	310.708	724.110	(172.613)	303.249	10.263.318	310.708
	9.719.280					10.574.026	

(1) Representado por R\$248.249 em dividendos a receber referente ao exercício de 2009 e R\$55.000 em espécie.

Em 31 de dezembro de 2010, os detalhes do investimento nas principais controladas e coligadas diretas, são como se seguem:

Controladas/ coligadas	Lucro líquido	Patrimônio líquido + AFAC	Quantidade de ações/quotas (lotes de mil)		% de participação	
			Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Embratel	622.091	8.975.358	7.209.719	-	99,2%	99,2%
NET	307.151	3.814.666	40.928	12.242	15,5%	35,8%
GB	70.510	822.384	9.429	38.484	82,1%	48,5%
TdB	18.329	98.167	79.838	-	100,0%	100,0%

O valor de mercado das ações da NET, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2010 a R\$22,61 (R\$23,62 em 31 de dezembro de 2009 e R\$13,29 em 01 de janeiro de 2009) por ação. As demais investidas não possuem ações negociadas em Bolsas de Valores.

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
NET (1)	2.868.827	742.000	574.889
GB (1)	678.685	636.193	525.115
Ágio na aquisição de investimentos			
NET (1)	2.721.256	423.809	423.809
GB (1)	102.574	102.574	102.574
Outros	19	19	19
Total	6.371.361	1.904.595	1.626.406

(1) Inclui os valores registrados na Embrapar e em sua controlada Embratel.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 16. Imobilizado

	Consolidado									
	01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2010	
Custo ou avaliação										
Equipamentos de comutação	5.081.436	-	(12.886)	590.653	5.659.203	-	(955)	414.153	6.072.401	
Equipamentos de transmissão	12.545.633	-	(113.366)	677.133	13.109.400	-	(19.582)	1.067.248	14.157.066	
Prédios e canalização	1.448.278	-	(3)	4.803	1.453.078	-	(9)	3.130	1.456.199	
Terrenos	191.471	-	-	-	191.471	-	-	-	191.471	
Outros ativos										
Bens de uso geral (1)	952.235	-	(8.526)	39.944	983.653	-	(3.952)	61.995	1.041.696	
Infraestrutura de telecomunicações	1.142.171	-	(4.947)	33.085	1.170.309	-	2.596	50.619	1.223.524	
Ajuste ao valor de realização	(1.361.864)	-	-	-	(1.361.864)	-	799	-	(1.361.065)	
Obras em andamento										
Imobilizado em andamento (2)	648.889	920.359	(2.390)	(1.048.784)	518.074	1.376.678	(1.696)	(820.780)	1.072.276	
Estoque de investimento	98.772	568.928	(4)	(483.465)	184.231	876.791	(809)	(804.565)	255.648	
<b>Total</b>	<b>20.747.021</b>	<b>1.489.287</b>	<b>(142.122)</b>	<b>(186.631)</b>	<b>21.907.555</b>	<b>2.253.469</b>	<b>(23.608)</b>	<b>(28.200)</b>	<b>24.109.216</b>	
	<b>Taxas anuais depreciação (%)</b>									
Depreciação										
Equipamentos de comutação	10 a 20	(2.492.652)	(455.897)	12.851	-	(2.935.698)	(683.066)	689	-	(3.618.075)
Equipamentos de transmissão	5 a 20	(8.499.111)	(731.375)	100.781	-	(9.129.705)	(1.031.692)	2.796	145	(10.158.456)
Prédios e canalização	4	(900.823)	(45.654)	3	-	(946.474)	(44.789)	1	(145)	(991.407)
Outros ativos										
Bens de uso geral (1)	10 a 20	(793.585)	(50.310)	8.526	-	(835.369)	(50.038)	2.378	-	(883.029)
Infraestrutura de telecomunicações	4, 5 e 10	(915.990)	(60.482)	7.307	-	(969.165)	(54.910)	(1.745)	-	(1.025.820)
Ajuste ao valor de realização		957.422	143.666	-	-	1.101.088	109.150	(648)	-	1.209.590
<b>Total</b>		<b>(12.644.739)</b>	<b>(1.200.052)</b>	<b>129.468</b>	<b>-</b>	<b>(13.715.323)</b>	<b>(1.755.345)</b>	<b>3.471</b>	<b>-</b>	<b>(15.467.197)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>8.102.282</b>	<b>289.235</b>	<b>(12.654)</b>	<b>(186.631)</b>	<b>8.192.232</b>	<b>498.124</b>	<b>(20.137)</b>	<b>(28.200)</b>	<b>8.642.019</b>

(1) Veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios

(2) Composição de Imobilizado em andamento:

	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2010
Equipamentos de transmissão	-	52.400	133.873
Serviços de dados e internet	56.816	82.804	102.238
Acesso, infraestrutura e serviços locais	319.942	212.910	502.991
Infraestrutura de rede	199.423	142.448	268.157
Tecnologia da informação	55.056	13.031	60.240
Outras	17.652	14.481	4.777
<b>Total</b>	<b>648.889</b>	<b>518.074</b>	<b>1.072.276</b>

(3) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

a) Bens vinculados aos contratos de concessão

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

b) Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada Embratel possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais, no montante de R\$362.261 (R\$366.362 em 31 de dezembro de 2009 e R\$474.082 em 01 de janeiro de 2009).

c) Satélite Star One C3

A controlada Star One assinou em dezembro de 2009, contrato com a Orbital Sciences Corporation dos Estados Unidos para a entrega em órbita do satélite Star One C3. O investimento total do projeto está estimado em US\$270 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, o montante relacionado a esse contrato está registrado na rubrica obras em andamento, totalizando R\$133.873 (R\$52.400 em 31 de dezembro de 2009).

O Star One C3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, internet e voz diretamente para os usuários. Sua cobertura abrangerá a América do Sul. O Star One C3, a exemplo de todos os demais satélites da controlada Star One, será operado da estação terrena de Guaratiba, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Essa estação, ativada em 1985, controla os satélites e as comunicações, realiza o rastreamento dos mesmos, e é capacitada para dar suporte de serviços de lançamento. A estação é certificada pela ISO 9001:2008 desde julho de 1998. Simultaneamente a controlada Star One opera a estação terrena de Tanguá (estação back-up), também localizada no Estado do Rio de Janeiro.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### Avaliação da recuperação do valor contábil

A Sociedade avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento, são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Sociedade, bem como em dados de mercado comparáveis e representam a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas - Projetadas com base no orçamento anual do próximo exercício e no plano de negócios da Sociedade considerando a evolução histórica dos serviços de cada uma das controladas.
- Custos e despesas operacionais - Projetados com base no desempenho histórico da Sociedade em concordância com o modelo de remuneração de redes vigente e considerando os custos de aquisição necessários para sustentar os crescimentos previstos.
- Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento previsto para os próximos anos, o aumento em nossa capilaridade de acesso local, bem como os recursos necessários para a manutenção de nossa planta atual.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 17. Intangível

	Consolidado							
	01/01/2009	Adições	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixa	Transferências	31/12/2010
Custo								
Softwares	1.323.099	-	100.649	1.423.748	-	-	50.463	1.474.211
Direito de uso de passagem	291.152	-	1.238.928	1.530.080	-	-	-	1.530.080
Direito de uso de passagem – juros a apropriar	-	-	(266.461)	(266.461)	-	51.870	-	(214.591)
Licenças regulatórias	52.045	7.436	-	59.481	-	-	-	59.481
Ágio (1)	38.823	-	-	38.823	-	-	-	38.823
Outros	53.718	20.625	1.511	75.854	-	-	-	75.854
Ajuste ao valor de realização (2)	(163.234)	-	-	(163.234)	-	-	-	(163.234)
Intangível em andamento	-	899.701	(887.996)	11.705	47.978	-	(22.263)	37.420
<b>Total</b>	<b>1.595.603</b>	<b>927.762</b>	<b>186.631</b>	<b>2.709.996</b>	<b>47.978</b>	<b>51.870</b>	<b>28.200</b>	<b>2.838.044</b>
	<b>Taxas anuais de amortização (%)</b>							
Amortização								
Softwares	<b>20</b>	(1.185.194)	(68.629)	-	(1.253.823)	(66.450)	-	(1.320.273)
Direito de uso de passagem	<b>3 a 20</b>	(127.796)	(37.167)	813	(164.150)	(256.788)	-	(420.938)
Licenças regulatórias	<b>5 e 6,67</b>	(4.866)	(5.040)	-	(9.906)	(4.267)	-	(14.173)
Ágio (1)		(12.489)	-	-	(12.489)	-	-	(12.489)
Outros	<b>3 a 20</b>	(48.803)	(1.178)	(813)	(50.794)	(1.842)	-	(52.636)
Ajuste ao valor de realização (2)		160.687	757	-	161.444	512	-	161.956
<b>Total</b>		<b>(1.218.461)</b>	<b>(111.257)</b>	<b>-</b>	<b>(1.329.718)</b>	<b>(328.835)</b>	<b>-</b>	<b>(1.658.553)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>377.142</b>	<b>816.505</b>	<b>186.631</b>	<b>1.380.278</b>	<b>(280.857)</b>	<b>51.870</b>	<b>28.200</b>

(1) Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 não são mais amortizados, sendo apenas submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável conforme descrito na Nota 2.9.

(2) O ajuste ao valor de realização refere-se aos direitos de uso da controlada TdB e sistemas de processamento de dados (softwares) das antigas controladas Vésper São Paulo S.A. ("VSP") e Vésper S.A., incorporadas pela controlada Embratel em fevereiro de 2008.

(3) Representam transferências de intangível em andamento para operação bem como do imobilizado para intangível.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 18. Fornecedores

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Moeda nacional	<b>1.096.292</b>	1.064.921	1.175.573
Moeda estrangeira (1)	<b>389.517</b>	71.607	105.795
<b>Total</b>	<b>1.485.809</b>	1.136.528	1.281.368

(1) Em 31 de dezembro de 2010, inclui contas a pagar da controlada TdB à Sercotel, conforme descrito na Nota 27.2

### 19. Obrigações fiscais e tributos diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Obrigações fiscais						
Federais						
PIS/COFINS (1)	<b>60</b>	647	462	<b>69.204</b>	69.221	67.766
FUNTELL	-	-	-	<b>106.515</b>	84.836	64.239
IRPJ e CSLL (2)	-	1.017	-	<b>69.123</b>	72.547	-
Taxa de renovação de concessão ANATEL (Nota 1)	-	-	-	<b>43.180</b>	-	46.093
FUST	-	-	-	<b>9.295</b>	9.256	8.090
FISTEL	-	-	-	<b>6.165</b>	10.781	94
INSS	-	-	-	<b>4.034</b>	2.847	2.981
Outros	-	-	-	<b>12.259</b>	8.522	9.846
Estaduais						
ICMS	-	-	-	<b>459.698</b>	439.924	466.382
Outros	-	-	-	<b>1.412</b>	83	407
Municipais						
ISS	-	-	-	<b>6.532</b>	4.446	3.761
Outros	<b>24</b>	24	24	<b>2.690</b>	2.559	2.526
<b>Total</b>	<b>84</b>	1.688	486	<b>790.107</b>	705.022	672.185
Circulante	<b>84</b>	1.688	486	<b>789.294</b>	702.434	669.504
Não circulante	-	-	-	<b>813</b>	2.588	2.681
Tributos diferidos						
IRPJ e CSLL Lei nº 8.200/91 - correção monetária complementar	-	-	-	<b>29.488</b>	30.339	31.253
IRPJ e CSLL - contrato SWAP/Hedge	-	-	-	-	7.696	56.894
IRPJ e CSLL - depreciação dos satélites	-	-	-	<b>14.404</b>	50.303	4.188
IRPJ e CSLL - variação cambial	-	-	-	<b>141</b>	-	-
IRPJ e CSLL - prêmio sobre emissão de debêntures	-	-	-	<b>202</b>	-	-
IRPJ e CSLL - deságio (3)	<b>1.730</b>	1.730	1.730	<b>1.730</b>	1.730	1.730
<b>Total</b>	<b>1.730</b>	1.730	1.730	<b>45.965</b>	90.068	94.065

(1) Em 1999, as controladas questionaram a mudança introduzida pela Lei nº 9.718/98 que aumentava: (a) a receita tributável para cálculo de PIS e COFINS, incluindo receita financeira e variações cambiais e (b) a alíquota do COFINS de 2% para 3%. Apesar deste questionamento, a Sociedade e suas controladas continuaram a provisionar o valor total do passivo fiscal e efetuaram depósito judicial no período de agosto de 1999 a abril de 2001. Entretanto, a partir de maio de 2001, baseada em jurisprudência, as Sociedades decidiram descontinuar a prática dos depósitos, passando a recolher PIS e COFINS nos termos da legislação em vigor. Em 29 de agosto de 2002, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 66, que permitiu a liquidação das obrigações fiscais que estavam sendo discutidas judicialmente sem a incidência de multas. A controlada Embratel decidiu então, baseada na referida MP e na petição apresentada em juízo para liquidar a dívida, por apresentar os impostos e contribuições provisionados, no valor de R\$173.122, líquidos dos correspondentes depósitos judiciais no mesmo montante.

(2) No consolidado, provisão líquida das antecipações de IRPJ e CSLL, no montante de R\$116.591 em 31 de dezembro de 2010 (R\$359.717 em 31 de dezembro de 2009 e R\$224.392 em 01 de janeiro de 2009), recolhidas com base na apuração do lucro tributável pela sistemática do balancete de suspensão/redução, exceto para a controlada Embratel, que optou pelo pagamento destes tributos com base no lucro real trimestral.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- (3) Este passivo fiscal diferido foi constituído líquido da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, a razão de 30% do resultado do ganho decorrente de compra vantajosa (deságio), nos termos do Pronunciamento Técnico CPC nº 32.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Não		Total	Não		Total	Não		Total
Circulante	circulante	Circulante		circulante	Circulante		circulante		
Moeda nacional									
Empréstimos bancários	27.882	22.916	50.798	217.510	145.144	362.654	457.395	-	457.395
Partes relacionadas	42.840	2.562.775	2.605.615	-	-	-	-	-	-
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	402.869	-	402.869
Debêntures	66.738	2.433.525	2.500.263	-	-	-	-	-	-
Finame	9.188	41.718	50.906	1.683	30.122	31.805	189	16	205
Financiamento de ICMS	6.090	1.516	7.606	6.110	7.580	13.690	6.131	13.644	19.775
Subtotal	152.738	5.062.450	5.215.188	225.303	182.846	408.149	866.584	13.660	880.244
Moeda estrangeira									
Empréstimos bancários	-	-	-	399.724	887.268	1.286.992	471.081	1.130.185	1.601.266
Financiamento dos satélites C-1 e C-2	-	-	-	95.219	257.854	353.073	128.338	472.101	600.439
Subtotal	-	-	-	494.943	1.145.122	1.640.065	599.419	1.602.286	2.201.705
Total da dívida	152.738	5.062.450	5.215.188	720.246	1.327.968	2.048.214	1.466.003	1.615.946	3.081.949

Os empréstimos e financiamentos contratados são para cobertura das necessidades operacionais da Sociedade e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2010, a posição de endividamento era:

	Montante	%	Custo médio da dívida
Em moeda nacional			
Circulante	152.738	2,9%	99,4% CDI
Não circulante	5.062.450	97,1%	108,09% CDI
Total de dívida	5.215.188	100,0%	

#### a) Cronograma de pagamento

Em 31 de dezembro de 2010, a amortização do principal de longo prazo apresentava as seguintes composições por ano de vencimento:

Ano	Consolidado
2012	42.877
2013	2.444.919
2014	2.574.588
2015	66
Total	5.062.450

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### b) Composição percentual da dívida total por moeda de origem

	31/12/2010	Consolidado (%)	
		31/12/2009	01/01/2009
Dólar norte-americano	-	80,1	71,4
TJLP	1,0	-	-
Reais	99,0	19,9	28,6
Total	100,0	100,0	100,0

### c) Empréstimos bancários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009, foram captados, respectivamente, R\$45.676, R\$880.094 e R\$449.800, e liquidados, respectivamente, R\$1.627.275, R\$820.147 e R\$751.733 de valores de principal que venceram nestes exercícios.

### d) Partes relacionadas

No segundo semestre de 2010 as controladas Embratel e Star One captaram recursos em moeda nacional junto à Sercotel S.A. de C.V. ("Sercotel") no montante total de R\$1.606.274, tendo sido liquidados R\$30.000, e que destinam-se, basicamente, à aquisição de ações da NET e ao pré-pagamento de dívidas existentes com outras instituições financeiras, buscando-se principalmente reduzir a exposição ao risco cambial. Adicionalmente, para a aquisição de ações da NET também foram captados R\$986.501 junto a Claro Chile (Nota 27.2).

### e) Notas promissórias

Em 10 de junho de 2009, no vencimento, a controlada Embratel resgatou o montante total de R\$400.000 referente às 16 notas promissórias comerciais emitidas e subscritas em dezembro de 2008, em série única, com valor nominal unitário de R\$25.000 e remuneradas ao equivalente à acumulação de 118,50% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### f) Financiamento do satélite Star One C-1 e Star One C-2

Em 29 novembro de 2010, a controlada Star One liquidou antecipadamente os contratos de financiamento em moeda estrangeira através de recursos advindos de linha de crédito assinada com parte relacionada - Sercotel (Nota 27.2) de até R\$450.000, dos quais foram sacados R\$121.086 até 31 de dezembro de 2010.

Os valores liquidados destes respectivos empréstimos foram como seguem abaixo:

- ▶ Financiamento do satélite Star One C1  
Principal: USD92.815 equivalentes a R\$160.292  
Juros e outros encargos: USD6.615 equivalentes a R\$11.425  
Total: USD99.430 equivalentes a R\$171.717
- ▶ Financiamento do satélite Star One C2  
Principal: USD82.052 equivalentes a R\$141.027  
Juros e outros encargos: USD5.741 equivalentes a R\$9.871  
Total: USD87.793 equivalentes a R\$150.898

O pagamento antecipado visa reduzir as incertezas e riscos cambiais da controlada Star One.

Em virtude da liquidação antecipada de tais empréstimos, a controlada Star One incorreu em custo contratual junto ao BNP Paribas (Banco líder) no valor de R\$14.961, encerrando suas obrigações relacionadas a covenants financeiros e não financeiros e reduzindo sua exposição a riscos cambiais.

### g) Financiamento ICMS

Corresponde ao financiamento de 60% do valor do ICMS efetivamente apurado sobre receitas operacionais.

O montante principal do crédito efetivamente usufruído foi de R\$28.372 e vem sendo amortizado conforme às previsões contratuais (prazo de amortização de 60 meses, taxa de juros de 4,5% a 6% a.a. e taxa de serviço equivalente a 1% sobre cada parcela liberada). O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2010 é de R\$7.606 (R\$13.690 em 31 de dezembro de 2009 e R\$19.775 em 01 de janeiro de 2009).

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### h) Emissão de debêntures simples

Em 11 de outubro de 2010, a controlada Embratel colocou R\$2.430.000 em debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 3 anos e remunerados a 104% do CDI, com pagamento de juros semestrais. As debêntures não possuem qualquer forma de garantia ao credor. Nesta mesma data, a controlada Embratel cancelou R\$1.070.000 em debêntures emitidas e não colocadas.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram aplicados na liquidação financeira da Oferta Pública Voluntária para a aquisição de ações preferenciais da NET.

### i) Garantias

As garantias concedidas em razão dos empréstimos e financiamentos constituem-se de notas promissórias, que apesar de não representarem garantias reais, dispõem de instrumentos executáveis em casos de falta de pagamento.

## **21. Instrumentos financeiros**

### a) Considerações gerais

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utilizava instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos, ajustando-os periodicamente a níveis julgados adequados pela Administração. A Sociedade possui ativos e passivos em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente do dólar norte americano.

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando proteção, segurança e liquidez. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### b) Gerenciamento de riscos

A estimativa diária dos riscos de mercado é feita com a utilização de instrumentos estatísticos, como o Value at Risk (VaR) paramétrico, o que torna possível consolidar os riscos de juros e câmbio numa medida comum e integrada para todas as operações de financiamento. Além do cálculo do VaR, também é utilizado o conceito de Stress-Test, onde é possível estimar a perda numa situação extrema no cenário macroeconômico.

Todas as operações da Sociedade e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez e registradas em balcão, o que reduz seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.

### c) Swap de juros e moedas

Para mitigar os riscos a que estão expostas as controladas Embratel e Star One realizaram alguns contratos de *swap* de juros e moedas com característica de proteção, como segue:

Descrição	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Valor de referência (milhares de)		Valor justo a receber	Valor de referência (milhares de)		Valor justo a receber
	R\$	US\$	(a pagar)	R\$	US\$	(a pagar)
Posição Ativa - USD	1.009.585	530.238	930.539	923.498	484.877	1.087.756
Posição Passiva - CDI	(1.009.585)	(530.238)	(1.077.726)	(923.498)	(484.877)	(992.473)
	-	-	(147.187)	-	-	95.283

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Adicionalmente, as controladas Embratel e Star One praticaram operações de derivativos baseando-se em oportunidades de mercado, visando ajustar a posição de hedge a níveis julgados adequados pela Administração. Tais operações foram classificadas nas linhas de instrumentos financeiros como circulante e não circulante de acordo com seus vencimentos.

Descrição	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Valor de referência (milhares de)		Valor justo a receber	Valor de referência (milhares de)		Valor justo a receber
	R\$	US\$	(a pagar)	R\$	US\$	(a pagar)
Posição Ativa - USD	-	-	-	206.980	108.913	262.609
Posição Ativa - CDI	4.741	2.155	5.034	873.755	376.919	883.751
Posição Passiva - CDI	-	-	-	(206.980)	(108.913)	(232.895)
Posição Passiva - USD	(4.741)	(2.155)	(3.746)	(873.755)	(376.919)	(836.201)
Forward	-	-	-	-	-	4.393
	-	-	1.288	-	-	81.657

Os ganhos (perdas) nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registrados no Resultado Financeiro consolidado (Nota 10), de acordo com o período de competência.

### d) Crítérios, premissas e limitações nos cálculos do valor justo

- Disponibilidades, contas a receber e a pagar a curto prazo - Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos - O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados às dívidas contratadas em taxa fixa a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.
- Operações de derivativos (swap) - O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados a cada instrumento a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.
- Limitações - Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil, estão assim representados:

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Valor contábil (milhares de)		Valor de mercado	Valor contábil (milhares de)		Valor de mercado	Valor contábil (milhares de)		Valor de mercado
	R\$	US\$		R\$	US\$		R\$	US\$	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.215.188	3.129.989	5.208.451	2.048.214	1.176.323	2.052.153	3.081.949	1.318.763	3.064.394

### e) Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2010, na data de encerramento do exercício, a Administração avaliou os riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente do dólar norte americano, e considerou que os possíveis impactos no resultado em decorrência dos seus ativos e passivos em moeda estrangeira não são relevantes.

## 22. Provisões

Natureza	Consolidado					
	Provável			Possível		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisões						
Previdenciárias e trabalhistas	90.983	85.155	87.096	201.584	177.829	122.792
Fiscais	108.270	60.888	72.648	4.168.794	3.610.193	3.153.522
Cíveis	210.342	193.799	180.320	677.462	508.714	408.570
Subtotal	409.595	339.842	340.064	5.047.840	4.296.736	3.684.884
Benefícios a empregados	62.876	71.968	61.026			
Total de provisões	472.471	411.810	401.090			

### 22.1. Contingências

No curso normal dos negócios, a Sociedade e suas controladas estão envolvidas em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, regulatória, fiscal, previdenciária e trabalhista.

Parte significativa das contingências envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou do mercado de telecomunicações, que surgiram em função da possibilidade de diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Da mesma forma, algumas dessas questões são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, alguns dos quais inclusive fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade e suas controladas acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade e suas controladas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constituiu provisão.

A Sociedade e suas controladas seguem a Deliberação CVM nº 489/05, que aprovou a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 emitido pelo IBRACON (“NPC 22”), divulgando toda e qualquer informação relevante em nota explicativa quando a chance de ocorrência de passivos contingentes é possível (valores históricos). É provisionada e divulgada a perda contingente sempre que for provável a existência de passivo e razoavelmente estimada.

A movimentação dos saldos consolidados de contingências prováveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2009	Movimentação		Atualizações monetárias (1) e outras	Saldo em 31/12/2010
		Adições/ (reversões)	Pagamentos		
Previdenciárias e Trabalhistas	85.155	34.023	(28.195)	-	90.983
Fiscais	60.888	57.317	(5.189)	(4.746)	108.270
Cíveis	193.799	48.346	(43.433)	11.630	210.342
	339.842	139.686	(76.817)	6.884	409.595

(1) Registrado na rubrica Resultado Financeiro (Nota 10).

### 22.1.1. Contingências previdenciárias e trabalhistas

As controladas Embratel, Star One, TdB, BrasilCenter, PMS e Tvsat constituíram provisão para ações envolvendo reclamações trabalhistas, principalmente no que se refere a questões salariais, como diferenças e equiparações, horas extras e outras causas.

A provisão foi constituída pela Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, e utiliza como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

As controladas Embratel, Brasilcenter, Star One e PMS possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2010, no valor de R\$30.390 em 31 de dezembro de 2010 (R\$20.636 em 31 de dezembro de 2009 e R\$6.884 em 01 de janeiro de 2009), classificadas como de perda possível pela Administração das controladas.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 22.1.2. Contingências fiscais

Causas	Consolidado					
	Provável			Possível		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ICMS (a)	14.648	21.969	37.975	1.884.844	1.613.415	1.197.401
CSLL/IRPJ (b)	-	-	824	136.926	134.631	86.923
IRRF/CIDE (c)	2.113	1.819	1.819	139.283	139.493	138.779
PIS (d)	7.456	7.170	644	178.606	178.627	181.737
COFINS (e)	74.243	20.216	19.010	173.088	169.465	396.649
FUST/FUNTEL (f)	-	-	-	612.888	486.866	283.649
ILL/saldo negativo de IRPJ (g)	-	-	-	400.644	390.397	390.397
Outras (h)	9.810	9.714	12.376	642.515	497.299	477.987
<b>Total</b>	<b>108.270</b>	<b>60.888</b>	<b>72.648</b>	<b>4.168.794</b>	<b>3.610.193</b>	<b>3.153.522</b>

Segue abaixo descrição das principais contingências tributárias da Sociedade e suas controladas:

#### a) ICMS

As controladas Embratel e TdB possuem contingências fiscais pelo não recolhimento de ICMS e referentes a tomada de créditos supostamente indevidos. Aquelas cuja probabilidade de perda foram classificadas como provável totalizam R\$14.648 em 31 de dezembro de 2010 (R\$7.047 em 31 de dezembro de 2009 e R\$23.053 em 01 de janeiro de 2009) e aquelas cuja probabilidade de perda foram avaliadas como possível pela Administração e consultores jurídicos das controladas somam o valor de aproximadamente R\$261.402 em 31 de dezembro de 2010 (R\$149.762 em 31 de dezembro de 2009 e R\$140.949 em 01 de janeiro de 2009).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a controlada PMS foi autuada no valor de R\$288.763, referente ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas pela Administração como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A Administração desta controlada e seus consultores jurídicos julgam como possível a probabilidade de perda desta causa.

A controlada Star One possui autuações fiscais no valor total de R\$1.334.679 em 31 de dezembro de 2010 (R\$1.174.890 em 31 de dezembro de 2009 e R\$767.689 em 01 de janeiro de 2009), nas quais se exige ICMS sobre cessão de capacidade satelital e provimento de acesso à Internet. A Administração da controlada Star One e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### b) CSLL/IRPJ

A Sociedade e suas controladas Embratel e Star One possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL no valor total de R\$136.926 em 31 de dezembro de 2010 (R\$124.807 em 31 de dezembro de 2009 e R\$76.855 em 01 de janeiro de 2009) referentes à não homologação de compensações. A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível em avaliação feita pelos consultores jurídicos e pela Administração da controlada Embratel.

### c) IRRF/CIDE

As controladas Embratel e Tdb possuem autuações fiscais no valor total de R\$141.396 em 31 de dezembro de 2010 (R\$131.236 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009), sendo R\$91.198 (R\$84.072 em 31 de dezembro de 2009) de IRRF e R\$50.198 (R\$47.164 em 31 de dezembro de 2009) de CIDE, decorrentes de suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Destas contingências, a Administração das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como perda provável o montante de R\$2.113 (R\$1.819 em 31 de dezembro de 2009) e como possível o montante de R\$139.283 (R\$147.164 em 31 de dezembro de 2009).

### d) PIS

As controladas Embratel e TdB possuem autuações de PIS no valor total de R\$186.062 em 31 de dezembro de 2010 (R\$185.797 em 31 de dezembro de 2009 e R\$182.381 em 01 de janeiro de 2009, que inclui a controlada PMS), substancialmente decorrentes de suposto recolhimento a menor em períodos anteriores a 1995, com base na Lei Complementar nº 7/70. A Administração das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como provável a perda de R\$7.456 em 31 de dezembro de 2010 (R\$7.170 em 31 de dezembro de 2009 e R\$631 em 01 de janeiro de 2009) e como possível a perda de R\$178.606 em 31 de dezembro de 2010 (R\$178.627 em 31 de dezembro de 2009 e R\$181.737 em 01 de janeiro de 2009).

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### e) COFINS

As controladas Embratel, Star One e TdB possuem contingências de COFINS no valor total de R\$247.331 em 31 de dezembro de 2010 (R\$189.681 em 31 de dezembro de 2009 e R\$415.659 em 01 de janeiro de 2009), decorrentes substancialmente de glosas de compensações e supostos recolhimentos a menor, das quais R\$74.243 em 31 de dezembro de 2010 (R\$20.216 em 31 de dezembro de 2009 e R\$19.010 em 01 de janeiro de 2009) foram avaliadas pela Administração das controladas e seus consultores jurídicos como de perda provável e R\$173.088 em 31 de dezembro de 2010 (R\$169.465 em 31 de dezembro de 2009 e R\$396.649 em 01 de janeiro de 2009) como de perda possível.

### f) FUST/FUNTTTEL

Em janeiro de 2006, as controladas Embratel, TdB e PMS impetraram Mandado de Segurança com pedido liminar, em razão da edição da Súmula nº 01/2005 da ANATEL, visando ter assegurado seu direito de continuar a recolher o FUST de acordo com a base de cálculo prevista na Lei nº 9.998/00 e Despacho nº 29/03 da Superintendência de Universalização da ANATEL. Nos meses de janeiro a abril de 2006, as controladas depositaram judicialmente a totalidade das parcelas vincendas do FUST, calculadas de acordo com a Súmula nº 01/2005. A partir de maio de 2006, as controladas passaram a depositar judicialmente a parcela em discussão e a efetuar o recolhimento da parcela remanescente. A probabilidade de perda dessa causa foi classificada como possível em avaliação feita pela Administração destas controladas e pelos seus consultores jurídicos.

Após a edição da citada Súmula nº 01/2005 da ANATEL, as controladas TdB, PMS, Embratel e Star One receberam autuações da ANATEL referentes a supostos recolhimentos a menor de FUST no valor de R\$480.320 em 31 de dezembro de 2010 (R\$406.574 em 31 de dezembro de 2009 e R\$233.677 em 01 de janeiro de 2009), principalmente em razão da exclusão dos custos de interconexão e EILD da base do FUST. A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível em avaliação feita pela Administração destas controladas e pelos seus consultores jurídicos.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

As controladas Embratel, PMS, TdB e Star One possuem autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R\$132.568 em 31 de dezembro de 2010 (R\$80.292 em 31 de dezembro de 2009 e R\$49.972 em 01 de janeiro de 2009). A probabilidade de perda destas causas é classificada como possível na avaliação feita pela Administração destas controladas e seus consultores jurídicos.

Em dezembro de 2006, as controladas TdB, PMS e a antiga controlada VSP (incorporada na controlada Embratel em 2008) foram intimadas por edital quanto a notificações de lançamento de débitos do FUNTTEL. Não é possível identificar o valor, origem dos débitos e período de autuação, uma vez que o edital não continha estes elementos. Desta forma, foi impetrado Mandado de Segurança com o objetivo de afastar os efeitos do mencionado edital, tendo sido concedida liminar em janeiro de 2007. Estes valores não estão provisionados nas demonstrações financeiras.

g) Imposto de Renda na Fonte sobre o Lucro Líquido (“ILL”)/saldo negativo de IRPJ

As controladas Embratel, Star One e PMS possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de IRPJ, PIS, COFINS, CIDE, CSLL e IRRF com créditos de ILL e IRPJ no valor total de R\$400.644 em 31 de dezembro de 2010 (R\$390.397 em 31 de dezembro e 01 de janeiro de 2009). A Administração das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

h) Outras contingências tributárias

A controlada Embratel possui contingências decorrentes de multas pela não entrega de arquivos magnéticos nos formatos previstos na Instrução Normativa nº 86/2001, referentes aos anos de 2001 a 2005, no valor total de R\$468.618 em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 janeiro de 2009. A Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

A Sociedade e suas controladas possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo CPMF, ITR, ISS, IPI, II, CSRF, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e Contribuições para o Senai. A Administração da Sociedade e das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como provável a perda de parte destas causas, no montante de R\$9.810 em 31 de dezembro de 2010 e como possível a perda de R\$173.897 em 31 de dezembro de 2010.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 22.1.3. Contingências cíveis

Causas	Consolidado					
	Provável			Possível		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ANATEL (a)	38.188	42.300	40.379	479.937	316.322	208.904
Disputa com terceiros (b)	172.154	151.499	139.941	197.525	192.392	199.666
Total	210.342	193.799	180.320	677.462	508.714	408.570

Segue abaixo descrição das principais contingências cíveis da Sociedade e suas controladas:

#### a) ANATEL

##### a.1) **Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica**

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Embratel possui contingências no valor total de R\$150.840 em 31 de dezembro de 2010 (R\$73.192 em 31 de dezembro de 2009 e R\$70.860 em 01 de janeiro de 2009), tendo a Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2010 o valor de R\$24.203 (R\$21.757 em 31 de dezembro de 2009 e R\$19.469 em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R\$126.637 em 31 de dezembro de 2010 (R\$51.435 em 31 de dezembro de 2009 e R\$51.391 em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.

##### a.2) **Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)**

Em decorrência do descumprimento de metas definidas pela ANATEL foram instauradas pela ANATEL PADO's contra a controlada Embratel, tendo a Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2010 o valor de R\$13.985 (R\$20.543 em 31 de dezembro de 2009 e R\$20.910 em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R\$353.300 (R\$264.887 em 31 de dezembro de 2009 e R\$157.513 em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### b) Disputa com terceiros

As controladas Embratel, Star One, PMS, BrasilCenter, Tvsat e TdB possuem contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2010, R\$121.475 (R\$103.797 em 31 de dezembro de 2009 e R\$105.083 em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R\$138.438 (R\$95.032 em 31 de dezembro de 2009 e R\$112.549 em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.

As controladas Embratel, BrasilCenter, Click 21, Tvsat e TdB, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos e utilizando como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, efetuaram análise sobre as disputas judiciais com clientes, classificando em 31 de dezembro de 2010 como perda provável R\$50.679 (R\$47.702 em 31 de dezembro de 2009 e R\$34.858 em 01 de janeiro de 2009) e como perda possível R\$58.956 (R\$97.295 em 31 de dezembro de 2009 e R\$87.117 em 01 de janeiro de 2009).

Em abril de 2009, a Administração da controlada Star One foi notificada acerca de processo arbitral movido por duas operadoras internacionais de telecomunicações, através do qual é pleiteado ressarcimento por alegados prejuízos comerciais decorrentes de contratos firmados entre 2002 e 2004. A Administração discorda da pretensão das autoras e, através de seus consultores legais, encontra-se em fase de preparação da defesa. Como a causa não explicita os valores pretendidos pelos autores, não é possível no estágio atual ter uma estimativa confiável do montante envolvido e das chances de êxito na causa.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **23. Passivo atuarial - TELOS**

A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela controlada Embratel em 1º de agosto de 1975.

As controladas Embratel, Star One, PMS e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, nas modalidades de: (a) Contribuição Variável (Embratel, Star One, PMS e Tvsat); (b) Benefício Definido (Embratel); e (c) Plano de Assistência Médica para os aposentados participantes do plano de Benefício Definido (Embratel). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para os exercícios de 2010 e 2009 é de 17,82%, incidente sobre o salário de participação dos participantes ativos deste plano (4 participantes em 31 de dezembro de 2010). Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário aplicável do participante, além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Os planos de benefícios previdenciários e de assistência médica mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

O plano de contribuição definida foi instituído pela controlada Embratel, através da Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998, passando a ser patrocinado também pela controlada Star One a partir de novembro de 2000, pela controlada PMS a partir de fevereiro de 2008 e pela controlada Tvsat a partir de julho de 2008. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a controlada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto à Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2010, monta à importância de R\$51.266 (R\$57.679 em 31 de dezembro de 2009 e R\$82.436 em 01 de janeiro de 2009).

Por conta das obrigações com o plano de assistência médica, a controlada Embratel contabilizou em 31 de dezembro de 2001, um passivo adicional no valor de R\$193.424 (efeito na controladora - R\$191.050), em contrapartida ao patrimônio líquido como ajuste de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2010, tal obrigação montava R\$452.630 (R\$426.741 em 31 de dezembro de 2009 e R\$385.234 em 01 de janeiro de 2009).

Seguem abaixo as conciliações dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras:

	31/12/2010		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	Plano de Contribuição Definida (PCD)	Plano Médico (AMAP)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.440.205)	(1.001.261)	(554.906)
Valor justo dos ativos	2.102.444	1.156.672	1.887
Valor líquido dos ativos do plano	662.239	155.411	(553.019)
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	(17.132)	(101)	100.389
Restrição de limite de ativo do plano	(627.975)	(155.310)	-
Ativo atuarial líquido apurado	17.132	-	(452.630)
Ativo atuarial não reconhecido	(17.132) (1)	-	-
Dívida contratada	-	(51.266) (2)	-
Total do passivo atuarial	-	(51.266)	(452.630)

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	31/12/2009		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	Plano de Contribuição Definida (PCD)	Plano Médico (AMAP)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.251.490)	(857.319)	(423.180)
Valor justo dos ativos	1.640.300	1.011.975	1.070
Valor líquido dos ativos do plano	388.810	154.656	(422.110)
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	-	(20)	(4.631)
Restrição de limite de ativo do plano	(388.810)	(154.636)	-
Passivo atuarial líquido apurado	-	-	(426.741)
Dívida contratada	-	(57.679)	(2)
Total do passivo atuarial	-	(57.679)	(426.741)

	01/01/2009		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	Plano de Contribuição Definida (PCD)	Plano Médico (AMAP)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.311.664)	(1.070.559)	(407.400)
Valor justo dos ativos	1.583.350	1.165.852	22.166
Valor líquido dos ativos do plano	271.686	95.293	(385.234)
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	-	170	-
Restrição de limite de ativo do plano	(271.686)	(95.463)	-
Passivo atuarial líquido apurado	-	-	(385.234)
Dívida contratada	-	(82.436)	(2)
Total do passivo atuarial	-	(82.436)	(385.234)

- (1) Ativo atuarial não contabilizado, principalmente, pelos seguintes motivos: (a) não há previsão de redução de contribuições futuras; e (b) não existem indícios que assegurem que este superávit será mantido nos próximos anos.
- (2) Acordo assinado em 1º de setembro de 1999 (Termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial), onde a controlada EMBRATEL se comprometeu a pagar o valor estipulado em até 20 anos, sem previsão de revisão da obrigação em caso de redução da insuficiência atuarial no futuro.

### Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial consolidado:

Passivo atuarial em 01 de janeiro de 2009	467.670
Atualização e juros sobre as obrigações atuariais	(3.921)
Ajuste atuarial - IAS 19	41.506
Pagamentos efetuados durante o período (plano de contribuição definida)	(20.835)
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2009	484.420
Atualização e juros sobre as obrigações atuariais	10.156
Ajuste atuarial - IAS 19	47.500
Pagamentos efetuados durante o período (plano de contribuição definida)	(38.180)
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2010	503.896
Circulante	27.977
Não circulante	475.919

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A receita (despesa) líquida consolidada referente aos planos de benefícios, segundo os critérios estabelecidos no CPC 33 de acordo com cálculo atuarial realizado por atuário independente, inclui os seguintes componentes:

	PBD		PCD		AMAP	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	(26)	(8)	(572)	(572)	(19)	(18)
Custo dos juros	(134.695)	(135.507)	(92.701)	(111.120)	(46.589)	(43.019)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	178.439	164.771	111.241	121.441	(898)	1.530
Reconhecimento de ganhos/(perdas) atuariais	212.540	87.827	(33.924)	16.090	-	-
Receita (Despesa) antes de eventos especiais	256.258	117.083	(15.956)	25.839	(47.506)	(41.507)
Custo de liquidação antecipada do plano	-	-	-	12.644	-	-
Mudança no efeito do limite de ativo	(239.165)	(117.124)	(674)	(59.173)	-	-
Receita (Despesa) a ser reconhecida	17.093	(41)	(16.630)	(20.690)	(47.506)	(41.507)

Principais premissas atuariais utilizadas:

### a) Fatores econômicos

- |   |                      |
|---|----------------------|
| (i) Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial | 10,75% a. a.         |
| (ii) Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano   | 11,25% a. a.         |
| (iii) Taxa anual de inflação a longo prazo                  | 4,50% a. a.          |
| (iv) Capacidade salarial e de benefícios                    | 100% (1)             |
| (v) Crescimento dos custos médicos por faixa etária         | 12,00% a 6,00% a. a. |

(1) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

### b) Fatores biométricos

- |  |                            |
|--|----------------------------|
| (i) Tábua de mortalidade geral         | AT-83, específica por sexo |
| (ii) Tábua de mortalidade de inválidos | CSO41                      |
| (iii) Tábua de entrada em invalidez    | UP 84 Modificada           |
| (iv) Rotatividade                      | Não utilizada              |

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 24. Informações por segmento

A Sociedade possui três segmentos que merecem ser relatados: o segmento de Telecomunicações, o segmento de Satélite e o segmento de TV por assinatura. O segmento de Telecomunicações abrange serviços locais, longa distância nacional e internacional, comunicações de dados e outros serviços. O segmento de satélite fornece transponders para serviços de radiocomunicação, tais como (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicação ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão. O segmento de TV por assinatura tem como objetivo principal prestar serviços de telecomunicações, incluindo, mas sem se limitar a, serviços de transmissão de TV paga, dentre os quais serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite - DTH. O principal agente de decisão operacional da Sociedade avalia o desempenho dos segmentos baseando-se nas receitas e nos resultados operacionais.

31 de dezembro de 2010	Telecomunicações	Satélite	TV por assinatura	Eliminações (*)	Consolidado
Receita operacional líquida	10.485.6548	486.193	552.564	(293.374)	11.231.037
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(5.579.551)	(46.161)	(375.809)	267.560	(5.733.961)
Lucro bruto	4.906.103	440.032	176.755	(25.814)	5.497.076
Despesas operacionais, líquidas	(1.921.057)	(29.856)	(303.841)	25.814	(2.228.940)
Depreciação e amortização	(1.904.791)	(117.165)	(62.343)	-	(2.084.299)
Lucro operacional	1.080.255	293.011	(189.429)	-	1.183.837
Resultado financeiro					
Receita financeira	162.293	26.150	3.289	(6.372)	185.360
Despesa financeira	(365.214)	(38.079)	(1.871)	6.372	(398.792)
Equivalência patrimonial	213.622	-	-	(39.074)	174.548
Lucro (prejuízo) antes de impostos e participações de não controladores	1.090.956	281.082	(188.011)	(39.074)	1.144.953
Imposto de renda e contribuição social	(284.148)	(95.770)	-	-	(379.918)
Participações de não controladores	(4.967)	-	-	(37.062)	(42.029)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	801.841	185.312	(188.011)	(76.136)	723.006
Ativos operacionais	18.623.995	1.066.737	875.145	-	20.565.877
O total do ativo inclui					
Investimentos em coligadas	6.371.361	-	-	-	6.371.361
Passivos operacionais	18.623.995	1.066.737	875.145	-	20.565.877

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

31 de dezembro de 2009	Telecomunicações	Satélite	TV por assinatura	Eliminações (*)	Consolidado
Receita operacional líquida	10.292.538	438.357	98.362	(227.280)	10.601.977
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(5.875.742)	(67.451)	(88.210)	220.801	(5.810.602)
Lucro bruto	4.416.796	370.906	10.152	(6.479)	4.791.375
Despesas operacionais, líquidas	(1.889.635)	(16.561)	(81.715)	6.479	(1.981.432)
Depreciação e amortização	(1.181.592)	(118.692)	(11.141)	-	(1.311.425)
Lucro (prejuízo) operacional	1.345.569	235.653	(82.704)	-	1.498.518
Resultado financeiro					
Receita financeira	100.523	26.407	1.419	-	128.349
Despesa financeira	78.771	88.075	(410)	-	166.436
Equivalência patrimonial	366.761	(4)	-	(109.425)	257.332
Lucro (prejuízo) antes de impostos e participações de não controladores	1.891.624	350.131	(81.695)	(109.425)	2.050.635
Imposto de renda e contribuição social	(599.355)	(118.817)	-	-	(718.172)
Participações de não controladores	(8.415)	-	-	(46.262)	(54.677)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.283.854	231.314	(81.695)	(155.687)	1.277.786
Ativos operacionais	15.006.371	1.402.165	302.085	(183.617)	16.527.004
O total do ativo inclui					
Investimentos em coligadas	1.380.278	-	-	-	1.380.278
Passivos operacionais	15.006.371	1.402.165	302.085	(183.617)	16.527.004

(\*) As eliminações referem-se, basicamente, as transações inter-segmento e aos saldos eliminados na consolidação. As receitas eliminadas devem-se, principalmente, às operações de aquisição de capacidade satelital dos segmentos de telecomunicações e TV por assinatura para com o segmento de satélite.

## 25. Patrimônio líquido

### a) Capital social realizado

Em 29 de outubro de 2010, a Reunião do Conselho de Administração aprovou o aumento do capital no montante de R\$399.365, mediante a emissão de 37.735.589.637 novas ações, sendo 19.558.612.629 ações ordinárias e 18.176.977.008 ações preferenciais. A integralização deste aumento de capital foi efetuada, mediante a capitalização de créditos de titularidade dos acionistas controladores de Sociedade (Telmex Solutions Telecomunicações Ltda. ("Telmex Solutions") e Consertel - Controladora de Servicios de Telecomunicaciones S.A. de C.V. ("Consertel")), decorrentes dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e aprovados na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2010.

Em 22 de outubro de 2009, a Reunião do Conselho de Administração aprovou o aumento do capital no montante de R\$302.039, mediante a emissão de 28.389.602.968 novas ações, sendo 14.714.524.206 ações ordinárias e 13.675.078.762 ações preferenciais. A integralização deste aumento de capital foi efetuada, principalmente, mediante a capitalização de créditos de dividendos de titularidade dos acionistas controladores diretos da Sociedade (Telmex Solutions e Consertel).

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O capital autorizado é de 1 trilhão e duzentos bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito é de R\$6.018.064, representado por 1.088.244.549 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas (em lotes de mil ações): 564.044.547 mil ações ordinárias e 524.200.002 mil ações preferenciais. O valor patrimonial das ações é de R\$9,60 em 31 de dezembro de 2010 (R\$9,13 em 31 de dezembro de 2009 e R\$8,23 em 01 de janeiro de 2009), por lote de mil, expressos em reais.

### **b) Reservas de lucros**

#### **b.1) Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

#### **b.2) Reserva de lucros a realizar**

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1), supostamente originada de resultados de correção monetária e de ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos da controlada Embratel. Em 31 de dezembro de 2009, o valor realizado foi de R\$401.146.

Em consonância com o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/Nº 01/2005, o saldo da Reserva de Lucros a Realizar formado sob a vigência da Lei nº 10.303/01 mantém as características originais, ou seja, a parcela realizada comporá a base de cálculo dos dividendos.

#### **b.3) Reserva para investimentos**

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade constituiu reserva para investimentos com a destinação do lucro líquido ajustado remanescente do exercício e dividendos prescritos totalizando R\$473.514 (R\$1.224.052 em 31 de dezembro de 2009 e R\$927.601 em 01 de janeiro de 2009).

A proposta de Orçamento de Capital será submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### c) Dividendos

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido.

Lucro líquido do exercício	723.006
Mudanças de políticas contábeis em 01 de janeiro de 2009 (Nota 2)	67.042
Realização de reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS no exercício de 2009	(14.923)
Base para cálculo da reserva legal	775.125
Apropriação à reserva legal	(38.756)
Lucro líquido ajustado	736.369
Percentual de dividendos mínimos estatutários	25%
Dividendos mínimos	184.092
Dividendos adicionais para pagamento obrigatório aos preferencialistas	80.871
Total de dividendos	264.963
Total de ações em lotes de mil	1.088.244.549
Valor unitário em reais por lote de mil ações ordinárias	R\$0,1613904446
Valor unitário em reais por lote de mil ações preferenciais	R\$0,3318039581

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

### d) Destinação do lucro líquido ajustado

Lucro líquido do exercício	723.006
Mudanças de políticas contábeis em 01 de janeiro de 2009 (Nota 2)	67.042
Realização de reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS no exercício de 2009	(14.923)
Base para cálculo da reserva legal	775.125
Apropriação à reserva legal	(38.756)
Lucro líquido ajustado	736.369
Percentual de dividendos mínimos estatutários	25%
Dividendos mínimos	(184.092)
Dividendos adicionais para pagamento obrigatório aos preferencialistas	(80.871)
Total de dividendos	(264.963)
Prescrição de dividendos a pagar de exercícios anteriores	2.108
Transferência para reserva de investimentos	473.514

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### e) Plano de opção de compra de ações

O plano de opção de compra de ações foi aprovado em AGE realizada em 17 de dezembro de 1998 e é regulamentado pela Comissão de Administração do plano de opção de compra de ações, nos limites de sua competência.

Os contratos concedem a opção de compra de ações preferenciais a diretores e certos empregados a preço de exercício pré-definido na data da outorga, estabelecendo os prazos e condições em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção (“vesting period”) e o limite máximo de 10 (dez) anos para o exercício deste direito.

As ações adquiridas por exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes às ações de igual classe e espécie, inclusive quanto aos dividendos.

Conforme regras estabelecidas no Plano de Opções, com a mudança do controle acionário da Sociedade em 23 de julho de 2004, as opções concedidas se tornaram integralmente exercíveis, podendo ser exercidas dentro dos prazos originais das outorgas recebidas por cada beneficiário.

A Sociedade avaliou o pronunciamento CPC 10 Pagamentos Baseados em Ações, não encontrando efeitos relevantes ou outras divulgações adicionais necessárias.

### **Quantidade de opções de compra de ações preferenciais (lote de mil ações)**

Opções em aberto em 01 de janeiro de 2009	54.475
Opções canceladas em 2009	(4.000)
Opções vendidas em 2009	(4.000)
Opções em aberto em 31 de dezembro de 2009	46.475
Opções em aberto em 31 de dezembro de 2010	<b>46.475</b>
Preço médio ponderado de exercício das opções de compra em 31 de dezembro de 2010 (por lote de mil ações, expresso em reais)	<b>7,71</b>

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 26. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, seguem abaixo as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010.

O lucro básico e diluído por ação foi calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias dos controladores e não controladores, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo dos lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias - lucro básico e diluído por ação	<u>328.438</u>	652.583
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	<u>547.861.805</u>	532.593.374
Lucro básico e diluído por lote de mil ações em R\$	<u>0,60</u>	1,23
Lucro líquido atribuível a detentores de ações preferenciais - lucro básico e diluído por ação	<u>394.568</u>	625.203
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	<u>509.160.420</u>	494.970.563
Lucro básico e diluído por lote de mil ações em R\$	<u>0,77</u>	1,26

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

### 27. Transações com partes relacionadas

#### 27.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado.

Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 27.2. Composição e natureza das transações

Os principais valores estão descritos a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo			
Circulante			
Contas a receber			
Claro (a)	255.142	452.175	388.371
NET (b)	177.403	166.668	84.239
Telstar Uruguai	-	1	-
Contas a receber (call center) (c)			
Claro	-	3.125	7.963
NET	-	16	565
Administrações estrangeiras (d)			
Telmex - México	1.273	1.709	726
Telmex - Chile	1.009	1.810	2.078
Telmex - Argentina	2.687	2.178	4.171
Telmex - USA	13.473	9.513	9.385
Telmex - Colômbia	44	106	183
Telmex - Peru	196	102	17
Telmex - Uruguai	43	17	-
ATT - USA	9.238	10.413	6.154
UNINET - México	2.207	1.203	1.489
Telstar Uruguai	4	-	-
Despesas antecipadas			
NET	56.052	39.897	31.847
Créditos com partes relacionadas			
Claro	35.228	-	-
Outros ativos circulantes			
Telmex Solutions	-	1	6
Não circulante			
Créditos com partes relacionadas			
Claro (e)	257.369	-	-
Outros ativos			
NET	100.343	92.160	66.569
Intangível			
NET	678.409	858.980	-

- (a) Valores a receber da Claro referem-se, principalmente, a tráfego telefônico de longa distância originado em terminais pós-pagos e pré-pagos de usuários desta prestadora, bem como originado em terminais internacionais visitantes na rede da Claro. Contempla também serviços de telecomunicações prestados diretamente à Claro, principalmente relacionados a fornecimento de capacidade de transmissão.
- (b) Valores a receber da NET referem-se, principalmente, a serviços de telefonia para assinantes da NET, bem como outros serviços de voz (0800 e VIPLINE) e de internet prestados pela controlada Embratel. Adicionalmente, compreende despesas antecipadas classificadas em outros ativos (circulante e não circulante), referentes a serviços de fornecimento de fibra óptica e compartilhamento de custos relativos aos serviços de telefonia para assinantes da NET.
- (c) Valores a receber de "call center" referem-se aos serviços de tele-atendimento prestados pela controlada BrasilCenter para a Claro e NET.
- (d) Valores a receber de administração estrangeira referem-se a tráfego telefônico de longa distância originado em terminais no exterior e destinado a terminais no Brasil.
- (e) Em dezembro de 2010, foi celebrada, com a controlada Telmex do Brasil, a operação de compra do fluxo de receita futura da Claro até o exercício de 2014, até então detido pela Sercotel, por R\$292.597 (correspondente a uma carteira de R\$395.900), com a contratação de empréstimo externo junto a América Móvil em 04 de janeiro de 2011, sem garantia, com os seguintes instrumentos contratuais:

Tranche 1 - Valor USD59.500.000.00 - (i) taxa de juros: Libor 6 M + Spread 1,5%a.a. (ii) vencimento do principal:15/10/2012.  
Tranche 2 - Valor USD52.000.000.00 - (i) taxa de juros: Libor 6 M + Spread 1,55%a.a. (ii) vencimento do principal:15/10/2013.  
Tranche 3 - Valor USD62.000.000.00 - (i) taxa de juros: Libor 6 M + Spread 1,6%a.a. (ii) vencimento do principal:15/10/2014.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar			
Claro (a)	93.556	238.922	228.865
NET (a)	40.602	52.864	84.491
Telmex - Chile	111	100	113
Telmex - USA	3.658	2.533	1.357
Telmex - Argentina	335	461	558
Telmex - Colômbia	62	223	136
Telmex - Peru	32	8	25
Telmex - Uruguai	61	64	71
UNINET - México	122	171	28
Sercotel	292.597	-	-
Procisa do Brasil	2.348	520	-
Hildebrando	1.693	-	-
Telmex-México	(99)	-	-
Administrações estrangeiras (a)			
Telmex - México	440	525	879
Telmex - Chile	1.209	295	690
Telmex - USA	2.033	2.243	3.075
Telmex - Argentina	1.113	529	218
Telmex - Colômbia	26	-	-
Telmex - Peru	40	19	32
Telmex - Uruguai	1	1	7
ATT - USA	438	1.690	247
UNINET - México	55	57	-
Empréstimos			
Sercotel (c)	16.840	-	-
Claro Chile (d)	26.000	-	-
Receita antecipada (b)			
NET	172.536	169.926	-
Outros			
NET	21.426	63.059	-
Procisa do Brasil	7.440	426	-
Creo Sistemas, S.A.C.	-	960	-
Não circulante			
Receita antecipada			
NET (b)	487.307	665.545	-
Empréstimo			
Sercotel (c)	1.576.274	-	-
Claro Chile (d)	986.501	-	-

(a) Valores a pagar a NET, a Claro e administrações estrangeiras referem-se ao uso de rede dessas empresas para originar ou terminar chamadas telefônicas de longa distância.

(b) Receita antecipada está representada pela operação de venda de capacidade para NET.

(c) As principais informações deste instrumento contratual são: (i) taxa de juros: CDI + 1,4 (ii) vencimento do principal: 27 de agosto de 2014 e 26 de novembro de 2014 e (iii) sem garantias.

(d) As principais informações deste instrumento contratual são: (i) taxa de juros: CDI + 1,4 (ii) vencimento do principal: 08 de novembro de 2014 e (iii) sem garantias.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Resultado		
Receitas operacionais		
Tráfego nacional		
Claro	292.423	415.652
NET	471.699	337.729
Tráfego internacional		
Telmex - México	1.945	2.107
Telmex - Argentina	1.627	2.861
Telmex - USA	16.324	16.073
Telmex - Chile	277	654
Telmex - Colômbia	306	456
Telmex - Peru	228	340
Telmex - Uruguai	119	128
ATT - USA	23.301	20.783
UNINET - México	4.200	2.578
Internet banda larga		
Telmex - Argentina	970	1.324
Telstar - Uruguai	14	4
Call Center		
Claro	-	38.517
NET	-	16
Custo dos serviços prestados		
Tráfego nacional		
Claro	(1.146.719)	(1.285.841)
NET	(420.002)	(356.955)
Tráfego internacional		
Telmex - México	(488)	(668)
Telmex - Argentina	(2.088)	(1.020)
Telmex - USA	(3.096)	(2.773)
Telmex - Chile	(1.395)	(537)
Telmex - Colômbia	(201)	(685)
Telmex - Peru	(62)	(86)
Telmex - Uruguai	(8)	(23)
ATT - USA	(4.897)	(8.335)
UNINET México	(587)	(530)
Comercialização de serviços		
Claro	(53.631)	(54.896)
NET	(25.687)	(23.615)
Gerais e administrativas		
Claro	(956)	(1.310)
Procisa do Brasil	(9.661)	(11.316)
Creo Sistemas, S.A.C.	(354)	(980)
Hildebrando	(8.692)	-
Telmex - México	(6.667)	-
Outras despesas operacionais, líquidas		
Telmex Solutions	(5)	5
Telmex - México	-	(2.667)
Creo Sistemas, S.A.C.	-	(970)

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Telmex - México	(58)	(283)
Telmex - Argentina	69	837
Telmex - USA	(437)	(1.202)
Telmex - Chile	(11)	(1)
Telmex - Colômbia	(5)	(71)
Telmex - Peru	(8)	(44)
Telmex - Uruguai	(2)	(11)
ATT - USA	(322)	(1.131)
UNINET - México	(85)	(228)
NET	10.899	6.618
Telmex - Equador	(2)	-
Sercotel	(18.884)	-
Despesas financeiras		
Telmex - México	9	233
Telmex - Argentina	114	(190)
Telmex - USA	209	(326)
Telmex - Chile	27	(282)
Telmex - Colômbia	4	99
Telmex - Peru	4	9
Telmex - Uruguai	3	24
ATT - USA	56	292
UNINET - México	9	(6)
Sercotel	(16.707)	-
Claro Chile	(26.000)	-

A controlada Embratel possui com a NET um modelo de negócio (NET Fone) que visa o compartilhamento de resultados, para proporcionar aos assinantes serviços integrados de vídeo, banda larga e voz (*triple-play*) através da rede bi-direcional da NET. A comercialização deste produto iniciou-se no final de março de 2006.

O contrato deste modelo do NET Fone tem como principal objetivo a exploração de serviços de voz com base nas outorgas de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) da controlada Embratel e/ou mediante outra estrutura que melhor se adapte à sua exploração pelas partes, mediante a utilização da rede da NET para acesso aos clientes finais, com a utilização simultânea da rede de comunicações da controlada Embratel.

## **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Adicionalmente, foi celebrado entre as partes o Contrato de Locação de Fibra Óptica que permite a controlada Embratel alugar fibra óptica excedente da NET. Este contrato possibilita que a controlada Embratel amplie sua rede de acesso ao mercado e representa um passo importante para que a controlada Embratel amplie, de forma ágil, sua oferta de serviços de telecomunicações integrados (voz local e de longa distância, dados, banda larga, Internet, imagem e serviço de administração de redes) para vários segmentos.

As principais transações da Sociedade e de suas controladas envolvendo a NET estão registradas com base em preços e condições definidos conforme segue:

- Projetos especiais - Pagos com base no percentual de custos incorridos de cada projeto, de acordo com o contrato.
- Despesas de acesso à rede - Pagas de acordo com o aumento da base de assinantes do NET Fone.
- Despesas de aluguel de fibras ópticas - Pagas de acordo com contrato específico realizado em condições usuais de mercado.
- Despesa NET Fone - Pagos com base em 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela controlada Embratel, deduzidos os custos de interconexão.
- A NET é responsável pela emissão de faturas dos clientes de NET Fone e por repassar os valores pertinentes à controlada Embratel.
- Despesa de pequenas e médias empresas - Pagas de acordo com cláusulas contratuais específicas, a 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela controlada Embratel, deduzidos de impostos e interconexão.

Em dezembro de 2009, a controlada Embratel investiu o montante de R\$873.539 na aquisição irretratável e irrevogável de direito de uso de capacidade de transmissão gerada pela rede coaxial Net pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. A Sociedade considera o valor do investimento como intangível, a ser amortizado pelo prazo do contrato.

Adicionalmente, em dezembro de 2009 foi formalizada operação de venda de capacidade, pelo valor de R\$849.632, através da qual é concedido a NET direito irrevogável de uso do backbone IP da controlada Embratel pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. Este valor foi registrado como receita antecipada e será apropriado a resultado de acordo com o prazo contratual.

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os valores a receber e a pagar decorrentes destas transações foram demonstrados líquidos no balanço patrimonial, tendo sido pagos durante o 1º trimestre de 2010.

A controlada Embratel também possui acordo celebrado com a Claro, desde outubro de 2006, tendo por objeto a aquisição pela Claro de Capacidade de Backbone para seu uso, composto de capacidade do Backbone próprio da controlada Embratel, necessária à interligação das estações do Backbone Claro e demais estações que venham a ser adicionadas à Topologia deste Backbone. Não constitui objeto do acordo a capacidade destinada à conexão de estações rádio-base da Claro com os demais elementos de rede ou capacidades satelitais, que somente serão disponibilizadas mediante contratação específica. Em dezembro de 2008 as partes assinaram aditivo contratual para contemplar a possibilidade de variação na entrega mensal de capacidade.

### 27.3. Remuneração dos administradores

O valor das remunerações do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, por serviços prestados é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Salários/pro labore	828	829	6.201	5.281
Benefícios diretos e indiretos	-	-	737	736
Bônus	-	-	549	489
Participação nos resultados	-	-	1.983	1.680
Total	828	829	9.470	8.186

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### 28. Seguros

A Administração da Sociedade considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros, sendo que na modalidade de riscos operacionais os montantes em 31 de dezembro de 2010 são como seguem:

<u>Controlada</u>	<u>Valor em risco para danos materiais (1)</u>
EBT	17.205.407
Star One (2)	264.122
TdB	150.879
PMS	132.538
BrasilCenter	48.455
Tvsat	285.640

(1) A apólice de riscos operacionais contempla cobertura para lucros cessantes conforme condições constantes das mesmas.

(2) Os seguros em órbita dos satélites B4, C1 e C2 e dos 11 transponders do satélite C12 são objetos de apólices específicas.

O limite máximo de indenização é de R\$581.000 abrangendo todas as empresas do grupo, estando sujeito para cada empresa às condições da apólice.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Sociedade.

### 29. Evento subsequente

Em 13 de janeiro de 2011, a controlada Embratel concluiu a aquisição, por oferta pública voluntária, das ações preferenciais remanescentes em circulação da NET. Esta oferta foi simultânea em São Paulo e Nova Iorque.

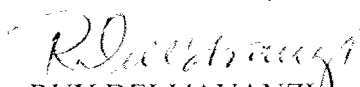
Como resultado total da OPA, a controlada Embratel adquiriu um total 193.701.299 ações preferenciais, e foram investidos R\$4.457.187, representativas de 84,8% da totalidade das ações preferenciais da NET em circulação na data do leilão.

A atual participação, direta e indireta, da Sociedade, em conjunto com a controlada Embratel, no capital social total da NET é de 91,9%.

## Parecer do Conselho Fiscal da Embratel Participações S.A.

1. O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Embratel Participações S.A. ("Embrapar"), levantadas em 31 de dezembro de 2010, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. ("Ernst & Young Terco") conforme parecer emitido em 8 de fevereiro de 2011.
2. O Conselho Fiscal, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Valores Adicionados e as notas explicativas às Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, com base nas análises periódicas, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e, ainda, valendo-se do parecer dos Auditores Independentes, Ernst & Young Terco, apresentado sem ressalvas, é de opinião que as demonstrações financeiras referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da controladora e consolidada da Embrapar em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.
3. Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2011.

  
RUY DELL'AVANZI  
Presidente do Conselho

  
EDISON GERALDO  
Conselheiro Efetivo

  
ANDRÉ LEAL FAORO  
Conselheiro Efetivo

## EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF n.º 02.558.124/0001-12

NIRE 3330026237-7

### ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 15 de março de 2011, às 16h00min horas, na Sede Social da Companhia, sita na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, 1012, Centro.

**CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Os membros do Conselho de Administração foram regularmente convocados, tendo participado da reunião os membros do Conselho de Administração ao final assinados. Nos termos do artigo 163, §3º da Lei 6.404/76, um representante do Conselho Fiscal da Companhia ao final assinado.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** **1) Manifestação sobre o Relatório da Administração e as Contas dos Diretores e sobre as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.** Após a análise do Relatório da Administração e Contas da Diretoria e das Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, e tendo como subsídios os esclarecimentos prestados pela administração e pelos auditores independentes da Companhia presentes à reunião, bem como os pareceres favoráveis desses mesmos auditores e do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. Conselheiros manifestaram-se favoravelmente à submissão de tais documentos a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. **2) Discussão e aprovação da proposta de destinação de resultado do exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2010.** Os Srs. Conselheiros aprovaram a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício, que inclui a distribuição de dividendos, a ser submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **3) Aprovação da proposta de orçamento de capital da Companhia.** Foi aprovada à unanimidade a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício financeiro de 2011, conforme proposta da administração da Companhia. **4) Aprovação da Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia.** Os Conselheiros presentes aprovaram, a seguir, a convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em data a ser definida pelo Presidente da Companhia, com base na seguinte proposta de Ordem do Dia e Instruções Gerais: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2010; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2010 e sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício financeiro de 2011; (iii) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2011 e; (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar a respectiva remuneração individual para o exercício de 2011. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Analisar e deliberar sobre a celebração de contratos de prestação de serviços entre a sua subsidiária Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel e suas controladas, de um lado, e empresas que de qualquer forma constituam partes relacionadas com Companhia, de outro lado, conforme documentação colocada à disposição dos acionistas na sede da Companhia; (ii) aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia; e (iii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato devem ser depositados na sede da Companhia com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização das Assembleias. (b) Os documentos e propostas relativos à ordem do dia

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15.03.2011**

estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.”.

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, é assinada pelos membros do Conselho de Administração participantes e pelo Secretário, passando a constar do livro próprio. Rio de Janeiro, 15 de março de 2011.  
**ASSINATURAS: CARLOS HENRIQUE MOREIRA – PRESIDENTE; JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ – VICE-PRESIDENTE; DILIO SERGIO PENEDO; JOEL KORN; ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA; E ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO - MEMBRO DO CONSELHO E SECRETÁRIO GERAL; EDISON GIRALDO – MEMBRO DO CONSELHO FISCAL.**

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

---

Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho  
Secretário

**Embratel Participações S.A.**

**CNPJ 02.558.124/0001-12**

**NIRE: 33.300.262.377**

**Destinação do Lucro Líquido e Comentários dos Diretores**

**Embratel Participações S.A.**

**Instrução CVM nº 481**  
**Anexo 9-1-II**  
**(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)**

**Destinação do lucro líquido**

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$723.006.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

<b>Provento</b>	<b>Ação</b>	<b>Montante global</b>	<b>Valor por ação (R\$)</b>
Dividendos	ON	91.031	0,0001613904
Dividendos	PN	173.932	0,0003318040
<b>Total</b>		<b>264.963</b>	

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Os dividendos foram distribuídos entre as ações ordinárias e preferenciais, respeitando-se as determinações legais e estatutárias, a saber:

- a) O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado; e
- b) As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Provento	Declaração	Ação	Montante global	Valor por ação (R\$)	Data de pagamento
Dividendos	26/04/2011	ON	91.031	0,0001613904	A partir de 30/06/11
Dividendos	26/04/2011	PN	173.932	0,0003318040	A partir de 30/06/11
<b>Total</b>			<b>264.963</b>		

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Ação	2010	2009 (*)	2008 (*)	2007 (*)
Montante global					
Lucro líquido	ON	374.739	670.020	317.568	435.786
Lucro líquido	PN	348.267	622.689	295.135	405.002
		<b>723.006</b>	<b>1.292.709</b>	<b>612.703</b>	<b>840.788</b>
Lucro líquido por ação no encerramento de cada exercício (R\$)					
	ON	0,000664	0,001230	0,000599	0,000833
	PN	0,000664	0,001230	0,000599	0,000833

(\*) Valores originalmente reportados, de acordo com as regras contábeis vigentes até 31.12.2009, que não consideram os efeitos da adoção do IFRS.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Ação	2009	2008	2007
Dividendos	ON	201.407	152.397	158.560
Dividendos	PN	205.898	155.794	162.096
		<b>407.305</b>	<b>308.191</b>	<b>320.656</b>
Montante por ação (R\$)				
Dividendos	ON	0,0003699033360	0,0002876647973	0,0003032844402
Dividendos	PN	0,0004068936696	0,0003164312771	0,0003336128842

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal  
 b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

	Valor
Lucro líquido	723.006
Mudanças de políticas contábeis em 01 de janeiro de 2009	67.042
Realização de reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS no exercício de 2009	(14.923)
Resultado ajustado - base para reserva legal	775.125
Reserva legal - 5%	38.756

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo

número total de ações da Companhia, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Companhia.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

	<b>Valor</b>
Lucro Líquido ajustado	775.125
Reserva legal	(38.756)
Lucro líquido ajustado base para dividendos	736.369
Dividendos	264.963
Ordinários	91.031
Preferenciais	173.932
Capital social	6.018.064
Quantidade de ações (lotes de mil)	
Ordinárias	564.044.547
Preferenciais	524.200.001
Dividendos mínimos – 6% PN	173.932

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

#### **10. Em relação ao dividendo obrigatório**

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social assegura um dividendo anual correspondente a 25% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Está sendo integralmente pago.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

#### **11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Através da presente proposta, submetemos a V. Sas. para avaliação e aprovação, a proposta de orçamento de capital da Administração da Companhia, contendo a justificativa para a retenção do saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado após dividendos propostos, de acordo com os ajustes a que se referem os Arts. 193 e 202 da Lei 6.404/76, e o valor de Dividendos Prescritos, no montante total de R\$473.514.310,30 (quatrocentos e setenta e três milhões, quinhentos e quatorze mil, trezentos e dez reais e trinta centavos), destinados para fazer face ao orçamento de capital do ano de 2011, com base nos orçamentos de capital de suas subsidiárias.

Tal proposta decorre do fato de que as subsidiárias da Companhia realizaram e realizarão maciços investimentos de capital para manter suas operações nos padrões de excelência em serviços, fundamentais para sobreviver e prosperar em ambiente altamente competitivo (ver quadro abaixo). Estes investimentos serão realizados com capital próprio e com financiamentos de longo prazo. Vide proposta de orçamento de capital conforme resumo abaixo, que está sendo submetida à aprovação dos Senhores Acionistas.

Assim, com o objetivo de atender o disposto no Art. 196 da referida Lei 6.404/76, é apresentada abaixo a seguinte proposta de orçamento de capital para a Companhia:

## ORÇAMENTO DE CAPITAL E FONTES E USOS

### Investimentos Previstos para 2011

ÁREAS	R\$ Milhões
Acesso Local	1.102
Dados / Internet	158
Expansão de Redes	1.070
Rede Internacional	114
Tecnologia da Informação	151
Star One	265
Outros	3
<b>TOTAL</b>	<b>2.863</b>

### Quadro Resumo de Fontes e Usos

FONTES E USOS	R\$ Milhões
Financiamento	559
Capital Próprio	2.934
<b>TOTAL DE FONTES</b>	<b>3.493</b>
Investimentos	2.863
Amortização e Juros sobre Empréstimos e Instrumentos Financeiros	630
<b>TOTAL DE USOS</b>	<b>3.493</b>
<b>NECESSIDADE DE RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>2.934</b>

#### 16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- Informar o montante destinado à reserva
- Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

## Instrução CVM nº 480 Anexo 24

### Item 10 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

#### 10. Comentários dos diretores

##### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

###### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar o seu plano de negócio, cumprir as suas obrigações e necessidades de curto e longo prazo e prover com qualidade serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por satélite (DTH) e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital.

Seguem abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

Consolidado	31/12/2010	31/12/2009 <sup>(*)</sup>	01/01/2009 <sup>(*)</sup>	Variação percentual 31/12/2010 x 31/12/2009	Variação percentual 31/12/2009 x 01/01/2009
Patrimônio líquido	10.690.708	9.834.242	8.608.164	8,7%	14,2%
Ativo Total	20.565.877	16.527.004	15.236.293	24,4%	8,5%
Receita líquida	11.231.037	10.601.977	9.777.306	5,9%	8,4%
Resultado bruto	3.496.989	3.569.989	3.400.345	-2,0%	5,0%
Resultado líquido	723.006	1.277.786	-	-43,4%	-
Número de ações (lotes de mil)	1.088.244.549	1.050.508.959	1.022.119.356		

<sup>(\*)</sup> A Companhia adota as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem os demonstrativos financeiros comparativos de 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras em 01 de janeiro de 2009, a data de transição para o IFRS. Neste caso, os valores apresentados neste documento para 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 diferem, quando aplicável, dos originalmente publicados.

###### b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. Hipóteses de resgate
- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

A Companhia é controlada indiretamente pela Telmex Internacional, S.A.B. de C.V. (“Telmex Internacional”), que por sua vez é controlada direta da América Móvil S.A.B. de C.V., organizadas e existentes de acordo com as leis do México, e que detém 98,12% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2010 (98,06% das ações em 31 de dezembro de 2009).

Em 29 de outubro de 2010, a Reunião do Conselho de Administração aprovou o aumento do capital no montante de R\$399.365, mediante a emissão de 37.735.589.637 novas ações, sendo 19.558.612.629 ações ordinárias e 18.176.977.008 ações preferenciais. A integralização deste aumento de capital foi efetuada, mediante a capitalização de créditos de titularidade dos acionistas controladores de Companhia (Telmex Solutions Telecomunicações Ltda. e Consertel - Controladora de Servicios de Telecomunicaciones S.

A. de C. V.), decorrentes dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e aprovados na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2010.

Em 22 de outubro de 2009, a Reunião do Conselho de Administração aprovou o aumento do capital no montante de R\$302.039, mediante a emissão de 28.389.602.968 novas ações, sendo 14.714.524.206 ações ordinárias e 13.675.078.762 ações preferenciais. A integralização deste aumento de capital foi efetuada, principalmente, mediante a capitalização de créditos de dividendos de titularidade dos acionistas controladores da Companhia (Telmex Solutions Telecomunicações Ltda. e Consertel - Controladora de Servicios de Telecomunicaciones S.A. de C.V.).

O capital autorizado é de 1 trilhão e duzentos bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito é de R\$6.018.064, representado por 1.088.244.549 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas (em lotes de mil ações): 564.044.547 mil ações ordinárias e 524.200.002 mil ações preferenciais. O valor patrimonial das ações é de R\$9,60 em 31 de dezembro de 2010 (R\$9,13 em 31 de dezembro de 2009 e R\$8,23 em 01 de janeiro de 2009), por lote de mil, expressos em reais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Companhia.

A possibilidade de resgate de ações ou quotas não é aplicável à Companhia.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia entende que esta possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas necessidades e obrigações futuras. Os seus recursos provenientes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento de suas atividades.

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$77.970. A dívida total ao final de dezembro de 2010 era de R\$5.215.188, sendo 97,1% a longo prazo. A dívida líquida ao final de 2010 era de R\$5.137.218.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a Companhia se utiliza de linhas de financiamento junto a bancos comerciais de primeira linha, empréstimos com empresas do grupo América Móvil (partes relacionadas) e emissão de títulos privados.

Em 2010, os investimentos da Companhia totalizaram R\$2.301.218. Para financiar os seus investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia utilizou a geração de caixa e o capital próprio.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2010, o endividamento total consolidado em aberto da Companhia era de R\$5.215.188, e a dívida líquida era de R\$5.137.218.

Do valor total do endividamento acima, 2,9% (R\$152.738) tinha vencimento no curto prazo e 97,1% (R\$5.062.450) tinha vencimento no longo prazo.

Segue abaixo a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
<b>Moeda nacional</b>			
Empréstimos bancários	50.798	362.654	457.395
Partes Relacionadas <sup>(1)</sup>	2.605.615	-	-
Notas promissórias <sup>(2)</sup>	-	-	402.869
Debêntures <sup>(3)</sup>	2.500.263	-	-
Finame	50.906	31.805	205
Financiamento de ICMS	7.606	13.690	19.775
<b>Subtotal</b>	<b>5.215.188</b>	<b>408.149</b>	<b>880.244</b>
<b>Moeda estrangeira</b>			
Empréstimos bancários		1.286.992	1.601.266
Financiamento dos satélites C-1 e C-2 <sup>(4)</sup>	-	353.073	600.439
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>1.640.065</b>	<b>2.201.705</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>5.215.188</b>	<b>2.048.214</b>	<b>3.081.949</b>

<sup>(1)</sup> No segundo semestre de 2010 as controladas Embratel e Star One captaram recursos em moeda nacional junto à Sercotel S.A de C.V. ("Sercotel") no montante total de R\$1.606.274, tendo sido liquidados R\$30.000, que destinaram-se, basicamente, à aquisição de ações da NET e ao pré-pagamento de dívidas existentes com outras instituições financeiras, buscando-se principalmente reduzir a exposição ao risco cambial. Adicionalmente, para a aquisição de ações da NET, a controlada Embratel também captou R\$986.501 junto a Claro Chile.

<sup>(2)</sup> Em 10 de junho de 2009, no vencimento, a controlada Embratel resgatou o montante total de R\$400.000 referente às 16 notas promissórias comerciais emitidas e subscritas em dezembro de 2008, em série única, com valor nominal unitário de R\$25.000 e remuneradas ao equivalente à acumulação de 118,50% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

<sup>(3)</sup> Em 11 de outubro de 2010, a controlada Embratel colocou R\$2.430.000 em debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 3 anos e remunerados a 104% do CDI, com pagamento de juros semestrais. As debêntures não possuem qualquer forma de garantia ao credor.

Nesta mesma data, a controlada Embratel cancelou R\$1.070.000 em debêntures emitidas e não colocadas.

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram aplicados na liquidação financeira da Oferta Pública Voluntária para a aquisição de ações preferenciais da NET.

- (4) Em novembro de 2010, a controlada Star One S.A. ("Star One") liquidou antecipadamente os contratos de financiamento em moeda estrangeira através de recursos advindos de linha de crédito assinada com parte relacionada - Sercotel de até R\$450.000, dos quais foram sacados R\$121.086 até 31 de dezembro de 2010.

Os valores liquidados destes respectivos empréstimos foram como seguem abaixo:

▶ Financiamento do satélite Star One C1  
Principal: USD92.815 equivalentes a R\$160.292  
Juros e outros encargos: USD6.615 equivalentes a R\$11.425  
Total: USD99.430 equivalentes a R\$171.717

▶ Financiamento do satélite Star One C2  
Principal: USD82.052 equivalentes a R\$141.027  
Juros e outros encargos: USD5.741 equivalentes a R\$9.871  
Total: USD87.793 equivalentes a R\$150.898

O pagamento antecipado visa reduzir as incertezas e riscos cambiais da controlada Star One.

Em virtude da liquidação antecipada de tais empréstimos, a controlada Star One incorreu em custo contratual junto ao BNP Paribas (Banco líder) no valor de R\$14.961, encerrando suas obrigações relacionadas a covenants financeiros e não financeiros e reduzindo sua exposição a riscos cambiais.

- ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável

- iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável

- iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em novembro de 2010, a controlada Star One liquidou antecipadamente os contratos de financiamento em moeda estrangeira, encerrando seus compromissos com os bancos credores, envolvendo o nível de endividamento, o lucro mínimo antes dos resultados financeiros, impostos, depreciação amortização ("EBITDA").

Em 2010, a controlada Embratel também liquidou quase que integralmente sua dívida com bancos e outras instituições financeiras, deixando assim de estar sujeita a cláusulas restritivas ao cumprimento de certos índices financeiros (“covenants”), tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Durante a vigência dos contratos, estas cláusulas restritivas eram apuradas trimestralmente e foram sempre totalmente cumpridas pela Companhia.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em setembro de 2002, a controlada VSA (incorporada na controlada Embratel) deu início ao financiamento de 60% do valor do ICMS efetivamente apurado sobre receitas operacionais, através de convênio firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo o Banco do Brasil na qualidade de agente financeiro. A linha de crédito aprovada foi de R\$940.000, durante o período de 60 meses, com carência de 84 meses, prazo de amortização de 60 meses, taxa de juros de 4,5% a 6% a.a. e taxa de serviço equivalente a 1% sobre cada parcela liberada.

O montante principal do crédito efetivamente usufruído, R\$28.372, ficou bem abaixo do limite aprovado, e vem sendo amortizado conforme às previsões contratuais. O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2010 é de R\$7.606 (R\$13.690 em 31 de dezembro de 2009 e R\$19.775 em 01 de janeiro de 2009).

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	2010	2009	2008
	(em milhões)		
Receita líquida	11.231,1	10.602,0	9.777,3
Custos de serviços e produtos vendidos	(5.734,0)	(5.810,6)	(5.275,1)
Despesas de vendas	(1.409,0)	(1.275,4)	(1.289,7)
Despesas gerais e administrativas	(644,8)	(640,9)	(676,9)
Outras despesas operacionais, líquidas	(175,2)	(65,3)	(100,1)
<b>EBITDA</b>	<b>3.268,2</b>	<b>2.809,8</b>	<b>2.435,5</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a receita líquida total cresceu 5,9 % (R\$629 milhões) quando comparada com o ano anterior, principalmente devido ao crescimento de 461,8 % (R\$454 milhões) na receita de serviços de DTH, crescimento de 13,1 % (R\$279 milhões) na receita de serviços locais, crescimento de 4,7 % (R\$142 milhões) na receita de comunicação de dados, uma redução de 3,8% (R\$188 milhões) na receita de longa distância e redução de 13,9% (R\$58 milhões) em outros serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida total cresceu 8,4% (R\$825 milhões) quando comparada com o ano anterior, principalmente devido ao crescimento de 24,4% (R\$417 milhões) na receita de serviços locais, crescimento de 21,7% (R\$540 milhões) na receita de comunicação de dados, uma redução de 0,6% (R\$30 milhões) na receita de longa distância e redução de 32,3% (R\$200 milhões) em outros serviços. Além disso, no período acumulado de doze meses de 2009, a receita de serviços de DTH totalizou R\$98 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a receita líquida total foi de R\$9.777 milhões, um crescimento de 13,4% (R\$1.152 milhões) quando comparada com o ano anterior, principalmente devido ao aumento de 33,2% (R\$426 milhões) na receita de serviços locais, crescimento de 14,7% (R\$319 milhões) na receita de comunicação de dados,

crescimento de 8,1% (R\$372 milhões) na receita de longa distância, e crescimento de 5,8% (R\$34 milhões) em outros serviços.

O EBITDA totalizou R\$3.268 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 16,3% (R\$458 milhões) quando comparados ao ano de 2009, principalmente em decorrência do projeto de redução de custos de acesso alugado à terceiros.

O EBITDA totalizou R\$2.810 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 14,2% (R\$350 milhões) quando comparados ao ano de 2008, principalmente em decorrência de um efetivo controle das despesas.

O EBITDA totalizou R\$2.460 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, um aumento de 13,7% (R\$293 milhões) quando comparados ao ano de 2007, principalmente em função do impacto positivo na margem decorrente do crescimento de 33,2% nos serviços locais e um efetivo controle das despesas.

## Investimento

### Investimentos recorrentes

Os investimentos recorrentes, nos últimos 3 anos, são como se seguem:

(R\$ milhões)	2010	%	2009	%	2008	%
Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais	1.379	59,9	766	50,3	790	43,9
Infraestrutura de rede	480	20,8	400	26,3	574	31,9
Serviços de Dados e Internet	221	9,6	228	15,0	326	18,1
Star One	85	3,7	62	4,1	40	2,2
Outros investimentos (incluindo TI)	136	6,0	65	4,3	72	3,9
<b>Investimento</b>	<b>2.301</b>	<b>100,0</b>	<b>1.521</b>	<b>100,0</b>	<b>1.802</b>	<b>100,0</b>

Em 2010, a Embrapar investiu R\$2.301 milhões. A maior parcela dos investimentos da Companhia foi direcionada para atender a Investimentos em Acessos, Infraestrutura e Serviços Locais, representando 59,9% do total de investimentos no ano. Outra parcela importante representou 20,8% do total, direcionado para atender à Infraestrutura de rede. Adicionalmente, 9,6% dos investimentos foram alocados aos Investimentos com Serviços de Dados e Internet, 3,7% direcionados para satélites (Star One) e 6,0% para outros itens, como por exemplo, Tecnologia da Informação e Call Center.

Em 2010, a controlada Star One investiu R\$82 milhões para a construção e entrega em órbita de novo satélite, - o Star One C3, que terá cobertura na América do Sul, e irá operar em Banda C e em Ku. O investimento total no projeto do Star One C3 está estimado em US\$270 milhões.

Do total de R\$1.379 milhões investidos em Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais em 2010 foram destinados 40% para expansões do serviço de TV por assinatura através de Direct To Home ("DTH") o que representou um investimento de R\$551 milhões.

Adicionalmente, em dezembro de 2009, dada a importância do NET Fone no portfólio de produtos e as perspectivas de crescimento deste produto, foi formalizada a aquisição, pelo valor de R\$874 milhões, de capacidade de transmissão da rede HFC da Net, o que assegura,

pelo prazo de 5 anos, de forma irrevogável e irretroatável, o direito de uso desta rede pela controlada Embratel.

## 10.2. Os diretores devem comentar:

- a. Resultados das operações do emissor, em especial:
- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita líquida consolidada da Companhia são:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Voz			
Longa distância nacional	4.341.984	4.501.440	4.481.229
Longa distância internacional	397.135	425.541	475.436
	4.739.119	4.926.981	4.956.665
Dados	3.172.610	3.030.724	2.490.620
Serviços locais	2.405.111	2.126.032	1.709.492
DTH – TV por assinatura	552.563	98.362	-
Outros serviços	361.634	419.878	620.529
<b>Total</b>	<b>11.231.037</b>	<b>10.601.977</b>	<b>9.777.306</b>

- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia tem investido em média R\$1,8 bilhão ao ano em infraestrutura necessária ao crescimento de seus serviços de telefonia local, transmissão de dados, Internet banda larga, via satélite e TV por assinatura, e vem focando na diversificação de produtos e serviços, reduzindo gradualmente a dependência em relação às ligações de longa distância nacional e internacional, que em 2010 já estava reduzido a cerca de 42% da receita líquida total.

A receita líquida vem crescendo significativamente nos últimos anos, chegando a crescer 13,4% em 2008 quando comparado a 2007. Em 2009, apesar de todas as dificuldades decorrentes da crise econômica mundial, a Companhia atingiu 8,4% de crescimento comparado a 2008, e em 2010 atingiu 5,9% de crescimento quando comparado com 2009.

Destaca-se no processo de diversificação da receita da controlada Embratel o crescimento na telefonia fixa local, que em 2010 já atingiu 21% da receita líquida total, tendo crescido mais de 40% se comparada à receita líquida anual verificada em 2008, impulsionado principalmente pelo produto NET Fone. Na telefonia fixa a controlada Embratel foi a empresa que mais cresceu com o processo de portabilidade.

Ao mesmo tempo, ao final de 2008 a Companhia ingressou no mercado de TV por assinatura via satélite, tendo atingido ao final de 2010 receita líquida de R\$553.563 e base de assinantes superior a 1 milhão de assinantes, um crescimento de 300% em relação à base de 2009, representando cerca de 12% do market share do mercado total de TV por Assinatura e 25% do segmento de TV por assinatura via satélite - DTH.

Estes fatores, em conjunto com uma política de rigoroso monitoramento dos custos e das despesas operacionais, contribuíram para o aumento gradual e significativo dos resultados operacionais, tendo atingido no ano de 2010 margem EBITDA de 29,1%.

### **Fatores relacionados ao negócio**

Nossas concessões fornecem um mecanismo de preço-teto para definição e ajuste anual de tarifas. Estamos sujeitos a regulamentos abrangentes que podem limitar nossa capacidade de aumentar preços ou tornar não lucrativos alguns tipos de tráfego de clientes.

Para completar chamadas telefônicas de longa distância, devemos normalmente remunerar o uso de rede de acesso de operadoras locais. A Lei de Telecomunicações Brasileira e as concessões de serviços locais obrigam as concessionárias de serviços local a tratar todas as operadoras de longa distância igualmente. Isso significa que as concessionárias de serviço devem cobrar de sua própria concessionária de serviços de longa distância a mesma tarifa de interconexão cobrada de concorrentes como a controlada Embratel. Além disso, a Lei de Telecomunicações Brasileira proíbe subsídios cruzados entre concessões locais e de longa distância, de modo que se uma concessionária de serviço local cobrasse de sua concessionária de serviço de longa distância uma tarifa de interconexão menor a que pagamos, ela estaria incorrendo em uma prática anticompetitiva, de acordo com a lei. No entanto, como algumas companhias possuem tanto concessões locais como de longa distância, evitar a fixação de preço discriminatório e subsídios cruzados pode ser difícil e a Anatel pode não ter os meios suficientes para realizar auditorias e comprovar tais práticas. Logo, enquanto pagamos tarifas de acesso às concessionárias de serviços locais, uma concessionária de serviço local poderá permitir que sua concessionária de longa distância evite efetivo o pagamento de tais tarifas. Embora tenhamos exigido e continuaremos a exigir que o regulamento competitivo do Brasil seja completamente cumprido para impedir as concessionárias de serviços locais de permitir que suas concessionárias de serviços de longa distância vendam serviços de longa distância abaixo do custo, não há nenhuma garantia de que seremos bem sucedidos em alcançar tal objetivo e podemos sofrer um comportamento anticompetitivo em certos segmentos do mercado de longa distância.

A partir de 2006, as tarifas de interconexão de acesso local e de longa distância foram limitadas a uma percentagem fixa para os usuários finais reduzindo a flexibilidade que as concessionárias locais tinham em adotar práticas discriminatórias, mas não podemos assegurar que essas medidas ou outras semelhantes que poderão ser adotadas no futuro serão efetivas em contrabalançar essas práticas.

De acordo com a regulamentação brasileira, os clientes de telefonia podem selecionar seus provedores de longa distância nacional e internacional a cada chamada. Assim, não temos contratos com a maioria de nossos clientes no segmento de longa distância nacional e internacional, e esses clientes podem trocar de provedor a qualquer momento. Não podemos assegurar a fidelidade de nossos clientes, podendo um número significativo de clientes selecionar outra empresa para utilizar seus serviços de telecomunicações, o que poderia ter um efeito material adverso sobre o nosso negócio e nossa condição financeira.

A regulamentação do setor exige que forneçamos acesso à nossa rede a todos os clientes com linha fixa ou celular, sem garantia prévia de que são usuários que merecem crédito e que não gerarão inadimplência. Somente após faturar os clientes e não tendo recebido pagamento, podemos bloquear a linha dos usuários de telefonia fixa e celular, respeitados os prazos legalmente estabelecidos.

Não podemos garantir que as estratégias adotadas continuarão sendo eficazes no combate ao uso fraudulento de nossa rede ou de nos permitir recuperar quantias não pagas faturadas pelo uso de nossas redes. Nosso nível de despesas com inadimplência

poderá aumentar no futuro, o que pode prejudicar nossa lucratividade e nosso fluxo de caixa.

A Anatel exige que cumpramos certas metas de qualidade dos serviços de nossas concessões, incluindo, por exemplo, taxas mínimas de conclusão de chamadas, taxas máximas de circuito ocupado, disponibilidade de operadora e responsabilidade por solicitações de reparo. O não cumprimento das obrigações de qualidade de serviço pode resultar, e já resultou, na imposição de multas pela Anatel e outras entidades governamentais. Nossa capacidade de cumprir tais metas pode ser impedida por fatores além de nosso controle e nós não podemos garantir que cumpriremos essas metas no futuro ou que não seremos multados no futuro.

A indústria de telecomunicações está em constante mudança tecnológica. Nosso sucesso futuro depende, em parte, da nossa capacidade de prever e de nos adaptar em tempo hábil às mudanças tecnológicas. Esperamos que novos produtos e tecnologias apareçam e que produtos e tecnologias existentes se desenvolvam ainda mais. Esses novos produtos e tecnologias podem reduzir os preços que podemos cobrar pelos serviços ou podem aumentar e tornar obsoletos os produtos e serviços que oferecemos e as tecnologias que usamos. Eles podem conseqüentemente reduzir a receita gerada pelos produtos e serviços ou exigir investimentos em nova tecnologia. Logo, nossos principais concorrentes no futuro poderão ser novos estreantes nos mercados que não seriam onerados por uma base instalada de equipamentos mais antigos.

No curso normal de nossas atividades, estamos envolvidos em várias discussões potenciais e processos judiciais, alguns dos quais envolvem reivindicações monetárias significativas, para as quais, por conta da avaliação de consultores jurídicos, não estabelecemos nenhuma provisão. Não podemos assegurar que essas reivindicações em última instância serão resolvidas a nosso favor.

- b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia presta o Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade local (STFC Local), na modalidade longa distância nacional (STFC LDN) e na modalidade longa distância internacional (STFC LDI).

A Companhia possui uma autorização da Agência Reguladora para a prestação do STFC Local, o que permite que o reajuste tanto de seu plano básico quanto de seu plano alternativo ocorra sem qualquer necessidade de solicitação prévia à Agência e, conseqüentemente, dispensando qualquer ato que venha a homologar as alterações de preços dos planos de serviço destas modalidades. Para estes planos, aplica-se a regra geral, prevista do Regulamento do STFC, em que o reajuste dos valores máximos autorizados pode ocorrer a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses entre os reajustes, devendo-se considerar o IST acumulado desde a data-base da última alteração.

Já no caso do STFC LDN e do STFC LDI, a Companhia possui contrato de concessão assinado com a Administração Pública. Nestes casos, há uma diferença entre os reajustes dos valores máximos homologados dos planos alternativos e dos planos básico.

Para os planos alternativos de STFC LDN e STFC LDI, aplica-se a mesma regra dos planos de STFC Local, ou seja, a Companhia pode, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses entre os reajustes, reajustar os valores máximos homologados do plano alternativo, devendo considerar o IST acumulado desde a data-base da última alteração.

Por fim, o reajuste do plano básico do STFC LDN e do plano básico do STFC LDI deve seguir procedimento específico, estabelecido nos contratos de concessão, de homologação prévia dos valores.

O plano básico do STFC LDN consiste em: (i) dezesseis tarifas de chamadas originadas e terminadas em telefones fixos (quatro distâncias em quatro horários); (ii) quatro tarifas para chamadas envolvendo terminais do Serviço Móvel Pessoal – SMP (dois tipos em dois horários); e (iii) quatro tarifas para chamadas envolvendo terminais do Serviço Móvel Especializado – SME (dois tipos em dois horários).

Para o primeiro conjunto de tarifas, o contrato de concessão estabelece que o valor médio da cesta deva ser reajustado pela variação do IST no período descontada a produtividade (Fator X), que é estabelecida pela Agência com base nas informações das concessionárias do STFC Local, do STFC LDN e do STFC LDI. Uma tarifa individualmente pode aumentar a variação do IST mais 5%, desde que as demais sofram reajustes menores, ou mesmo redução, para que o reajuste médio seja respeitado.

Para o segundo e terceiro grupo de tarifas a Anatel não permite qualquer variação individual, devendo-se aplicar o IST no período, descontada a produtividade, que a pesar de não estar prevista expressamente sua aplicação nos regulamentos para estas chamadas, é imposta pela Anatel. O reajuste para estas tarifas está condicionado ainda demonstração perante a Agência que os valores de remuneração de rede entre as concessionárias do STFC LDN e as operadoras de SMP e SME foram acordados entre as prestadoras.

Por sua vez, o plano básico do STFC LDI consiste em dezoito tarifas internacionais (nove grupos em dois horários) e dez tarifas regionais (cinco grupos de dois horários), sendo que estas são utilizadas para chamadas específicas em área de fronteira. As tarifas do plano básico LDI são as mesmas, independentemente se originadas ou destinadas em terminais fixos ou móveis.

Assim como no primeiro grupo de chamadas do STFC LDN, o contrato de concessão estabelece que o valor médio da cesta deva ser reajustado pela variação do IST no período descontada a produtividade (Fator X), que é estabelecida pela Agência com base nas informações das concessionárias do STFC Local, do STFC LDN e do STFC LDI. Uma tarifa individualmente pode aumentar a variação do IST mais 5%, desde que as demais sofram reajustes menores, ou mesmo redução, para que o reajuste médio seja respeitado.

Nos últimos três anos os reajustes homologados pela Anatel para a Companhia foram:

- 18.JAN.2008 – Ato 303/08: Reajuste do STFC SMP (exceto Grupo TIM);
- 29.SET.2008 – Ato 5.761/08: Reajuste do STFC LDI;
- 29.SET.2008 – Ato 5.764/08: Reajuste do STFC LDN Fixo-Fixo;
- 12.MAR.2009 – Ato 1.242: Reajuste do STFC SMP (exceto Grupo TIM);
- 03.JUN.2009 – Ato 3.015: Reajuste do STFC SMP (Grupo TIM);
- 30.OUT.2009 – Ato 6.280/09: Reajuste do STFC LDI;
- 30.OUT.2009 – Ato 6.280/09: Reajuste do STFC LDI.
- 22.JUN.2010 – Ato 4.105/10: Reajuste do STFC SMP (exceto Grupo TIM);
- 29.NOV.2010 – Ato 7762/10: Reajuste do STFC LDN.

Em 2010 a Companhia manteve sua estratégia de diversificação e massificação de receitas, diminuindo sua dependência da linha de negócios Longa Distância através de investimentos para o crescimento e fortalecimento das linhas de negócios Serviços Locais (Livre e NET Fone) e TV por Assinatura (“Via Embratel”).

A controlada Embratel iniciou ao longo de 2010 a construção de rede própria HFC (Hybrid Fiber Coaxial) em mercados complementares aos da NET, de forma a ampliar a capilaridade da controlada Embratel em cerca de 2,5 milhões de casas passadas, para oferta de serviços banda larga e de telefonia para os mercados residencial, pequenas e médias empresas (“PME”) e corporativo, utilizando a tecnologia HFC de última geração.

- c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A paridade cambial entre o dólar norte americano e o real encerrou o ano de 2010 em R\$/US\$ 1,67, representando uma desvalorização de 4,31% da moeda norte americana quando comparada com a paridade do final de 2009 – R\$/US\$ 1,74. O efeito desta desvalorização do dólar norte americano sobre a dívida denominada em moeda estrangeira, instrumentos derivativos e outros passivos atrelados à variação cambial, foi uma perda no resultado financeiro de 2010 totalizando R\$113 milhões, contra um ganho, de R\$391 milhões observado em 2009. De qualquer forma, a desvalorização da moeda norte-americana frente ao Real representou uma ótima oportunidade para a empresa liquidar todas as suas dívidas em moeda estrangeira.

O ano de 2010 foi um ano de bons resultados para a Companhia, onde a empresa foi capaz de aumentar suas receitas, gerir os custos e investimentos com eficiência, de forma a contribuir para uma melhora de sua margem EBITDA.

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A nova linha de negócios Via Embratel, cujo lançamento ocorreu em 1º de dezembro de 2008, encerrou 2010 com 1.200.945 vendas (382.321 vendas em 2009), mantendo o expressivo crescimento.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

- c. Eventos ou operações não usuais

Em 13 de janeiro de 2011, a controlada Embratel concluiu a aquisição, por oferta pública voluntária, das ações preferenciais remanescentes em circulação da NET. Esta oferta foi simultânea em São Paulo e Nova Iorque.

Como resultado total da OPA, a controlada Embratel adquiriu um total 193.701.299 ações preferenciais, e foram investidos R\$4.457.187, representativas de 84,8% da totalidade das ações preferenciais da NET em circulação na data do leilão.

A atual participação, direta e indireta, da Companhia, em conjunto com a controlada Embratel, no capital social total da NET é de 91,9%.

#### **10.4. Os diretores devem comentar:**

##### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC até 31 de dezembro de 2010, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") seria custo ou valor justo.

A Companhia adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem os demonstrativos financeiros comparativos de 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras em 01 de janeiro de 2009, a data de transição para o IFRS. O IFRS 1 ("First time adoption of International Reporting Standards" - Primeira adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e relativas interpretações, do IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS (ou seja, 31 de dezembro de 2010). O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas no item 10.5. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011.

A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.

Segue abaixo um sumário destes novos procedimentos e interpretações analisados pela Administração:

#### **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte Relacionada (Revisada)**

A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes

com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

### **IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários**

Oferece orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de:

- ▶ Circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação;
- ▶ Transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo;
- ▶ Mudança na classificação dos ativos financeiros;
- ▶ Mudança nos passivos e ativos contingentes.

### **IFRS 7 Instrumentos Financeiros**

Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.

### **IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração**

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

### **IFRIC 9 Programas de Fidelização de Clientes**

O significado de “valor justo” é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.

### **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo**

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo.

### **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital**

Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

#### **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada encerramento mensal de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- b. Recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.
- b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

#### **Contas a receber**

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, bem como valores a receber pela prestação de serviços de dados, local, DTH e outros serviços.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

#### **Saldos em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro quando incorridos.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534 revisado pela Deliberação nº 624 de 28 de janeiro de 2010.

#### **Estoques**

Estão avaliados ao custo médio de aquisição reduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e referem-se, substancialmente, a "handsets" (aparelhos telefônicos digitais). As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### **Investimentos**

Os investimentos em controladas e coligadas nas quais a Companhia possui influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme CPC18.

O ágio relacionado com coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado, e está fundamentado em rentabilidade futura, não sendo portanto testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, inclusive aquelas no exterior, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com as adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

### **Imobilizado**

O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Conforme requerido pelo OCPC 10, a Administração efetuou estudos técnicos para constituir e suportar a vida útil econômica estimada de seus ativos de longo prazo e, como consequência, houve reconhecimento de despesa de depreciação e amortização adicional em R\$485.665 em 31 de dezembro de 2010.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade e preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil econômica dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Quando aplicável, o imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e sua contrapartida registrada como impostos a recuperar.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

### **Intangível**

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por ágios, softwares, licenças regulatórias e direitos irrevogáveis de uso.

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 deixaram de ser amortizados, estando submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável ou caso algum fator interno ou externo evidencie a necessidade de aplicação do teste durante o ano calendário.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil econômica indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil econômica, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

### **Provisão para recuperação de ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, quando disponível. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

### **Tributação**

Impostos sobre vendas

As controladas da Companhia estão sujeitas, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

- ▶ Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%;
- ▶ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% e 7,60%;
- ▶ Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%;
- ▶ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 25% a 35%;

Esses tributos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda - IRPJ e a contribuição social - CSLL. O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercícios e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis, geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
- ▶ Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:
- ▶ Quando o ativo diferido estiver relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma

combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

► Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias, são avaliados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperação constituída de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 371/02.

### **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado

no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

O saldo total das provisões para contingências é registrado no passivo circulante, uma vez que não é possível estimar o prazo de liquidação.

### **Passivo atuarial**

As controladas Embratel, Star One, Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS") e Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Tvsat"), patrocinam uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados. As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

### **Benefícios a empregados**

As controladas Embratel, Star One, Click 21 Comércio e Publicidade Ltda. - "Click 21", BrasilCenter Comunicações Ltda ("BrasilCenter"), PMS, Telmex do Brasil Ltda ("Tdb") e Tvsat constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas empresariais e individuais. Estas controladas registraram esta despesa na demonstração do resultado, no grupo de despesas gerais e administrativas (R\$86.803 e R\$70.274 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente). A controlada BrasilCenter classifica a referida provisão no grupo de comercialização de serviços, totalizando R\$1.837 em 31 de dezembro de 2010 (R\$2.228 em 31 de dezembro de 2009 e R\$2.309 em 01 de janeiro de 2009).

### **Receitas antecipadas**

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

### **Outros ativos e passivos**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia concluiu que não houve ajuste relevante nas demonstrações financeiras nos exercícios apresentados.

### **Reconhecimento de receita**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados à favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização.

### **Resultado financeiro**

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com Programa de Integração Social - "PIS", Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - "COFINS" (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio).

### **Participações de não controladores**

Referem-se a participações de terceiros nas controladas Embratel e Star One.

### **Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### **Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e revisado pela Deliberação 641 de 07 de outubro de 2010. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

### **Informação por segmento**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

### **10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

- a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis

consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e os procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia e (3) fornecem segurança razoável relativa à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou destinação não autorizada dos ativos da Companhia que possam afetar de maneira relevante as demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2010, concluindo que os mesmos são eficazes.

Projeto Sarbanes Oxley ("SOX") - a Companhia está dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, visando manter um elevado nível dos controles internos e, na condição de investimento relevante da Telmex, suportar o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. A Diretoria avalia que a aplicação das exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.

- b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve comentários significativos no relatório do auditor independente, sobre deficiências e recomendações que pudessem impactar a eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em outubro de 2010, através de um processo de oferta pública com esforços privados, a controlada Embratel colocou R\$2.430.000 em debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 3 anos, remunerados a 104% do CDI e pagamento de juros semestrais.

Os recursos obtidos por meio desta emissão, conforme originalmente previsto, foram integralmente aplicados na liquidação financeira da Oferta Pública Voluntária para a aquisição de ações preferenciais da NET.

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iv. contratos de construção não terminada
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

- a. investimentos, incluindo:
- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

**ORÇAMENTO DE CAPITAL E FONTES E USOS**

**Investimentos Previstos para 2011**

<b>ÁREAS</b>	<b>R\$ Milhões</b>
Acesso Local	1.102
Dados / Internet	158
Expansão de Redes	1.070
Rede Internacional	114
Tecnologia da Informação	151
Star One	265
Outros	3
<b>TOTAL</b>	<b>2.863</b>

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

**Quadro Resumo de Fontes e Usos**

<b>FONTES E USOS</b>	<b>R\$ Milhões</b>
Financiamento	559
Capital Próprio	2.934
<b>TOTAL DE FONTES</b>	<b>3.493</b>
Investimentos	2.863
Amortização e Juros sobre Empréstimos e Instrumentos Financeiros	630
<b>TOTAL DE USOS</b>	<b>3.493</b>
<b>NECESSIDADE DE RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>2.934</b>

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

- c. novos produtos e serviços, indicando:
  - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Até o desmembramento da Telebrás em 1998, a controlada Embratel e as outras companhias do Sistema Telebrás eram requeridas a contribuir para o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás - CPqD, além de conduzirem sua própria pesquisa e desenvolvimento independentes. Durante os três anos subsequentes à privatização do Sistema Telebrás, o CPqD continuou a contar com aporte financeiro da Companhia mediante um contrato de prestação de serviços. Durante este período, a controlada Embratel teve acesso aos programas de telecomunicações desenvolvidos

pelo CPqD e outros serviços tecnológicos, tais como teste de equipamento e serviços de consultoria e treinamento. Atualmente, o CPqD é uma fundação privada sem fins lucrativos e independente, e a Companhia continua a utilizar o CPqD em atividades eventuais onde o seu grau de conhecimento é reconhecidamente um diferencial e que nos trazem valor agregado nas soluções inovadoras sendo desenvolvidas.

A controlada Embratel, através de uma política de pré-qualificação de equipamentos e plataformas de prestação de serviços, incentiva o desenvolvimento e adequação de tecnologias nos seus fornecedores e parceiros tecnológicos. Esta política, associada ao desenvolvimento de soluções customizadas para clientes, objetiva a melhoria contínua dos serviços oferecidos ao mercado, com redução de custos, seguindo requisitos de um sistema internacional de gestão da qualidade.

Antes de virar produtos e ganhar o Brasil, todas as novas soluções desenvolvidas pela controlada Embratel têm endereço certo: o Centro de Referência Tecnológica (CRT), na Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. A empresa foi a primeira operadora de telecomunicações do País a ter um centro do gênero, criado em 2001 para colocar à prova a eficiência e a qualidade dos serviços de telefonia, redes e transmissão de dados.

O CRT é um laboratório de testes e simulações no qual a controlada Embratel mantém um ambiente integrado com todas as tecnologias usadas em suas operações. Todos os equipamentos e redes que atendem aos clientes estão representados no centro. O local também integra fornecedores e clientes em torno de tecnologias de ponta que, depois, vão estar ao alcance de todos os brasileiros.

Para muitos fornecedores, o centro oferece oportunidade única para a adaptação de produtos ao sistema telefônico brasileiro. A telefonia nacional tem especificidades raras, como a discagem direta a cobrar. O CRT, com engenheiros e técnicos especializados, além de efetivo móvel de pesquisadores em diversas áreas da empresa, está certificado pela ISO 17025, o que atesta a qualidade da gestão do conhecimento que é marca na história da controlada Embratel.

Ao longo dos anos de 2004 a 2006 a controlada Embratel implantou sua solução de Redes de Nova Geração (NGN), investiu na Supervisão de sua Rede Óptica, totalmente depuradas nos laboratórios o CRT, e investigou diversas tecnologias para chegar ao usuário final, a última milha: PLC, EPON/GPON, WiMax, GPRS/EDGE, entre outras. O fruto destes investimentos em pesquisa resultou em uma expansão de sua rede física com o atingimento e aumento de sua base de clientes e proporcionou novas e melhores oportunidades de serviços e soluções.

Em 2007 foi iniciada a migração das redes de voz e dados para Redes Tudo IP (All IP Networks), oferecendo convergência para serviços de voz, dados e vídeo através de um único acesso e de equipamentos de usuário multifuncionais.

Em 2008, a controlada Embratel concluiu o lançamento de um projeto no segmento de pequenas e médias empresas através da oferta, em rede nacional, do acesso WiMax (Worldwide Interoperability for Microwave Access). Esse projeto da controlada Embratel é o resultado de um longo processo que se iniciou em abril de 2003, com obtenção da autorização para uso das radiofrequências da faixa de 3,5 GHz.

Ainda em 2008, a controlada Embratel efetuou investimentos importantes no sentido de modernizar seu Backbone IP através da introdução de novas tecnologias que permitirão aumentar a capacidade de escoamento de tráfego com mais eficiência e menores custos.

A controlada Embratel efetuou também investimentos em suas redes de fibras ópticas de modo a aumentar sua capacidade de escoamento e recuperação de tráfegos aumentando assim a confiabilidade para seus clientes. A rede hoje é capaz de, na maioria do território nacional, resistir a falhas duplas, sem prejuízo de interrupção pressentida pelos seus clientes.

O grande projeto implantado em 2008 foi o da Portabilidade Numérica, e que se estende para 2009, criando excelente oportunidade para a controlada Embratel aumentar sua participação no mercado principalmente com seus produtos residenciais, Livre e Net Fone.

Em 2009 a controlada Tvsat iniciou a oferta de TV por assinatura via satélite através da tecnologia direct to home (“DTH”). Este serviço é comercializado através da marca Via Embratel, que encerrou 2010 com mais de 1 milhão de assinantes.

A controlada Embratel iniciou em 2010 a construção de rede HFC (Hybrid Fiber Coaxial) própria, de forma a oferecer serviços de banda larga e telefonia para os mercados residencial, pequena e médias empresas, e corporativo, em mercados complementares aos da NET.

Em janeiro de 2010, iniciou-se a construção de mais um satélite da controlada Star One – o Star One C-3. O Star One C-3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada a comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, Internet e voz diretamente para os usuários. O lançamento deste novo satélite está previsto para o primeiro semestre de 2012.

Os direitos de propriedade intelectual são criteriosamente protegidos no Brasil e no exterior. A maioria de nossas marcas registradas, incluindo o nome comercial Embratel e outros nomes de produtos vinculados à controlada Embratel são protegidos através de legislação de marcas comerciais.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos com pesquisas e desenvolvimentos incorridos no Centro de Referência Tecnológica (CRT) em 2008, 2009 e 2010 montam em R\$4 milhões, R\$7 milhões e R\$8 milhões, respectivamente.

Adicionalmente, outros gastos indiretos desta natureza são incorridos no curso normal das atividades, dada à contínua inovação tecnológica necessária no setor de telecomunicações, sejam incorridos pela Companhia ou através de seus fornecedores e parceiros tecnológicos.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.10.c.i acima

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.10.c.ii acima

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não aplicável.

**Embratel Participações S.A. - EMBRAPAR**  
**Item 12.6 a 12.10**

**Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária – 26 de abril de 2011**

**Eleição de Membros do Conselho Fiscal – Caso eleitos, os Conselheiros exercerão o mandato de 26 de abril de 2011 até a data da Assembléia Geral Ordinária de 2012.**

**MEMBROS EFETIVOS**

**1) RUY DELL'AVANZI**

Idade:	75 anos
Profissão:	Contador
CPF ou número do passaporte:	107.137.438-91
Cargo eletivo ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Embratel Participações S/A, no mandato em curso
Data da eleição:	26 de abril de 2010
Caso reeleito, a data da reeleição:	26 de abril de 2011
Data da posse:	26 de abril de 2010 (Conselheiro)
Caso reeleito, a data da posse:	26 de abril de 2011
Prazo do mandato em curso:	01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2011.
Caso reeleito, o prazo do mandato:	01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2012
Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A:	Membro do Comitê de Auditoria
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:	( X ) SIM ( ) NÃO

**Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

**Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

**Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

**Currículo do candidato:**

Data de Nascimento: 17 de julho de 1935

Formação Acadêmica:

- Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo
- Pós-graduação em Engenharia Econômica pela Universidade Federal da Bahia

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho Fiscal (Efetivo) da Embratel Participações S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo) da Embratel Participações S.A.
- Sócio aposentado de Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes
- Professor de Auditoria – Curso de Administração Diretiva “Entrepreneurs” – Escola de Alta Administração de Empresas – ESALAE
- Professor de Auditoria, Contabilidade de Custos, Análise de Demonstrações Financeiras e Controladoria – Faculdade de Ciências Contábeis de Itapetinga
- Condecorado com a Comenda outorgada pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em reconhecimento por relevantes contribuições na área de Ciências Contábeis

## 2) EDISON GIRALDO

Idade:	69 anos
Profissão:	Contador
CPF ou número do passaporte:	041.564.478-04
Cargo eletivo ocupado:	Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Embratel Participações S/A, no mandato em curso
Data da eleição:	26 de abril de 2010
Caso reeleito, a data da reeleição:	26 de abril de 2011
Data da posse:	26 de abril de 2010 (Conselheiro)
Caso reeleito, a data da posse:	26 de abril de 2011
Prazo do mandato em curso:	01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2011.
Caso reeleito, o prazo do mandato:	01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2012
Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A:	Membro do Comitê de Auditoria
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:	( X ) SIM ( ) NÃO

### **Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

### **Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

### **Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

**Currículo do candidato:**

Data de Nascimento: 16 de setembro de 1941

Formação Acadêmica:

- Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho Fiscal (Efetivo) da Embratel Participações S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo) da Embratel Participações S.A.
- Diversas funções na Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga (Empresa Aberta) tais como: Auditor Interno, Contador, Gerente do Depto. Contábil, Gerente da Divisão Contábil, Gerente de Assessoria Contábil e Fiscal Corporativa e Coordenador do Grupo de trabalho Contábil-Fiscal, formado pelos Contadores das Empresas que compõem o Grupo Petróleo Ipiranga
- Membro da CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da ABRASCA
- Membro do Conselho Fiscal do IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
- Membro do Conselho Fiscal da FFMB – Fundação Francisco Martins Bastos de Previdência Privada
- Professor da UFF – Universidade Federal Fluminense, nas áreas Contábil e Tributária, nos cursos de Graduação e Pós Graduação.

**3) ANA MARIA DE ALMEIDA NOVELLO**

Idade:	50 anos
Profissão:	Contadora
CPF ou número do passaporte:	707.729.167-72
Cargo eletivo ocupado:	Não aplicável
Data da eleição:	26 de abril de 2011
Caso reeleito, a data da reeleição:	Não aplicável
Data da posse:	Não aplicável
Caso reeleito, a data da posse:	Não aplicável
Prazo do mandato em curso:	Não aplicável
Caso reeleito, o prazo do mandato:	Não aplicável
Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A:	Não aplicável
Indicação pelo controlador ou não:	( X ) SIM ( ) NÃO

**Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

**Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

**Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

**Currículo da candidata:**

Data de Nascimento: 21 de outubro de 1960

Formação Acadêmica:

- Bacharel em Ciências Contábeis - UFRJ (1983)
- Pós Graduação em Finanças Corporativas - PUC-RJ (1994)
- Pós Graduação em Marketing - FGV/RJ (2000)

Desde 09/2006	Consultora Independente
05/2000 a 08/2006	SHV Gas Brasil Ltda. (resultante da incorporação da Supergasbras pela Minasgas Distribuidora de Gás) faturamento US\$1,5bilhão/ano <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Gerente de Controladoria – 07/2004</i></li></ul> Supergasbras Distribuidora de Gás S.A. <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Gerente de Controladoria – 01/2003</i></li><li>· <i>Gerente de Planejamento e Tesouraria – 05/2000</i></li></ul>
05/1999 a 04/2000	Embratel – Empresa Brasileira de Telecom. S.A. <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Especialista USGaap</i></li></ul>
10/1994 a 12/1998	Caemi Mineração e Metalurgia S/A <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Gerente de Relações com Investidores – 07/1996</i></li></ul> Cadam – Caulim da Amazônia S/A (empresa controlada da Caemi) <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Gerente Financeira – 10/1994</i></li></ul>
12/1991 a 09/1994	Digital Equipment do Brasil Ltda. <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Gerente Financeira</i></li></ul>
11/1987 a 11/1991	Coopers & Lybrand Auditores Independentes <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Gerente Senior de Auditoria – 11/1987</i></li></ul>
·	<i>Intercâmbio profissional C&amp;L Boston, USA, 10/1989 a 04/1991</i>
02/1986 a 10/1987	Xerox do Brasil S/A <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Auditora Senior para America Latina</i></li></ul>
07/1981 a 01/1986	Coopers & Lybrand Auditores Independentes <ul style="list-style-type: none"><li>· <i>Auditora Senior de Auditoria</i></li></ul>

## MEMBROS SUPLENTES

### 1) EDUARDO FELIPE DA SILVA SOARES

Idade:	47 anos
Profissão:	Contador
CPF ou número do passaporte:	776.754.877-53
Cargo eletivo ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal da Embratel Participações S/A, no mandato em curso
Data da eleição:	26 de abril de 2010
Caso reeleito, a data da reeleição:	26 de abril de 2011
Data da posse:	26 de abril de 2010 (Membro Suplente do Conselho Fiscal)
Caso reeleito, a data da posse:	26 de abril de 2011
Prazo do mandato em curso:	01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2011.
Caso reeleito, o prazo do mandato:	01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2012
Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A:	Membro Suplente do Comitê de Auditoria
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:	( X ) SIM ( ) NÃO

#### **Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

#### **Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

**Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

**Currículo do candidato:**

Data de Nascimento: 29 de julho de 1963

Formação Acadêmica:

- Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Experiência Profissional:

- Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Embratel Participações S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria (Suplente) da Embratel Participações S.A.
- Consultor da LatinTech Capital Inc.
- Diretor de Controladoria e Operações da Área de Fundos Ilíquidos (Private Equity) da GIF – Gestão de Investimentos e Participações Ltda., pertencente ao grupo Gávea Investimentos
- Diretor Financeiro e Administrativo da Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A. (2002-2004)
- Responsável por diversas atividades administrativas e de auditoria do escritório da Coopers & Lybrand S/C no Rio de Janeiro (1983-2000)

**2) VALTER NOGUEIRA**

Idade:	59 anos
Profissão:	Advogado
CPF ou número do passaporte:	119.894.916-34
Cargo eletivo ocupado:	Membro Suplente do Conselho Fiscal da Embratel Participações S/A, no mandato em curso
Data da eleição:	26 de abril de 2010
Caso reeleito, a data da reeleição:	26 de abril de 2011
Data da posse:	26 de abril de 2010 (Membro Suplente do Conselho Fiscal)
Caso reeleito, a data da posse:	26 de abril de 2011
Prazo do mandato em curso:	01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 2011.
Caso reeleito, o prazo do mandato:	01 ano – até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2012
Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A:	Membro Suplente do Comitê de Auditoria
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:	( X ) SIM ( ) NÃO

**Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

**Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

**Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

**Currículo do candidato:**

Data de Nascimento: 18 de dezembro de 1951.

**Formação Acadêmica:**

- Graduação em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas - RJ
- Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Finanças do RJ
- Graduação em Técnico em Contabilidade pelo Colégio Comercial Nestor Gomes - MG

**Experiência Profissional:**

- Membro do Conselho Fiscal (Suplente) da Embratel Participações S.A.
- Membro do Comitê de Auditoria (Suplente) da Embratel Participações S.A.
- Gerente de Controladoria do Instituto Brasileiro de Petróleo Gás e Bicomustíveis.
- Diversas funções na Supergasbrás Indústria & Comércio S.A. (Empresa Aberta) tais como:
  - Gerente do Deptº Contábil da Cia de Gás, Contador Geral do Grupo,
  - Gerente Geral de Contabilidade e Finanças,
  - Gerente do Deptº Financeiro,
  - Coordenador do Comitê Contábil-Tributário formado pelos Contadores das Empresas do Grupo Supergasbrás.
- Ex-membro do Conselho Fiscal do IBP-Instituto Brasileiro de Petróleo de 1995 a 2006.

### **3) VERA KEMPERS DE MORAES ABREU**

Idade:	51 anos
Profissão:	Administradora
CPF ou número do passaporte:	708.861.217.87
Cargo eletivo ocupado:	Não aplicável
Data da eleição:	26 de abril de 2011
Caso reeleito, a data da reeleição:	Não aplicável
Data da posse:	Não aplicável
Caso reeleito, a data da posse:	Não aplicável
Prazo do mandato em curso:	Não aplicável
Caso reeleito, o prazo do mandato:	Não aplicável
Outros cargos ou funções exercidas na Embratel Participações S/A:	Não aplicável
Indicação pelo controlador ou não:	( X ) SIM ( ) NÃO

**Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal: Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não aplicável

**Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor: Não aplicável
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: Não aplicável
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: Não aplicável
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: Não aplicável

**Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: Não aplicável
- b. controlador direto ou indireto do emissor: Não aplicável
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: Não aplicável

---

**Currículo da candidata:**

Data de Nascimento: 01 de dezembro de 1959

**Formação Acadêmica:**

- Faculdade Cândido Mendes – Ipanema
- Administração de Empresas - Setembro/1987
- Universidade Cândido Mendes – Ipanema
- Direito – Junho/2002 – Carteira da OAB/RJ desde fev/03

**Experiência Profissional:**

- Home-Office – Desde fevereiro/07 até a presente data presta consultoria a pequenas empresas e pessoas físicas. Atua em aproximadamente 20 processos nas áreas Cível, Trabalhista, Previdenciária e Tributária - IRRF. Consultoria em Contratos Cíveis. Divórcio e Inventário Administrativo.
- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-CARF- Mandato de Conselheira Suplente dos Contribuintes Mandato fev/2010 até fev/2013 na 2ª Seção -3ª Câmara.
- Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga  
Assessora Área Trabalhista - Departamento Jurídico - (jan/06 até fev/2007)  
Elaboração de peças processuais, consultas e representação em juízo nas esferas administrativa (Delegacia Regional do Trabalho, Instituto Nacional da Seguridade Social) e judicial Trabalhista, revisão de contratos de temporários e de prestação de serviço, bem como resposta às consultas de empresas do grupo sobre assuntos trabalhistas de maneira geral, administração das contingências trabalhistas do grupo Ipiranga (US\$30,000,000.00).  
Advogado Junior – Departamento Jurídico nas Assessorias Tributárias e Operacional (jan/03 até jan/2006)  
Elaboração de peças processuais e representação em juízo nas esferas administrativa (Secretaria da Receita Federal e Agência Nacional do Petróleo) e judicial (Tributário e Cível), elaboração de contratos nas diversas atividades do petróleo, revisão de contratos em língua inglesa, bem como resposta às consultas de empresas do grupo sobre assuntos tributários e cíveis.  
Analista Fiscal Senior - Departamento Jurídico (jan/96 até jan/03)  
Cadastramento e organização das Contingências do Grupo Ipiranga, bem como seu monitoramento posterior, análise dos autos de infração tributários para auxiliar a preparação das defesas, obtenção de certidões de quitação de tributos (Federal, Estadual e Municipal); abertura e encerramento de empresas e filiais, registro de contratos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial-INPI e Agência Nacional do Petróleo relacionadas à atividade de Petróleo.  
Supervisor Contábil – Departamento de Controladoria (fev/92 até jan/96)  
Revisão de procedimentos contábeis com enfoque em controles e constantes em normas internas. Monitoramento dos valores provisionados e pagos com relação aos tributos diretos e indiretos, planejamento fiscal, respostas às consultas sobre assuntos tributários e contábeis.  
Auditor Senior Interno – Departamento de Auditoria (set/88 até fev/92)  
Auditorias financeiras e operacionais nas empresas do grupo com enfoque em riscos potenciais, desenvolvimento e execução dos planos de trabalho de auditoria, elaboração do relatório final de auditoria e desenvolvimento em conjunto com auditores internacionais do Grupo ARCO (Los Angeles/USA).
- Coopers & Lybrand Auditores Independentes  
Trainee a Senior (nov/83 até set/88) – Treinamento intensivo em auditoria contábil e impostos.
- Bamerindus Credito Imobiliário S.A  
Auxiliar de Serviços Gerais a Supervisor de Seção (set/81 até jul/83) – Cálculos e monitoramento dos empréstimos da Carteira Imobiliária juntos às construtoras.

### 13. Remuneração dos administradores

**13.1.** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

**a.** objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia é oferecer uma justa remuneração financeira aos seus administradores, considerando as competências aplicáveis aos seus respectivos cargos e a performance e desempenho esperados, seguindo como parâmetros as condições de mercado aplicáveis ao segmento da Companhia, condições essas que são obtidas através de pesquisa realizada por empresa especializada de primeira linha, em bases anuais. Assim, a Companhia visa reter talentos e incentivar a alta performance de seus profissionais.

**b.** composição da remuneração, indicando:

**i.** descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

**Conselho de Administração:**

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração mensal fixa, à exceção de 3 membros, que não recebem remuneração como membros por exercerem outros cargos executivos em empresas do grupo controlador. O objetivo é remunerar as atividades por eles desempenhadas no exercício dos cargos ocupados na administração da Companhia, seguindo como parâmetros os valores praticados no mercado.

**Comitê de Auditoria:** É formado por 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

**Conselho Fiscal:**

Os membros do Conselho Fiscal recebem como remuneração um valor fixo mensal, alinhado aos valores praticados no mercado.

- Acumula a função de Comitê de Auditoria

**Diretoria:**

A remuneração da Diretoria, tanto a Estatutária como a Não Estatutária, é composta pelos seguintes elementos:

**Parte fixa:** Composta de salário mensal, cujo objetivo é garantir a retribuição pelos serviços prestados levando em consideração a responsabilidade do cargo, alinhada aos valores praticados no mercado de acordo com pesquisa realizada por empresa especializada, em bases anuais.

**Parte variável:** Compreende a participação anual nos resultados, aferida a partir das metas da Companhia, e bônus contratual, cujo objetivos são estimular a alta performance e a sustentabilidade do negócio.

**ii.** qual a proporção de cada elemento na remuneração total

**Diretoria Estatutária:** Considerando a média de remuneração dos administradores, a parte fixa da remuneração equivale a 70% e a parte variável corresponde a 30% da remuneração, considerando os objetivos do programa de remuneração.

**Conselhos de Administração e Fiscal:** a remuneração dos membros de tais órgãos é 100% fixa.

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A parte fixa da remuneração é paga mensalmente e calculada com base nos valores praticados no mercado. O reajuste da parte fixa baseia-se no desempenho individual, na inflação e em pesquisa de mercado realizada periodicamente e que, como já mencionado anteriormente, é realizada por empresa especializada de primeira linha em bases anuais.

A parte variável (não aplicável ao Conselho de Administração e ao Conselho fiscal) é apurada de acordo com o alcance das metas da Companhia, previamente estabelecidas para o exercício base. O reajuste da parte variável somente ocorre nos casos de mudança na política de remuneração variável, fundamentada em pesquisas de mercado.

O cálculo da parte variável relativa às metas da Companhia é baseado no resultado de seus indicadores financeiros, operacionais e de qualidade.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração é baseada nas práticas adotadas pelo mercado, verificadas por meio de pesquisas periódicas e buscam manter o alinhamento à estratégia da Companhia, bem como incentivar a alta performance.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Os indicadores para a determinação da parte variável, quando aplicável, são os elencados acima, compostos por indicadores da Companhia (Financeiros, Operacionais e de Qualidade) e de metas harmonizadas com os objetivos e indicadores da Companhia.

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Os indicadores para a determinação da parte variável, quando aplicável, são os elencados acima, compostos por indicadores da Companhia (Financeiros, Operacionais e de Qualidade) e de metas harmonizadas com os objetivos e indicadores da Companhia.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

As metas definidas anualmente são atreladas a planos plurianuais prevendo evolução em escala crescente para os negócios da Companhia.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

As metas definidas anualmente são atreladas a planos plurianuais prevendo evolução em escala crescente para os negócios da Companhia.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável.

**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. remuneração segregada em:
  - i. remuneração fixa anual, segregada em:
    - salário ou pró-labore
    - benefícios diretos e indiretos
    - remuneração por participação em comitês
    - outros
  - ii. remuneração variável, segregada em:
    - bônus
    - participação nos resultados
    - remuneração por participação em reuniões
    - comissões
    - outros
  - iii. benefícios pós-emprego
  - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
  - v. remuneração baseada em ações
- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

(Inclui informações da Companhia e suas controladas)

<b>PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO A SER ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>				
<b>(Em Reais)</b>				
	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Número de Membros	11	5	3	19
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>864.000,00</b>	<b>6.096.335,88</b>	<b>367.200,00</b>	<b>7.327.535,88</b>
Salário / Pró-labore	864.000,00	5.189.739,43	367.200,00	6.420.939,43
Benefícios diretos e indiretos	-	906.596,45	-	906.596,45
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	<b>-</b>	<b>3.231.200,58</b>	<b>-</b>	<b>3.231.200,58</b>
Bônus	-	596.892,73	-	596.892,73
Participação nos resultados	-	2.298.343,31	-	2.298.343,31
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-

Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>	<b>864.000,00</b>	<b>9.327.536,46</b>	<b>367.200,00</b>	<b>10.558.736,46</b>

<b>EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b> (Em Reais)				
	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Número de Membros	11	5	3	19
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>864.000,00</b>	<b>5.706.740,28</b>	<b>367.200,00</b>	<b>6.937.940,28</b>
Salário / Pró-labore	864.000,00	4.969.607,64	367.200,00	6.200.807,64
Benefícios diretos e indiretos	-	737.132,64	-	737.132,64
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	<b>-</b>	<b>2.531.742,00</b>	<b>-</b>	<b>2.531.742,00</b>
Bônus	-	549.141,31	-	549.141,31
Participação nos resultados	-	1.982.600,69	-	1.982.600,69
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>	<b>864.000,00</b>	<b>8.238.482,28</b>	<b>367.200,00</b>	<b>9.469.682,28</b>

<b>EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b> (Em reais)				
	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Número de Membros	11	4	3	18
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>864.000,00</b>	<b>4.784.658,34</b>	<b>368.220,00</b>	<b>6.016.878,34</b>
Salário / Pró-labore	864.000,00	4.049.187,60	368.220,00	5.281.407,60
Benefícios diretos e indiretos	-	735.470,74	-	735.470,74
Participação em Comitês	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	-	<b>2.169.293,04</b>	-	<b>2.169.293,04</b>
Bônus	-	489.216,00	-	489.216,00
Participação nos resultados	-	1.680.077,04	-	1.680.077,04
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>	<b>864.000,00</b>	<b>6.953.951,38</b>	<b>368.220,00</b>	<b>8.186.171,38</b>

<b>EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b> (Em reais)				
	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>TOTAL</b>
Número de Membros	11	7	3	21
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>885.627,78</b>	<b>9.814.778,72</b>	<b>360.739,98</b>	<b>11.061.146,48</b>
Salário / Pró-labore	885.627,78	8.659.280,25	360.739,98	9.905.648,01
Benefícios diretos e indiretos	-	1.155.498,47	-	1.155.498,47
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>	-	<b>2.097.354,80</b>	-	<b>2.097.354,80</b>
Bônus	-	514.041,67	-	514.041,67
Participação nos resultados	-	1.583.313,13	-	1.583.313,13
Participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	<b>14.992,02</b>	-	<b>14.992,02</b>
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	<b>791.772,02</b>	-	<b>791.772,02</b>
Remuneração baseada em ações	-	<b>505.930,00</b>	-	<b>505.930,00</b>
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>	<b>885.627,78</b>	<b>13.224.827,56</b>	<b>360.739,98</b>	<b>14.471.195,32</b>

(1) Embora atualmente sejam 11 os membros do Conselho de Administração, apenas 4 recebem remuneração fixa mensal reconhecida nos resultados da Companhia, tendo em vista que os demais já exercem outros cargos executivos em empresas do grupo controlador.

**13.3.** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

	<b>2011</b>	
Órgão	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
No. De Membros	1	5
ITEM	Bônus	Participação Nos Resultados
I – Valor mínimo previsto	0	0
II - Valor máximo previsto	R\$ 596.892,73	R\$ 2.594.811,16
III - Valor previsto caso 100% das metas forem atingidas	R\$ 596.892,73	R\$ 2.594.811,16
IV - Valor efetivamente reconhecido no exercício	-	-

	<b>2010</b>	
Órgão	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
No. De Membros	1	5
ITEM	Bônus	Participação Nos Resultados
I – Valor mínimo previsto	0	0
II - Valor máximo previsto	R\$ 596.892,73	R\$ 2.368.113,61
III - Valor previsto caso 100% das metas forem atingidas	R\$ 596.892,73	R\$ 2.368.113,61
IV - Valor efetivamente reconhecido no exercício	R\$ 549.141,31	R\$ 1.982.600,69

	<b>2009</b>	
Órgão	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
No. De Membros	1	4
ITEM	Bônus	Participação Nos Resultados
I - Valor mínimo previsto	0	0
II - Valor máximo previsto	R\$ 546.771,96	R\$ 1.881.920,62
III - Valor previsto caso 100% das metas forem atingidas	R\$ 546.771,96	R\$ 1.881.920,62
IV - Valor efetivamente reconhecido no exercício	R\$ 489.216,00	R\$ 1.680.077,44

	<b>2008</b>	
Órgão	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
No. De Membros	2	7
ITEM	Bônus	Participação Nos Resultados
I - Valor mínimo previsto	0	0
II - Valor máximo previsto	R\$ 549.558,79	R\$ 2.274.651,34
III - Valor previsto caso 100% das metas forem atingidas	R\$ 549.558,79	R\$ 2.274.651,34
IV - Valor efetivamente reconhecido no exercício	R\$ 514.041,67	R\$ 1.583.313,13

**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

**13.5.** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

31/12/2010	Companhia		Controladas	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Quotas
Conselho de Administração	7	7	13	-
Conselho Fiscal	636	636	-	-
Diretoria	-	-	-	1

**13.6.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações
  - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
    - em aberto no início do exercício social
    - perdidas durante o exercício social
    - exercidas durante o exercício social
    - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Em 2008:

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria
b. número de membros	5	1
c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		
i. data de outorga	01/10/2003	01/10/2003
ii. quantidade de opções outorgadas	152.000	9.000
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	Conforme regras estabelecidas no Plano de Opções, com a mudança do controle acionário da Sociedade em 23 de julho de 2004, as opções concedidas se tornaram integralmente exercíveis, podendo ser exercidas dentro dos prazos originais das outorgas recebidas por cada beneficiário.	
iv. prazo máximo para exercício das opções	01/10/2013	01/10/2013
v. prazo de restrição à transferência das ações	01/10/2013	01/10/2013

vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
• em aberto no início do exercício social	R\$1.155.200,00	R\$68.400,00
• perdidas durante o exercício social	0	0
• exercidas durante o exercício social	R\$1.610.030,00	R\$153.000,00
• expiradas durante o exercício social	0	0
d. valor justo das opções na data de outorga	5,15	5,15
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,00005%	0,00005%

Item não aplicável para 2009 e 2010 visto que os membros do Conselho de Administração e Diretoria não mais possuíam opções de ações.

**13.7.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável.

**13.8.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Em 2008:

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria
----------	---------------------------	-----------

b. número de membros	5	1
c. em relação às opções exercidas informar:		
i. número de ações	152.000	9.000
ii. preço médio ponderado de exercício (2008)	10,95	10,95
iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$123.520,00	R\$11.430,00
d. em relação às ações entregues informar:		
i. número de ações	0	0
ii. preço médio ponderado de aquisição	0	0
iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	0

Item não aplicável para 2009 e 2010.

**13.9.** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

**a.** modelo de precificação

O preço básico para o exercício das opções e pagamento da subscrição ou aquisição de Ações pelos beneficiários do Plano é fixado caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção, e observando-se os seguintes princípios:

- a) independentemente da espécie ou classe das Ações objeto de cada direito de opção, no caso de subscrição de novas ações, o preço de exercício será fixado em moeda corrente Brasileira, de acordo com os parâmetros fixados no artigo 170 da Lei nº 6.404/76 e o preço da(s) última(s) emissão(ões) de ação;
- b) o valor obtido nos termos da alínea anterior poderá ser, em cada caso específico, aumentado ou reduzido em até 20% (vinte por cento); e
- c) o preço de emissão determinado pela Comissão de acordo com as alíneas precedentes ficará sujeito à correção monetária calculada com base nos Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, pelo período entre a data da outorga da opção e a data de cada efetivo exercício da opção.

O preço das Ações será pago pelos titulares da opção contra o exercício da opção, nas condições determinadas pela Comissão.

**b.** dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Dividendos: As Ações adquiridas em razão do exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, inclusive no que se refere à percepção de dividendos integrais, salvo se diversamente deliberado pela Comissão.

**c.** método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável

**d.** forma de determinação da volatilidade esperada

O valor da volatilidade esperada é baseado na volatilidade histórica da ação da Embrapar na Bovespa.

**e.** se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável

**13.10.** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

<b>TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social</b>		
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b) nº Membros	Não aplicável	5
c) Nome do Plano	Não aplicável	Plano de Contribuição Definida – PCD
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não aplicável	0
e) Condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável	Ter a idade mínima de 50 anos e um mínimo de 5 anos de contribuição. Renda mensal com limitação de valores.
f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	R\$7.623.173,91
g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável	R\$609.613,51
h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não aplicável	Participante que se desligar ou que seja desligado, desde que não esteja recebendo benefício e não opte pelo instituto do autopatrocínio e do benefício proporcional diferido, terá direito, mediante termo de opção, a receber 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante acrescido de um percentual do saldo da Conta de Patrocinadora (conforme regulamento).

**13.11.** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

A Companhia se abstém de prestar essa informação em função de medida liminar concedida nos autos da ação ordinária nº 2010.51.01.002888-5, pelo MM Juízo da 5ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro ao IBEF/RJ. A liminar em questão segue em vigor por força de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, na MC 17350–RJ.

**13.12.** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável.

**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável.

**13.14.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

**13.15.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

**13.16.** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

(i) De acordo com o Estatuto Social da Companhia a Assembléia Geral de Acionistas deverá fixar a remuneração global dos administradores da Companhia, incluindo os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, sendo o Conselho de Administração competente para distribuir essa remuneração entre os seus membros e os da Diretoria.

(ii) Não há diferenças nas políticas e práticas aplicadas para definição da remuneração dos Diretores Estatutários e dos Não Estatutários.

(iii) A eventual diferença de remuneração entre os executivos está baseada em conceitos apontados em estudos realizados por empresa especializada e no desempenho individual.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2011.

Ao Conselho de Administração da  
Embratel Participações S.A.

Ilmo. Srs. Conselheiros:

Carlos Henrique Moreira - Presidente  
José Formoso Martínez – Vice-Presidente  
Dilio Sergio Penedo  
Joel Korn  
Alberto de Orleans e Bragança  
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho  
Oscar Von Hauske Solis

Prezados Srs.,

Submetemos à apreciação do Conselho de Administração da Embratel Participações S.A. (“Companhia”) a proposta da administração da Companhia para alteração de seu Estatuto Social, da seguinte forma e pelos fundamentos a seguir expostos.

1. Alteração do Artigo 5º:

Redação atual	Redação Proposta
<p>Art. 5º - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$5.074.940.769,50 (cinco bilhões, setenta e quatro milhões, novecentos e quarenta mil, setecentos e sessenta e nove Reais e cinquenta centavos), representado por 988.758.654.307 (novecentas e oitenta e oito bilhões, setecentas e cinquenta e oito milhões, seiscentas e cinquenta e quatro mil, trezentas e sete) ações, sendo 512.480.331.944 (quinhentas e doze bilhões, quatrocentas e oitenta milhões, trezentas e trinta e uma mil e novecentas e quarenta e quatro) ordinárias nominativas e 476.278.322.363 (quatrocentas e setenta e seis bilhões, duzentas e setenta e oito milhões, trezentas e vinte e duas mil e trezentas e sessenta e três) preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.</p>	<p><b>Art. 5º - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de <u>R\$6.018.064.144,17 (seis bilhões, dezoito milhões, sessenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e dezessete centavos), representado por <u>1.088.244.548.686 (um trilhão, oitenta e oito bilhões, duzentas e quarenta e quatro milhões, quinhentas e quarenta e oito mil, seiscentas e oitenta e seis) ações, sendo <u>564.044.547.289 (quinhentas e sessenta e quatro bilhões, quarenta e quatro bilhões, quinhentas e quarenta e sete mil, duzentas e oitenta e nove) ordinárias nominativas e <u>524.200.001.397 (quinhentas e vinte e quatro bilhões, duzentas milhões, mil, trezentas e noventa e sete) preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.</u></u></u></u></b></p>
<b>JUSTIFICATIVA</b>	
<p>Consolidar no Estatuto Social da Companhia o aumento do capital social aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em _____, dentro do limite do capital autorizado.</p>	

2. Alteração do Parágrafo 1º do Artigo 12:

Redação atual	Redação Proposta
<p>Art. 12 - A Assembleia Geral tem a competência para deliberar acerca das matérias expressamente previstas na Lei n.º 6.404/76.</p> <p>§ 1º - Compete, ainda, à Assembleia Geral aprovar previamente a celebração de quaisquer contratos de longo prazo entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outra parte, salvo quando os contratos obedecerem a cláusulas uniformes.</p> <p>§ 2º - Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 115 da Lei n.º 6.404/76, os titulares de ações preferenciais terão direito a voto nas deliberações assembleares referidas no parágrafo primeiro deste artigo, assim como naquelas referentes à alteração ou revogação dos seguintes dispositivos estatutários:</p> <p>I. Parágrafo 1º do art. 12;  II Parágrafo Único do art. 13; e  III. Art. 42.</p>	<p><b>Art. 12 - A Assembleia Geral tem a competência para deliberar acerca das matérias expressamente previstas na Lei n.º 6.404/76.</b></p> <p><b>§ 1º - Compete, ainda, <u>à Assembleia Geral aprovar previamente a celebração de contratos com partes relacionadas, cujos termos e condições sejam mais onerosos para a Companhia ou suas controladas do que os normalmente adotados pelo mercado em contratações da mesma natureza, observado, em qualquer caso, o disposto no artigo 117 da Lei n.º 6.404/76.</u></b></p> <p><b>§ 2º - Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 115 da Lei n.º 6.404/76, os titulares de ações preferenciais terão direito a voto nas deliberações assembleares referidas no parágrafo primeiro deste artigo, assim como naquelas referentes à alteração ou revogação dos seguintes dispositivos estatutários:</b></p> <p><b>I. Parágrafo 1º do art. 12;  II Parágrafo Único do art. 13; e  III. Art. 42.</b></p>
<b>JUSTIFICATIVA</b>	
<p>A justificativa para esta alteração tem por base o fato de que a atual redação do Parágrafo 1º deste Artigo 12 tem causado interpretações divergentes ou conflitantes da própria administração da Companhia, seus acionistas e, até mesmo, por parte do órgão fiscalizador, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A primeira dificuldade para a aplicação deste dispositivo, tal como atualmente redigido, é o fato de que não existem definições claras, sejam jurídicas, legais, ou, mesmo com base em princípios gerais, para os termos “contratos de longo prazo” e “cláusulas uniformes”.</p> <p>Tal indefinição tem frequentemente resultado em interpretações divergentes, causando grande insegurança com relação a real necessidade de se convocar ou não a assembleia geral de acionistas para a aprovação de cada contrato que a Companhia, ou suas controladas, venha a celebrar com seu acionista controlador ou com pessoas a ele relacionadas que se caracterizem como partes relacionadas.</p> <p>Em um mercado competitivo e globalizado como o nosso é não só natural, mas essencial, que as empresas busquem cada vez mais uma atuação conjunta, através do aproveitamento de sinergias e do desenvolvimento de projetos comuns. A atual redação do § 1º do Artigo 12 gera</p>	

toda sorte de incertezas, prejudicando eventuais contratações importantes para a Companhia e suas controladas e o desenvolvimento de soluções estratégicas necessárias para suas atividades. Soma-se aos empecilhos operacionais o alto custo para a Companhia e para os próprios acionistas da convocação e da realização de assembleias gerais em situações em que, recorrentemente, existem dúvidas quanto à necessidade de realização de tais assembleias gerais.

O que se pretende com a presente alteração é a modificação da parte específica do § 1º do Artigo 12 que tem causado tantas dúvidas, com a inclusão de um critério objetivo para a submissão de contratos entre a Companhia, ou suas controladas, e partes relacionadas, preservando-se o direito de voto dos acionistas minoritários portadores de ações ordinárias e preferenciais. Não são mais utilizados termos indefinidos como contratos de longo prazo ou cláusulas uniformes, mas haverá um critério claro e objetivo: **“serão sempre submetidos previamente à assembleia geral os contratos com partes relacionadas, cujos termos e condições sejam mais onerosos para a Companhia ou suas controladas do que os normalmente adotados pelo mercado em contratações da mesma natureza.”** A aprovação de tais contratos será efetuada mediante voto dos acionistas minoritários portadores de ações ordinárias e preferenciais, com a abstenção do acionista controlador, nos termos do artigo 117 da Lei 6.404/76.

A alteração proposta atende ao estabelecido pela própria Lei das Sociedades Anônimas, nos seus Artigos 115, 117 e 245, e nas normas da CVM, como a Instrução n.º 323/00. Todas as disposições aqui referidas estabelecem parâmetros de conduta nas contratações entre empresas ligadas que por si só inibem e evitam a ocorrência de contratações abusivas.

Ademais, as referidas contratações com partes relacionadas continuarão sendo avaliadas pelo Conselho Fiscal da Companhia, na qualidade inclusive de comitê de auditoria, o qual tem representação ativa dos acionistas minoritários.

Com base nestas disposições, nas demais normas relativas à contratação com partes relacionadas e nas melhores práticas de governança corporativa, a Companhia, através de sua Diretoria Econômico-Financeira, estabeleceu a Política de Contratação entre Partes relacionadas de forma a estabelecer o processo que suporta e valida tais contratações.

A modificação aqui sugerida tem sua possibilidade confirmada por estudo efetuado pelo consultor externo Xavier, Bernardes, Bragança Sociedades de Advogados.

Por fim, apenas a título de referência no mercado de telecomunicações, vale mencionar que outra operadora do setor, a TELESP, já submeteu e aprovou com sucesso alteração em moldes idênticos.

A aprovação final desta proposta dar-se-á em assembleia geral extraordinária, com a votação ativa permitida às ações preferenciais, observando-se as normas de conflitos de interesses.

### 3. Alteração dos incisos XI, XII e XV do Artigo 17:

Redação atual	Redação Proposta
XI. autorizar a constituição e a extinção de subsidiárias integrais e/ou Controladas da Companhia, a aquisição e a alienação de	XI. <b>autorizar a constituição e a extinção de subsidiárias integrais e/ou Controladas da Companhia, a aquisição e a alienação de</b>

participações acionárias da Companhia no capital de outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como a aquisição e a alienação de investimentos ou direitos que possam ser classificados como investimento no ativo permanente da Companhia, cujo valor exceda o limite estabelecido no Regimento Interno da Companhia;	participações acionárias da Companhia no capital de outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como a aquisição e a alienação de investimentos ou direitos que possam ser classificados como investimento <u>no ativo não circulante da Companhia</u> , cujo valor exceda o limite estabelecido no Regimento Interno da Companhia;
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	
Adequar às alterações efetuadas na Lei 6.404/76 introduzidas pela Lei 11.941/09	
<b>Redação atual</b>	<b>Redação Proposta</b>
XII. Autorizar a distribuição de dividendos intermediários, bem como o levantamento de balanço e distribuição de dividendos em períodos menores, na forma prevista na legislação aplicável;	<b>XII. Autorizar <u>a distribuição de dividendos intermediários e o pagamento de juros sobre o capital próprio</u>, bem como o levantamento de balanço e distribuição de dividendos e <u>o pagamento de juros sobre o capital próprio</u> em períodos menores, na forma prevista na legislação aplicável;</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	
Incluir de forma expressa, dentre as atribuições do Conselho de Administração, sua competência para aprovar o pagamento de juros sobre o capital próprio, conforme já previsto pelo § 1º do Artigo 41 do Estatuto Social da Companhia.	
<b>Redação atual</b>	<b>Redação Proposta</b>
XV. Indicar os representantes da Companhia nos órgãos de administração de sociedades nas quais tenha participação;	<b>Exclusão</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	
Exclusão deste inciso, tendo em vista que, na prática, esta atribuição não vem sendo exercida.	

4. Alteração do Título da Seção II e Artigos 26, 27 e do caput do Artigo 29:

<b>Redação atual</b>	<b>Redação Proposta</b>
<b>SEÇÃO II DA DIRETORIA</b>	<b><u>SEÇÃO II</u> <u>DOS DIRETORES</u></b>
Art. 26 - A Diretoria será composta de um mínimo de 02 (dois) e um máximo de 09 (nove) Diretores, sendo um deles o Presidente e outro o Vice-Presidente, não tendo os demais qualquer designação, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Um dos Diretores da	<b>Art. 26 – Os <u>Diretores</u> serão, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 09 (nove), sendo um deles o Presidente e outro o Vice-Presidente, não tendo os demais qualquer designação, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Um dos Diretores da Companhia será o Diretor de Relações com</b>

Companhia será o Diretor de Relações com Investidores.	<b>Investidores.</b>
Art. 27 - É de 03 (três) exercícios anuais o mandato da Diretoria, permitida a reeleição.	<b>Art. 27 - É de 03 (três) exercícios anuais o <u>prazo de gestão dos Diretores</u>, permitida a reeleição.</b>
Art. 29 - Compete aos membros da Diretoria, observada a necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração para os casos previstos neste estatuto, representar a Companhia conforme descrito nos parágrafos abaixo.	<b>Art. 29 - Compete aos <u>Diretores</u>, observada a necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração para os casos previstos neste estatuto, representar a Companhia conforme descrito nos parágrafos abaixo.</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	
A Diretoria da Cia. não reveste a forma de órgão colegiado, razão pela qual não se justifica a utilização da denominação presente no estatuto.	

5. Alteração dos incisos ii dos §§ 1º e 2º do Artigo 29:

<b>Redação atual</b>	<b>Redação Proposta</b>
<p><b>§ 1º - Compete ao Presidente:</b> (...) ii - isoladamente ou em conjunto com outro Diretor ou com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social da Companhia, bem como perante suas controladas, acionistas e o público em geral, e no relacionamento com quaisquer entidades governamentais e/ou regulatórias; (...)</p>	<b>Exclusão</b>
<p><b>§ 2º - Compete ao Vice-Presidente:</b> (...) ii - isoladamente ou em conjunto com outro Diretor ou com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social da Companhia, bem como perante suas controladas, acionistas e o público em geral, e no relacionamento com quaisquer entidades governamentais e/ou regulatórias; (...)</p>	<b>Exclusão</b>
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	
Sugerimos a exclusão da alínea (ii) dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 29 para consolidar todo o	

regramento sobre a representação ativa da Cia. em um único dispositivo estatutário. Vide comentários sobre os §§ 4º e 5º a seguir

6. Alteração dos incisos i e ii do § 3º do Artigo 29:

Redação atual	Redação Proposta
<p><b>§ 3º</b> - Compete ao Diretor de Relações com Investidores:</p> <p>i - disponibilizar as informações necessárias à comunidade de Investidores, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à <i>Securities and Exchange Commission</i> (SEC) norte-americana, bem como às Bolsas de Valores;</p> <p>ii - manter atualizados os registros da Companhia na CVM e na SEC, bem como assegurar o cumprimento dos dispositivos regulamentares emitidos por essas Comissões, e aplicáveis à Companhia;</p>	<p><b>§ 3º</b> - Compete ao Diretor de Relações com Investidores:</p> <p>i - disponibilizar as informações necessárias à comunidade de Investidores, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às Bolsas de Valores;</p> <p>ii - manter atualizados os registros da Companhia na CVM, bem como assegurar o cumprimento dos dispositivos regulamentares emitidos por essa Comissão, e aplicáveis à Companhia;</p>
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	
<b>Ajuste em razão de a Companhia não ter mais ações no mercado norte-americano.</b>	

7. Alteração dos §§ 4º e 5º do Artigo 29:

Redação atual	Redação Proposta
<p><b>§ 4º</b> - Os demais Diretores terão os poderes e competências a eles atribuídos pelo Conselho de Administração, podendo, em conjunto de 02 (dois) ou em conjunto com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, nos atos necessários à condução do objeto social da Companhia.</p>	<p><b>§ 4º</b> - Os demais Diretores terão os poderes e competências a eles atribuídos pelo Conselho de Administração.</p>
<p><b>§ 5º</b> - A Companhia também será validamente representada por procurador constituído de acordo com o disposto nos Parágrafos 1º e 2º acima, até o limite dos poderes a ele outorgados, nos termos do respectivo instrumento de mandato.</p>	<p><b>§ 5º</b> - A representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social da Companhia, inclusive na assinatura de documentos que importem em responsabilidade para esta, bem como perante suas controladas, acionistas e o público em</p>

	<p>geral, e no relacionamento com quaisquer entidades governamentais e/ou regulatórias, deverá ser realizada, isoladamente, pelo Presidente ou pelo Vice- Presidente, ou por 02 (dois) Diretores em conjunto, ou por 02 (dois) procuradores em conjunto, ou, ainda, por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.</p>
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> As questões envolvendo a representação ativa da Cia. são bastante complexas, e a redação dos parágrafos 4º e 5º já geraram diversas discussões. A prevalecer o conceito de representação atualmente regulado no Estatuto Social da Cia. e de forma a sanar as recorrentes dúvidas, sugere-se uniformizar e consolidar a redação das normas de representação ativa da Companhia.</p>	

Com base nas justificativas acima expostas, acreditamos que as alterações ora propostas atendem aos melhores interesses da Companhia e de seus acionistas, ajustando questões operacionais e aprimorando o diploma social da Companhia.

Em sendo aprovada a presente proposta por este Colegiado, solicita-se o seu encaminhamento para a assembleia geral de acionistas. Para os fins da subsequente aprovação, encontra-se anexada ao presente a proposta de consolidação do Estatuto Social, na forma de Anexo I.

Colocamo-nos ao dispor para a prestação de informações complementares que porventura venham a ser julgadas necessárias.